

V. 2 N. 1 - 2018

# ÂNDÉ

## CIÊNCIAS E HUMANIDADES



# Revista Îandé – Ciências e Humanidades

## Editores

Prof. Dr. Leonardo Freire de Mello

Prof. Dr. Guilherme Fráguas Nobre

## Equipe Editorial

Sara Aparecida de Paula

Hugo da Silva Carlos

## Conselho editorial

Presidente: Prof. Dr. Marcos Vinícius Pó

Vice-presidente: Profa. Dra. Paula Braga

Profª Dra. Fernanda Graziella Cardoso - Bacharelado em Ciências Econômicas

Profª Dra. Mônica Schoreder- Bacharelado em Ciências Econômicas

Prof. Dr. Bruno Nadai - Bacharelado em Filosofia

Prof. Dr. Victor Ximenes Marques - Bacharelado em Filosofia

Profª Dra. Carolina Moutinho Duque de Pinho - Bacharelado em Planejamento Territorial

Profª Dra. Vanessa Lucena Empinotti - Bacharelado em Planejamento Territorial

Prof. Dr. Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo - Bacharelado em Políticas Públicas

Profª. Dra. Maria Luiza Levi Pahim - Bacharelado em Políticas Públicas

Profª. Dra. Tatiana Berringer de Assumpção - Bacharelado em Relações Internacionais Prof.

Dr. Antonio Marcos Roseira - Bacharelado em Relações Internacionais

Profª Dra. Marília Mello Pisani - Licenciatura em Filosofia

Prof. Dr. André Luis La Salvia - Licenciatura em Filosofia

## Capa

Hugo da Silva Carlos

## Parcerias





# Sumário

v.2, n.1, Jul/2018

NOTA DOS EDITORES ..... 6

**Leonardo Mello, Guilherme Nobre**

NOTA EDITORIAL TEMÁTICA ..... 8

**Livia de Tommasi**

---

## DOSSIÊ TEMÁTICO

Os invisíveis: uma análise sobre a realidade dos pescadores de São Bernardo do campo a partir da colônia de pescadores z-17 “Orlando Feliciano” ..... 13

**Fernando Marques, Livia de Tommasi**

As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do movimento de mulheres Olga Benário e o CRM Helenira Preta.....27

**Isis Mustafa, Livia de Tommasi**

Movimentos sociais de transporte: histórico, enfrentamentos e participação social.....42

**Luis Fernando Oliveira, Livia de Tommasi**

Empresa e responsabilidade social: “Cidade dos Sonhos” e a participação na construção de políticas públicas na cidade de São Paulo.....56

**Scarlett Cunha, Livia de Tommasi**

---

## ARTIGOS ORIGINAIS

Arábia Saudita e Irã: rivalidade e disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico.....72

**Beatriz Pidone Costa**

Aristóteles, Hobbes e Habermas: a naturalização moderna da política.....85

**Felipe Ribeiro**

Poder e autonomia: as assimetrias do sistema financeiro e monetário internacional.....104

**Gabriel Santos Carneiro**

Uma frágil força messiânica: por uma filosofia da história ética.....124

**Izabela Loner Santana**

Diáspora africana no Brasil - a música negra como fruto de identidade.....136

**Pamela Lacorte da Silva**

Um ensaio sobre o romance <i>Todos os Homens são Mortais</i> .....	148
<b>Paula Priscila Braga, Vinicius Ramos Pires</b>	
Inteligência artificial e a dinâmica do poder global: uma influência recíproca.....	164
<b>Vinicius Espauluci Campos</b>	

## NOTA DOS EDITORES

É com grande prazer que publicamos mais uma edição da Revista **Ândé**. O processo de preparação e editoração desse número foi particularmente complexo, principalmente em função da enorme diversidade dos temas dos artigos submetidos, da baixa disponibilidade de pareceristas e de todas as dificuldades enfrentadas por uma revista produzida voluntariamente por docentes, técnicos administrativos e discentes universitários, que já acumulam uma série de outras atividades e responsabilidades.

Todavia, todo o esforço foi recompensado ao vermos que a diversidade e a interdisciplinaridade, tão características da UFABC e seu inovador projeto pedagógico, estão bastante presentes nessa edição da revista, que apresenta uma vasta gama de discussões, temas e conceitos, abrangendo diferentes campos do conhecimento e apontando interessantes e promissores caminhos para a pesquisa na Universidade.

A edição se inicia com um dossiê temático organizado pela Profa. Dra. **Lívia de Tommasi**, que apresenta trabalhos produzidos por suas alunas e seus alunos durante a disciplina “Participação, movimentos sociais e políticas públicas”, ministrada no terceiro quadrimestre de 2017.

Na sequência, **Beatriz Pidone Costa** discute as relações complexas e conflituosas entre a Arábia Saudita e o Irã no artigo “Arábia Saudita e Irã: rivalidade e disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico”, analisando como o sectarismo religioso, as intervenções norte-americanas, a Primavera Árabe e a crise de legitimidade dos governos islâmicos criam um cenário de grande instabilidade na região, com consequências globais.

**Felipe Ribeiro**, em “Aristóteles, Hobbes e Habermas: a naturalização moderna da Política”, comparar as perspectivas aristotélica e o hobbesiana de Política, recorrendo ao argumento de Habermas, de que a segunda corresponde ao aparecimento do capitalismo, ganhando o status de ferramenta diagnóstica e analítica do momento contemporâneo.

Por sua vez, **Gabriel Santos Carneiro**, com “Poder e Autonomia: as assimetrias do sistema financeiro e monetário internacional”, busca explicitar a natureza assimétrica das relações financeiras e monetárias entre os países desde 1945 até o presente, apontando que estas foram marcadas pelo unilateralismo dos Estados Unidos, em uma perspectiva que une teoria e história, focando na crise da libra esterlina de 1947 e na crise da dívida dos países latino-americanos da década de 1980.

**Izabela Loner Santana** objetiva expor a ética proposta por Walter Benjamin em sua filosofia da história através de uma breve introdução da filosofia benjaminiana, que explicita seu caráter heterodoxo a partir de uma tentativa de articulação entre as diferentes influências teórico-filosóficas que tal filosofia abarca e da análise de suas teses “Sobre o conceito de história” com seu artigo “Uma Frágil Força Messiânica: por uma Filosofia da História Ética”.

**Pamela Lacorte da Silva**, em “Diáspora Africana no Brasil – a Música Negra como fruto de identidade”, ao focar nos blocos afro-baianos dos séculos 20 e 21, procura identificar, analisar e discutir os elementos que se fortalecem por meio da música negra produzida no Brasil, sob o contexto da diáspora africana, além da busca por um símbolo de resistência e autoestima para a história do povo negro, na medida em que a música negra dialoga com aspectos da negritude, da memória e da identidade de um povo e de sua ancestralidade.

A Profa. Dra. **Paula Braga** e **Vinicius Ramos Pires** apresentam uma nova e interessante perspectiva sobre o livro de 1946 da filósofa e intelectual francesa Simone de Beauvoir em “Um Ensaio sobre o romance *Todos Os Homens São Mortais*”, analisando-o tendo como foco as duas personagens principais, o conde Raymond Fosca e a atriz Régine e propondo uma leitura interpretativa do livro e suas temáticas mais fundamentais – finitude, liberdade, o sentido da história e da vida – com o auxílio de Heidegger, Sartre e Camus.

Fechando a edição, temos **Vinicius Espauluci Campos** com o artigo “Inteligência Artificial e a Dinâmica do Poder Global: uma influência recíproca” em que reflete sobre as relações entre avanço tecnológico e distribuição global de poder, analisando a influência recíproca entre a política, a tecnologia, e a cultura no desenvolvimento do campo da Inteligência Artificial, e suas implicações para a organização do sistema internacional.

Gostaríamos de agradecer e parabenizar todas e todos que participaram do esforço para colocar mais uma edição da **Âandé** online. O trabalho é duro, mas recompensador. E estamos apenas começando...

*Leonardo Freire de Mello e Guilherme Fráguas Nobre  
julho de 2018*

## **NOTA EDITORIAL TEMÁTICA**

### **Dossiê: participação, movimentos sociais e políticas públicas**

Os textos aqui apresentados são fruto dos trabalhos elaborados pelos alunos da disciplina “Participação, movimentos sociais e políticas públicas”, ministrada por mim no terceiro quadrimestre de 2017, uma disciplina obrigatória do quarto ano do curso de Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC.

Participação é tema central no âmbito da história política brasileira. Surgido com força durante os anos do processo de redemocratização como uma reivindicação central de movimentos e atores coletivos engajados na reconstrução da democracia brasileira, através dessa “palavra-mito”<sup>1</sup> a intenção era evocar e impulsionar uma nova concepção de democracia, fundamentada sobre a participação direta da sociedade civil organizada na construção do Estado democrático. Os movimentos protagonistas das lutas pela redemocratização do país afirmavam que para construir a democracia não bastava ter eleições livres. Era preciso ir além da tradicional democracia representativa e reinventar o sistema democrático garantindo ao povo organizado o acesso direto às instâncias de decisão, através de mecanismos de democracia participativa que permitissem o exercício de uma cidadania ativa (Benevides, 1991). Assim, ao termo participação era agregado o adjetivo “popular”: o povo em movimento (Singer e Brant, 1980) reivindicava sua participativa ativa e direta na construção do Estado democrático, através de instâncias de elaboração e controle de políticas públicas que garantam os direitos dos cidadãos. Os trabalhos das câmeras temáticas na discussão da carta constitucional (1988), as sucessivas mobilizações para aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e da Lei Orgânica de Assistência Social (1993) foram momentos importantes para a afirmação do princípio da participação popular, introduzido na Constituição Federal no inciso II do artigo 204 que afirma como diretriz da definição das políticas de assistência social a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

---

<sup>1</sup> “É amplamente sabido que a capacidade evocativa e simbólica das palavras-mito é inversamente proporcional à sua rigorosa delimitação conceptual e empírica.” (COTTA, 1979:194).



A institucionalização de Conselhos gestores, Conselhos paritários deliberativos para elaboração de políticas públicas setoriais (os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, dentre outros) e sucessivamente as experiências de Orçamento Participativo que se espalharam pelo país a partir de alguns municípios administrados pelo Partido dos Trabalhadores (o primeiro foi o município de Diadema, no ABC paulista) foram instrumentos importantes para viabilizar a participação, que se tornaram referência inclusive no cenário internacional (cf. a vasta produção científica sobre as experiências de participação do sociólogo português Boaventura de Souza Santos e dos cientistas políticos brasileiros Evelina Dagnino e Leonardo Avritzer).

O tema da participação entrou também na agenda dos organismos multilaterais, especificamente do Banco Mundial, que o transformaram num elemento central das estratégias e ações voltadas a tornar mais eficaz e eficiente a máquina governamental, especificamente no âmbito do “combate à pobreza”. Serviu às políticas neoliberais que procuraram diminuir os gastos públicos, enxugando a máquina estatal e repassando para a sociedade civil o ônus da gestão de serviços e projetos. De ponta de lança de uma nova concepção de democracia a participação se tornou, assim, um instrumento de desresponsabilização do Estado com respeito à garantia dos direitos dos cidadãos.

A participação é, portanto, uma prática com múltiplos e contrastantes significados, que evidenciam a natureza polissêmica do termo. A apropriação dessa gramática por parte da filantropia empresarial, que se tornou um ator importante do cenário político brasileiro no âmbito das políticas neoliberais adotadas pelos governos pós redemocratização, contribuiu a alimentar a ambiguidade do termo e as práticas de “participação” passaram a se referir não mais à elaboração e ao controle das políticas públicas, mas à implementação e gestão dessas políticas.

Foi esse cenário que procurei traçar para os alunos do curso, para que eles pudessem sentir tanto a atmosfera de entusiasmo que dava sentido ao termo e acompanhava as reivindicações à participação nos anos da redemocratização (através, inclusive, de meus relatos em primeira mão) quanto as apropriações, contradições e ambiguidades que cercaram as práticas e redefiniram os sentidos nos anos seguintes. Para isso, o conceito de “confluência perversa” elaborado por Evelina Dagnino (Dagnino, 2004) serviu como guia de leitura e enquadre analítico, inclusive para compreender as experiências atuais que os alunos foram observar e estudar; muitos deles, inclusive, trabalhando como estagiários da Prefeitura de São Paulo mergulhavam diretamente na gestão dessas práticas.

Muitos encontraram espaços de participação esvaziados (como o Conselho Municipal de Educação de Santo André) ou desvirtuados. Outros se tornaram fortes defensores do princípio da participação popular na prática de seus trabalhos administrativos. Elaboraram e apresentaram trabalhos de conclusão com entusiasmo e dedicação, desenhando um leque muito variado de experiências. Pensamos, portanto, que era importante registrar e divulgar pelo menos em parte essas observações, contribuindo para a reflexão a respeito das práticas de democratização do Estado brasileiro.

Os textos publicados nesse dossiê são bastante representativos da variedade das práticas de participação atuais, tanto das mais tradicionais (associações de bairros, movimentos sociais setoriais) como das mais recentes que contam com a participação do setor privado, mostrando suas contradições e ambiguidades, mas também as potencialidades e potências.

Fernando Marques se apaixonou por uma realidade presente no território do município de São Bernardo do Campo muito distante da vivência de um jovem morador de um bairro privilegiado: a Colônia de pescadores Z-17 “Orlando Feliciano”, uma associação de bairro e, ao mesmo tempo, de categoria que procura “tapar os buracos” da ausência do Estado nessa localidade situada à margem da represa Billings e defender os direitos de seu moradores. A existência dessa realidade, caracterizada pela ausência de serviços básicos como transporte, escolas, serviços médicos, num território marcado pela presença de indústrias modernas e equipamentos educativos de ponta (como a própria UFABC) testemunha das grandes contradições históricas do processo de modernização e democratização da sociedade brasileira, da desigualdade que marca tão fortemente essa sociedade colocando-se atualmente como um obstáculo inclusive à existência da democracia.

Isis Mustafá de Assis faz um relato em primeira mão, já que ela mesma é militante do movimento de mulheres objeto do estudo, da experiência de gestão de um equipamento público resultado das reivindicações e das práticas de gestão compartilhada entre o movimento de mulheres Olga Benário e a Prefeitura da cidade de Mauá. Apontando dificuldades e potencialidades desse tipo de parceria na gestão de um serviço de atenção às mulheres vítimas de violência, mostra por um lado a maturidade do movimento de mulheres que, recolhendo a herança das experiências passadas, toma conta da gestão de um serviço público mas está bem atento a não desresponsabilizar o Estado e, ao contrário, exigir que ele opere efetivamente em benefício das mulheres cidadãs.

Luis Fernando Oliveira, por outro lado, percorre o histórico das lutas pelo transporte público, um dos setores-chaves para o enfrentamento da questão urbana no Brasil. Historicamente, a não existência de transportes públicos adequados às necessidades da população, em particular dos moradores das periferias, tem motivado lutas e mobilizações. Nesse âmbito, a natureza patrimonialista da sociedade brasileira se manifesta com força até os dias de hoje.

Por fim, Scarlett Rodrigues relata uma experiência bastante distinta das precedentes, que pode ser considerada paradigmática das novas formas de atuação do setor privado no Brasil que se apropria de temas, práticas, formas de atuação historicamente patrimônio dos movimentos sociais dando novos contornos e sentidos a essas práticas. Assim, uma nova gramática reconfigura o espaço da política, despolitizando o debate e ampliando o alcance do mercado sobre a sociedade e os interesses cidadãos.

No momento histórico atual de enormes retrocessos no campo político e social, tanto no Brasil como no exterior, publicar esses exercícios de pesquisa e escrita acadêmica de nossos alunos sobre um tema tão relevante para a democracia, descortinando diferentes sentidos da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, permite refletir sobre nossa história, sobre as contradições da nossa democracia e, ao mesmo tempo, preservar a memória de experiências importantes para nosso futuro como sociedade democrática.

*Livia De Tommasi*

*Professora Doutora do curso de graduação em Políticas Públicas da Universidade  
Federal do ABC.<sup>2</sup>*

*Julho 2018*

---

<sup>2</sup> E-mail: livia.tommasi@ufabc.edu.br

### Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Vitoria. **A cidadania ativa**. São Paulo: Atica, 1991.

COTTA, Maurizio. Il concetto di partecipazione politica : linee di un inquadramento teorico. **Rivista Italiana di Scienza Politica**. Bologna, n. 9, 1979, p. 193-227.

DAGNINO, Evelina Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, Paul & BRANT, Vinicius Caldeira. **São Paulo: o Povo em Movimento**. São Paulo: Vozes, 1980.

# OS INVISÍVEIS: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DOS PESCADORES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO A PARTIR DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-17 “ORLANDO FELICIANO”

Fernando Marques<sup>1</sup>, Livia de Tommasi<sup>2</sup>

## Resumo

Esse texto se propõe a abordar o papel da Colônia de Pescadores Z-17, denominada “Orlando Feliciano”. Através da metodologia de observação participante e análise documental procuro compreender qual a importância dessa estrutura na defesa dos direitos e interesses da categoria de pescadores artesanais, levando em conta as especificidades derivadas de sua localização no município de São Bernardo do Campo, a relação com poder público e ressaltando sua atuação como vetor de mobilização social na comunidade local.

**Palavras-chave:** Colônia de pescadores, pesca artesanal, Represa Billings.

## Abstract

This text proposes to address the role of the Fishing Colony Z-17, denominated “Orlando Feliciano”. Through a methodology of participation observation and document analysis I aim to comprehend the importance of this structure in defense of the rights and interests of the artisanal fishermen category, taking in to account the specificities derived from its location in the city of São Bernardo do Campo, relationship with public authorities and highlighting its performance as a force for social mobilization in the local community.

**Keywords:** Fishing colony, artisanal fishing, Billings Dam.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: fernandomarques13@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. E-mail: livia.tommasi@ufabc.edu.br

## **Motivação**

Meu primeiro contato com uma Colônia de pescadores foi com a Colônia Z-17, quando estava realizando uma investigação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Riacho Grande em São Bernardo do Campo, para uma atividade acadêmica em agosto de 2017. Uma das maiores dificuldades dessa unidade era estabelecer contato com a população dos bairros rurais situadas após a travessia da Represa Billings, em São Bernardo do Campo. Uma colega já havia tido contato com os pescadores, mas o CRAS não possuía nenhum projeto voltado a essa população ou sequer havia estabelecido contato com a Colônia até o momento. Para averiguar a situação da área rural e as dificuldades relatadas pela coordenadora da unidade do CRAS, resolvemos nos deslocar até o local por um dia para entrevistar alguns trabalhadores da rede socioassistencial e conhecer o território. Optamos também por conversar com a Colônia para entender mais sobre os problemas da vida no bairro e investigar se o CRAS era uma entidade acessível e conhecida na região.

Nossa visita à Colônia nos trouxe informações não somente sobre a região, mas também sobre a vida dos pescadores. Saímos do local contentes em conhecer mais sobre a colônia e seu território, fora os dados coletados nas demais entidades visitadas, no entanto estávamos preocupados com a estagnação da política e a visão dispare entre os moradores e os funcionários da rede socioassistencial.

Por esse motivo, tive curiosidade de voltar ao local para compreender mais sobre a atividade da colônia, principalmente para investigar como a população se organiza para reivindicar ou ocupar funções quando o próprio governo se torna ausente. Os resultados positivos da primeira investigação e a disposição da colônia em me receber também foram indispensáveis. Através de observação participante e caderno de campo, foram realizadas, no total, três visitas à Colônia Z-17 em momentos distintos: 08 de agosto de 2017, 23 de outubro de 2017 e 07 de junho de 2018. Também foram levantadas bibliografias sobre a pesca artesanal para melhor se familiarizar com o tema.

## **A relevância da pesca**

A pesca foi desenvolvida como uma das primeiras atividades de caça, datada desde o período neolítico, como apontam evidências arqueológicas sobre o uso de conchas para artesanato e cerâmica. Foi verificada sua presença no Império Romano, no Egito antigo e outras civilizações. Na Idade Média, tornou-se uma importante atividade produtiva, quando se formaram os primeiros aglomerados de pescadores e marinheiros. A proporção de tais

organizações é notável, inaugurando-se nesse período legislações e entidades específicas para cuidar da pesca, que concomitantemente às grandes navegações lançaram a pesca de longo curso e promoveram o desenvolvimento das embarcações e dos equipamentos de pesca (DIEGUES, 1983).

Esse avanço da engenharia naval e da pesca capitalista acompanham as novas técnicas, levando a um incremento considerável do capital adquirido, que por sua vez impulsiona a necessidade de organização empresarial, um modelo diferenciado da pesca familiar ou de subsistência. Ademais, melhorias estruturais na mobilidade urbana e de escoamento de produtos foram muito benéficas para a lucratividade e a promoção da pesca. O novo modelo empresarial, contudo, representa uma enorme cisão quanto ao modelo de pesca artesanal, normalmente realizado por pescadores, familiares e amigos, principalmente no que diz respeito à sua organização: a pesca de longo curso exige a ausência de casa do pescador por um período prolongado, o que limita sua capacidade de mobilização como classe e a possibilidade de recorrer a ajuda, pulverizando a sua resistência.

O modelo empresarial de pesca também foi responsável por acumular a maioria dos recursos, ocasionar especulação imobiliária dos terrenos próximos aos locais de pesca (principalmente com o surgimento dos portos especializados em barcos motorizados) e pela realização da pesca predatória, que por sua vez tornava a atividade da pesca artesanal mais precária. Esses fatores levaram a diminuição da mesma, fazendo com que muitos optassem por procurar empregos no setor empresarial, tornando-se assim pescadores embarcados.

No Brasil o cenário não foi diferente: em 1919 foram implantadas as primeiras colônias de pescadores, subordinadas ao Ministério da Marinha de Guerra. Os fatores que levaram à sua criação foram a preocupação com o potencial de pesca desperdiçado no litoral brasileiro, dada a lucratividade da pesca industrial, e a necessidade de defesa da costa brasileira (lembrando que esse período se situa no atrito do entre guerras).

Reconheciam-se colônias como “agrupamentos de pescadores”, sendo necessária a filiação para praticar a pesca. O foco no desenvolvimento da pesca, contudo, era empresarial: em 1942 o setor pesqueiro foi transferido à responsabilidade do Ministério da Agricultura e da Pesca e passou a se subordinar a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) em 1960. Foi instituído, por meio do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Pesca. Esses fatores buscavam investir na pesca moderna e tecnológica, que transformaram o pequeno pescador em reserva de trabalho para as empresas, obrigando-os a trabalhar nas embarcações. Inicialmente, esse processo observou um crescimento acelerado da exportação

do pescado, mas rapidamente desacelerou, principalmente pelos gastos operacionais da pesca em alto-mar, a depredação excessiva do ecossistema que minaram a produtividade da pesca, fora os investimentos maciços em incentivos fiscais que não tiveram o retorno esperado (CARDOSO, 2001).

### **Os pescadores artesanais**

A pesca possui seu conjunto de técnicas, nomenclaturas, legislações e temporalidade; representa uma forma de organização socioeconômica, cuja atividade e relação com o meio ambiente produziu ao longo da histórica um conhecimento próprio (CARDOSO, 2001). Na pesca artesanal, o pescador obtém sustento e é inserido como um ator num campo singular, designando seu *habitus*. Como ator no meio da pesca, como trabalhador e cidadão, portanto, portador de direitos, os pescadores possuem estruturas denominadas Colônia de Pescadores a que podem recorrer para mobilização e reivindicação.

Os pescadores artesanais, que por definição mantêm vínculo comercial pela necessidade da venda do pescado, tiveram sua produção abalada pela pesca empresarial, tornando-se muitas vezes submissos ao sistema de mercado empresarial como reserva de trabalho nas embarcações, fora o isolamento de seus espaços de trabalho, situados principalmente nos arredores dos municípios onde escoavam sua produção ou próximos às praias.

Esse processo se perpetua até hoje, principalmente quando averiguamos que em 13 de março de 2017, a Secretaria de Aquicultura e Pesca, responsável pela regulação e implementação de políticas de pesca, foi transferida do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), através do Decreto Federal nº 9.004. Tal decreto evidencia o intuito do governo em priorizar o setor industrial em detrimento do pescador artesanal, apesar deste representar 99,16% dos pescadores profissionais em 2014 (RAINHA, 2014).

O abandono de uma política efetiva de pesca, pautada em uma infraestrutura incipiente mas eficaz aos moldes brasileiros de predominância do pescador artesanal, não deve ser visto como um problema superado. A precariedade do espaço, do reconhecimento e dos direitos desses trabalhadores é, infelizmente, fator contemporâneo. É por isso que se torna necessária a atuação de classe dos pescadores.

Deste modo, em 1988, com o art. 8º da Constituição Federal, as colônias passaram a se equiparar aos sindicatos de trabalhadores rurais como organização sindical independente,



dada a adição do primeiro inciso que determina a livre associação e a não interferência do poder público, em conta da mobilização realizada pela Confederação Nacional de Pescadores com seu Movimento Constituinte da Pesca desde 1985.

Se como indivíduos eles são fragilizados, como coletivo a história é outra. O Seguro-Desemprego de Pesca, (ou Defeso), por exemplo, surgiu pela iniciativa da Colônia Z-10 do Maranhão ao propor que o Estado se responsabilizasse por danos ambientais provocados pelos vazamentos em áreas de pesca, oferecendo uma compensação aos pescadores, que posteriormente foi institucionalizado (CARDOSO, 2001, p. 109).

### **O território da Colônia**

Notoriamente, um dos fatores fundamentais que determina o sentido da mobilização e das demandas é o território ocupado, os problemas presentes e as oportunidades de resolução; por isso é indispensável voltar o olhar para a territorialidade local.

A Colônia Z-17 se localiza no município de São Bernardo do Campo, especificamente na Estrada do Rio Acima, no bairro Capivari, logo após atravessar a Balsa João Basso. Esse bairro fica dentro do distrito do Riacho Grande, formado por dois bairros urbanos (Finco e Rio Grande) e mais dez bairros rurais, que são: Alto da Serra, Capivari, Curucutu, Imigrantes, Rio Pequeno, Santa Cruz, Tatetos, Taquacetuba, Varginha e Zanzalá.

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o número de domicílios na zona rural do município era de 3.665 habitantes, o que representava na época 1,56% dos domicílios de São Bernardo do Campo; a extensão do território rural, contudo, representa 52,45% do município (214,42 km<sup>2</sup>). São Bernardo do Campo faz parte da região do Grande ABC, reconhecidamente um centro industrial durante os anos 50 e 60, com a instalação de diversos parques industriais, a urbanização maciça e a predominância do modal de rodovias.

O Riacho Grande inclui todos os bairros rurais do município de São Bernardo do Campo, o que poderia ser um potencial para montar um espaço que possa equalizar as demandas e os problemas advindos das especificidades da ruralidade, mas o grande vazio demográfico e a dificuldade de acesso tornam a organização uma tarefa difícil. O isolamento geográfico configurado pela Represa Billings, que separa os bairros urbanos dos rurais, é um determinante fator da precarização dos serviços e da inserção de políticas públicas na região. O transporte deve ser feito com Balsa ou dando-se uma volta ao redor da Represa. Para veículos privados, que não desfrutam do benefício da passagem favorecida para os veículos de entidade pública, o transporte pode chegar a demorar até 2 horas em períodos de pico.

A primeira vez que tentei realizar o trajeto de carro foi no dia 08 de agosto de 2017 ao meio dia, e após meia hora de espera na fila me informei com vendedores ambulantes de que havia uma espera de uma hora. Por esse motivo optei por deixar o carro e fazer a travessia como tripulante, cerca de 20 minutos, incluindo a vinda da balsa, o embarque, a travessia e o desembarque. Apesar de nunca ter me deparado com a balsa lotada de pessoas (tirando o embarque de carros), em todas as 4 ocasiões em que percorri o trajeto uma média de 30 pessoas, excluindo os passageiros dos carros, estavam a bordo; ônibus não podem embarcar. A região é isolada, cerca de 20 minutos de carro desde a entrada do bairro Riacho Grande até a balsa, e a maioria das casas que ocupam o trajeto em ziguezague até a balsa é prioritariamente de comércio: vestimentas, lanches e bares, com um pequeno aglomerado de barracos. Do lado do bairro Capivari há um “terminal”, um espaço aberto para os ônibus pararem, e novamente a predominância de comércio.

A diferença de tratamento entre os bairros do Riacho Grande é visível: os bairros urbanos de Rio Grande e Dos Fincos se localizam antes da balsa, por isso, possuem maior acesso à infraestrutura. O bairro Rio Grande comporta a subprefeitura, pronto de socorro, delegacia da polícia municipal, guarda civil ambiental, da polícia militar, uma UBS, um CRAS, fora as demais estruturas comuns como região comercial, habitacional, etc. Os cuidados da região refletem seu ponto como atração turística para os interessados em conhecer a Represa. Mesmo o passeio ecoturístico ofertado pela Colônia se faz na Prainha do Riacho Grande, do outro lado da Colônia.

A subprefeitura fica no bairro do Rio Grande, e a região ao redor é bem cuidada, com ruas de paralelepípedo pintados, múltiplas entradas e acesso circular para facilitar a locomoção de veículos, calçadas largas e em bom estado. A região rural mal possui estradas em seu interior, com grandes espaços vazios de mata fechada ocasionalmente quebrados por sítios particulares ou as ocasionais vilas das quais são compostos os bairros. No transporte de ônibus não se paga tarifa, mas isso não alivia o problema da infraestrutura local pois o comércio é incipiente e o acesso é distante. Comércio banais como papelarias são escassos e caros, a região possui apenas uma UBS que fecha as 16 horas e não possui delegacia – que por sua vez significa que as regiões mais interioranas não possuem a fiscalização adequada.

Também se situa em área de reserva ambiental de mananciais, restringindo a construção, demarcação de lotes e o comércio. A existência de áreas de preservação de mananciais impulsionou a retirada de depósito de materiais de construção e aumento de investigações de ocupações irregulares na região por uma força tarefa da Guarda Ambiental

junto à Prefeitura e ao Ministério Público. Agora, quando há necessidade de material de construção, é preciso dirigir-se até a subprefeitura para adquirir uma permissão, assim o material será entregue atravessando a balsa.

A dificuldade de acesso também compromete o ensino local, uma vez que a falta de escolas e a distância daquelas existentes nas regiões mais distantes significa que muitos optam por não colocar seus filhos na escola. A isenção da tarifa dos ônibus deixou de beneficiar as crianças do ensino básico a partir do governo de Orlando Morando, atual prefeito do município. A precariedade é tanta que foi necessária uma Incubadora para implantar e organizar a padaria comunitária local, dada a falta de incentivo do comércio. Predominantemente, o acesso a serviços e bens se faz atravessando a balsa e indo para a região urbana.

Portanto, os habitantes têm que abandonar seu próprio lar para encontrar infraestrutura. A Z-17 adquiriu uma máquina de xerox para auxiliar no trabalho, mas passou a realizar serviços de cópia para a comunidade do entorno, dado a precariedade territorial e a distância entre os bairros e, conseqüentemente, do comércio.

### **A invisibilidade**

São Bernardo do Campo parece não reconhecer a presença de pescadores no seu território. Não existe nenhuma secretaria de agricultura ou de pesca no município. Dados fornecidos pela própria prefeitura através de seu domínio eletrônico (<http://www.saobernardo.sp.gov.br/>) relatam que a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo tem como competências a implementação da política relacionada com o desenvolvimento da indústria, a expansão do comércio e da atividade turística, e a Secretaria de Gestão Ambiental promove apenas a preservação, sem nenhuma menção à atividade pesqueira ou aos pescadores. Ademais, uma busca no site da prefeitura através de sua própria ferramenta de procura pelas palavras “pescadores”, “rural” ou “agricultura” devolve o alerta “Nenhum serviço encontrado”. “Pesca” dará um único resultado, referente ao recurso contra infração ambiental, embora a falta de preparo e a rotatividade dos Guardas Ambientais normalmente compliquem a relação com os pescadores, implicando em apreensões equivocadas ou desconhecimento da legislação ambiental.

A Colônia tenta marcar reuniões com as guardas e a polícia, a fim de estabelecer um sistema de diálogo que possa esclarecer dúvidas e facilitar o trabalho das partes envolvidas, mas nunca foi possível o contato com os responsáveis, o que significa que nenhuma mudança

efetiva foi alcançada. A Colônia afirma que a Polícia militar e a Guarda já chegaram a trabalhar sobre legislações diferentes, o que é inconstitucional. O banco de dados do Instituto de Pesca, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e responsável pelo monitoramento da atividade pesqueira, não possui dados sobre pescadores em São Bernardo do Campo ou em São Paulo, e através da Lei de Acesso a Informação, até 13/05/2018, o Município de São Paulo revelou não ter conhecimento do número de pescadores em seu território.

### **A Colônia Z-17**

A Colônia Z-17 “Orlando Feliciano” foi criada em prol dos pescadores locais. A organização começou em 2008 quando seus fundadores, enquanto pescadores artesanais, tiveram seu equipamento apreendido pela polícia. Para poder tê-los de volta, tiveram que ir até Santos recorrer à Colônia Z-1, dado a ausência de uma entidade de pesca em São Bernardo do Campo. Esse processo era não só demorado, mas também oneroso, dada a necessidade de ir ao local múltiplas vezes. Surgiu, então, em discussão com o presidente da Z-1 de Santos, Tsuneo Okida, a oportunidade de criar uma Capatazia da colônia, vinculada à mesma, para que pudesse tomar conta dos procedimentos em sua própria localidade. A Colônia surgiu, então por iniciativa dos próprios pescadores para contornar as dificuldades regionais e favorecer aqueles que, assim como seus fundadores, eram penalizados duplamente, não só com a negligência do poder público, mas com a dificuldade em recorrer.

Após desembarcar da balsa no bairro Capivari é possível avistar uma trilha de terra que atravessa a margem até uma casa ocultada pelas árvores. Além de uma placa indicando a venda de peixes não havia nenhuma indicação quanto à colônia até a primeira visita (08/07/2017), embora na data da segunda (23/11/12) houvesse uma placa indicando, mas que, contudo, era necessário chegar até o portão, nos fundos da casa logo em frente aos barcos para avistá-la. Sem qualquer conhecimento prévio sobre o local, seria impossível reconhecê-lo, tanto que a primeira vez que entrei na colônia não tinha certeza de que estava no lugar correto. A Colônia, na verdade, é um espaço da própria moradia cedido pelos fundadores, ficando em um dos cômodos anteriormente ocupado pelo filho da presidente que foi transformado em escritório.



Foto da Colônia Z-17 “Orlando Feliciano”, pela trilha que a liga à rua. 23/11/2017

Fonte: dos autores.

É nessa sala aos fundos da casa que se localiza a colônia, se armazenam as legislações e documentações, além de algumas cerâmicas, artesanatos e espécies em taxidermia que são levadas em eventos para mostrar o trabalho da Z-17 e de seus pescadores. Na segunda visita a sala também armazenava material publicitário do projeto de turismo Billings Tour pela Represa, desenvolvido junto à Colônia por parte Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, que atualmente possui um barco a motor que, contudo, não está disponível dado os problemas com a documentação e o seguro, estando parado e desgastado há um ano. A prefeitura havia informado que, devido a falta de espaço alocado para armazenamento, o material seria jogado fora, e foram assim reaproveitados como cartões para contato pela Vanderléa, a presidente da Colônia.



Peixes taxidermizados, rochas encontradas e um cartaz do Billings Tour dentro da sala da colônia. 23/11/2017

Fonte: dos autores.

### A Colônia como organização

As atividades administrativas são responsabilidade da filha da presidente da Colônia, como o cuidado com a burocracia para facilitar o acesso à documentação e o defeso dos pescadores, do diálogo com as entidades e de conhecer e repassar as legislações referentes à pesca. Sua mãe cuida da divulgação, do perfil do *facebook* e participa das reuniões e entrevistas em nome da colônia.

A Colônia Z-17 oferece passeios eco turísticos, participa e organiza eventos para a divulgação dos pescadores locais e mantém uma parceria com a Rede Balsear para ofertar aulas de cerâmica aos pescadores, como uma atividade complementar durante o período ocioso da proibição da pesca de novembro a fevereiro. A atividade da colônia não é só a de ser uma ponte de acesso aos direitos que os pescadores possuem, dos quais são excluídos, mas também de visibilidade para eles, dado que no próprio município a população urbana desconhece a presença de pescadores. Como entidade, a colônia possui capacidade para fazer pressão e estabelecer diálogo com o poder público, embora muitos projetos não tenham dado fruto, como o caso do Tour Billings.

A Colônia possui 500 pescadores filiados, alguns de São Paulo, e por iniciativa própria desenvolveu uma coordenação com o INSS do município para dar andamento aos

processos de Seguro-Desemprego (defeso) apenas para os membros da colônia – note, contudo, que é diferente de um Acordo de Cooperação Técnica, ferramenta de parceira do INSS com organizações da administração pública e da sociedade civil. Isso porque para estabelecer tal acordo, seria necessário se comprometer e responsabilizar por todos os documentos enviados ao INSS, e a Colônia não possui corpo técnico necessário para se assegurar contra casos de fraude por parte dos pescadores, que já ocorreram no passado. A Z-17 e seus pescadores sofrem, também, com a paralisação na emissão de carteiras de pescador profissional (Registro Geral da Atividade de Pesca), necessárias para adquirir o Defeso. É relevante destacar que a emissão para pesca amadora, que não possui direito ao seguro, continua ininterrupta.

O maior problema encontrado foi quanto a mobilidade: raramente a colônia consegue juntar a maioria de seus pescadores em eventos, tanto pela questão da distância e dispersão geográfica quanto por falta de motivação individual dos afiliados, muito em conta da falta de perspectiva quanto a sua posição social e política. Por esse motivo, a maioria das atividades e parcerias firmadas em nome dos pescadores é de autoria da própria Colônia. A comunidade local é mais presente, e a colônia realiza trabalhos com entidades da rede socioassistencial e outros grupos organizados. Considera-se importante uma organização local para centralizar o acesso aos recursos e repassá-los à comunidade local, dessa forma não só facilitando o retorno para os moradores, mas permitindo um centro de mobilização e operação da região, dado o quase total abandono da região pelo poder público.

Um episódio que demonstra a falta de mobilidade dos pescadores ocorreu no dia 07 de junho de 2018, em que o CRAS Riacho Grande visitou à Colônia para realizar o referenciamento das famílias de pescadores, ao qual participei como convidado. Apenas uma família compareceu, sendo necessário remarcar para outro dia. Foi selecionado o período entre agosto e setembro para o novo encontro, que coincide com o período do Defeso, na qual a presença dos pescadores é volumosa.

Ademais, superar o preconceito quanto à profissão de pescador se torna ainda mais acentuada dada a invisibilidade, provocada tanto pelas barreiras geográficas quanto pelo caráter urbano do município de São Bernardo do Campo, que leva ao apagamento da pesca artesanal como profissão no território, tido como incompatível com o imaginário urbano e industrial. Corriqueiramente eu ouvi de colegas “mas existe pescador na região?”.

## Conclusões

A Colônia Z-17 é uma relevante entidade de suporte e de luta pela reivindicação de direitos e a promoção de cidadania. A falta de compromisso com a pescaria e com o pescador por parte do poder público municipal, contudo, ainda é um grande desafio, sobretudo quando somada à negligência da zona rural e aos problemas conjunturais das políticas públicas referentes a pescadores artesanais.

O mais curioso é reconhecer a capacidade da colônia para além de sua responsabilidade como organização independente de pescadores, dado seu potencial para dialogar com as entidades locais e constituir uma rede de relações que será benéfica não só aos pescadores, mas a toda população local. Porém, é preciso tomar cuidado: Dagnino (2004) descreve o que ela denomina de “confluência perversa”, ou seja, a coincidência de um discurso neoliberal de Estado mínimo com as iniciativas populares de práticas de gestão e implementação de políticas. Em sua visão, uma vez que ambos os processos necessitam de uma população ativa, o Estado consegue repassar a responsabilidade para o setor público não-estatal sob a forma de “dinamização e diminuição dos custos” das políticas, mas provocando o abandono por parte do poder público.

Esse pode não ser o melhor caminho, dado que aparentemente o governo sequer parece importar-se com a população rural. Antes de mais nada, a organização local deveria focar em adquirir os direitos que lhes são negados, o direito à moradia de qualidade, aos serviços, à infraestrutura. É preciso primeiro ser reconhecido e instaurar uma cultura política combativa a esse estado de exclusão, ou a população configurará seu próprio governo paralelo, mas que nunca terá condição de superar sua precariedade se a arena de debate estiver fora de seu alcance. O primeiro passo é a formação de um movimento em prol de seus direitos, a capacitação dos habitantes como cidadãos ativos para consagrar a luta por melhores condições de vida.

A Colônia não é afiliada à Confederação Nacional de Pescadores, uma vez que ela duvida da real capacidade de impacto político dessa instituição. Sua mobilidade parece estar mais vinculada ao seu território imediato, principalmente dada a invisibilidade da população, o que tornariam suas pautas específicas demais para uma entidade nacional. Mas valeria usufruir dos espaços de debate para aprender as formas de organização, conhecer novos grupos e estabelecer vínculos, que poderiam se desenvolver em oportunidades de alianças ou em trocas de *expertise* no campo. Poderiam ser articuladas demandas com outros grupos de



pescadores da região, o que seria benéfico para a parcela da Z-17 que se encontra em áreas mais afastadas. Ademais, é preciso desenvolver uma estratégia mais eficaz para garantir adesão dos pescadores às atividades empreendidas, de modo a incentivar e capacitá-los a mobilizarem-se pelos seus interesses, em vez de dependerem da iniciativa da Colônia.

É necessário, também, compreender a origem dessa negligência do poder público com a região rural. Apesar dos fatores de isolamento geográfico, vazio demográfico, baixa densidade populacional, a falta de políticas (fora as ambientais) na região comprovam a incapacidade do município de cuidar de 50% de seu território, o que é alarmante. A zona rural, representando uma parcela tão diminuta da população do município, garante pouco poder de voto, o que a torna menos atrativa para os políticos.

Por fim, a maior dificuldade é promover a mobilização e participação da população local para que lute por seus direitos. O abandono da política pública acaba por minar a autoestima e o reconhecimento de si como cidadãos de direitos; cansados de batalhar diariamente por seu sustento, qualquer progresso, não importa o quão irrisório, ou mesmo a capacidade de permanecer na conjuntura atual, parece o suficiente. Acima de tudo, a negligência de seus direitos, não apenas de pescadores, mas de toda população rural, é inadmissível, mesmo quando constatamos os problemas de acesso ao local. Enquanto essa carência não for reconhecida como anormal, os habitantes continuarão às margens da política pública a mesma que vem negando-lhes os seus direitos. O baixo índice demográfico da região e as barreiras geográficas tornam a formulação de políticas públicas um desafio, mas também enfatizam a sua urgência.

### Referências Bibliográficas

AZEREDO, A.; MENDONÇA, M.; CASTRO, A. Operação tenta impedir construções irregulares na região da Represa Billings. **Portal G1**. 17/10/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/operacao-tenta-impedir-construcoes-irregulares-na-regiao-da-represa-billings.ghtml>>. Acesso em: 05 de Julho de 2018.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de pós-graduação (Geografia Física). 143 p. Universidade de São Paulo - USP. São Paulo. 2001.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004. p. 95-110.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

RAINHA, Felipe Andrade. **A pesca artesanal: uma análise da produção pesqueira em diferentes escalas**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

GUEDES, A. D. ; PEREIRA, J. C. M. ; MELLO, M. M. . Conflitos, Visibilidades e Territórios. A Participação Social da Perspectiva dos Povos e Comunidades Tradicionais. In: LEITE LOPES, José Sérgio; HEREDIA, Beatriz. (Org.). **Movimentos Sociais e Esfera Pública. O Mundo da Participação: Burocracias, Confrontos, Aprendizados Inesperados**. 1ed. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MORAES, S. C. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 10, 2001, Fortaleza. Sociedade e Cidadania: novas utopias – Programas e Resumos... Fortaleza: SBS, 2001. p. 91.

# AS MULHERES E A LUTA POR CASA DE REFERÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO E O CRM HELENIRA PRETA

Isis Mustafa de Assis<sup>1</sup>, Livia de Tommasi<sup>2</sup>

## Resumo

Esse artigo apresenta as experiências recentes do Movimento de Mulheres Olga Benário na construção do Centro de Referência para Mulheres em gestão compartilhada com o poder público, modelo inédito na América Latina. A partir de levantamento bibliográfico de dados sobre violência no Brasil e entrevistas com as mulheres do movimento, discutimos as condições precárias das políticas públicas de combate à violência contra mulheres no Brasil e, em particular, na Região do Grande ABC, em São Paulo. Como forma de denúncia e para reivindicar a construção de um Centro de Referência para Mulheres, o movimento ocupou uma casa abandonada no município de Mauá. A partir dessa experiência, discutimos os limites da responsabilização dos movimentos sociais na promoção de políticas públicas e o papel do poder público.

**Palavras-chave:** Movimento de Mulheres, Centro de Referência para Mulheres, Femicídio, Feminismo, Políticas Públicas.

## Abstract

This article presents the recent experiences of the 'Movimento de Mulheres Olga Benário' in the construction of a Women's Reference Center in order to create a shared management with the government, an unprecedented model in Latin America. From a bibliographic survey on violence in Brazil and interviewing women from Olga's movement, we have discussed the precarious conditions of public policies to combat violence against women in Brazil and in the Region of "Grande ABC", in São Paulo. The organization decided to occupy an abandoned house in the municipality of Mauá as a complaint, claiming the construction of the Reference Center for Women, called "Helenira Preta". Finally, we have discussed the limits of the accountability of social movements in the promotion of public policies and the role of public power in this relation.

**Palavras-chave:** Women's Movement, Reference Center for Women, Femicide, Feminism, Public policy.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: isismustafa.ie@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. E-mail: [livia.tommasi@ufabc.edu.br](mailto:livia.tommasi@ufabc.edu.br)

*“A Secretaria Estadual de Segurança Pública divulgou novo balanço mensal de ocorrências de crime, nesta segunda-feira (27). Os números apresentados apontam que os casos de estupro e estupro de vulnerável aumentaram na região (do ABC) em outubro quando comparado com o mesmo mês do ano passado [...] Em outubro de 2017 foram registrados 50 casos de estupro na região, alta de 30%.”*

Repórter Diário: Casos de estupro aumentam em 30% no ABC. 27 de Novembro de 2017

## Introdução

O presente trabalho pretende estudar a experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário - MMOB com a construção do Centro de Referência Para Mulheres Helenira Preta. Desde 2015, o MMOB tem direcionado suas ações para construir um novo tipo de relação do movimento social com o poder público, denunciando o despreparo e a falta de equipamentos públicos, o fechamento das secretarias/pastas de mulheres e o desmonte das políticas de combate à violência contra as mulheres. Estima-se que somente 10% dos casos são oficialmente denunciados, de acordo com o IPEA. Perguntas invasivas, revitimização e culpabilização das mulheres são alguns dos motivos que suscitam desconfiança a respeito da atuação das delegacias de mulheres. As vítimas, que muitas vezes desconhecem a existência dos Centros de Referência para Mulheres (CRM) e dos abrigos, ao procurar pelas delegacias frequentemente não encontram o atendimento adequado e nem são encaminhadas para esses equipamentos.

Assim, o MMOB propõe um novo tipo de política para os CRMs: geridos pelo movimento, com espaços de formação e cultura que ultrapassam o simples acolhimento e o direcionamento para aparelhos estatais. Através de ocupações, as mulheres do movimento vêm tendo a experiência única na América Latina de gerir dois CRMs, um em Belo Horizonte e outro em Porto Alegre. O objetivo dessas experiências não é substituir o poder público, ao contrário, é denunciar a ausência de políticas públicas para mulheres e demonstrar que é possível operar em outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica, afetiva, etc. Assim, essas experiências mostram as contradições inerentes à atuação do poder público, que por um lado reconhece a eficiência desses CRMs ao encaminhar mulheres para esses centros e, pelo outro, como no caso de Porto Alegre, contraditoriamente segue pedindo a reintegração de posse do edifício onde funciona a ocupação.

Este trabalho está dividido em três partes: (1) apresentação do MMOB e de alguns dados sobre a violência contra as mulheres; (2) a experiência no grande ABCDM da Ocupação Helenira Preta; (3) análise final e discussões da experiência.

Considero importante ressaltar que me situo dentro do campo de estudo, já que faço parte do Movimento. Meu objetivo aqui é apresentar as questões e contradições gerais desse tipo de relação do movimento social com as políticas públicas. Além disso, a Ocupação Helenira Preta não é uma experiência terminada. Portanto, podemos aqui avançar somente alguns apontamentos, deixando uma série de questionamentos para pesquisas futuras.

## **A violência Contra as Mulheres no Brasil**

No Brasil, a pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizada em 2015, revela que mais de 50% da população é composta por mulheres e mais de 40% dos lares brasileiros são comandados por mulheres. Os dados sobre feminicídio são alarmantes: entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, com um aumento de 21%, representando 13 feminicídios diários (WAISELFISZ, 2015, p. 13). Efetivamente, apenas quatro países evidenciam taxas de violência contra as mulheres superiores às do Brasil: El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Porém, as mulheres não sofrem violações iguais, visto que as taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%, ou seja, de 3,6 por 100 mil brancas em 2003, para 3,2 em 2013. Em contrapartida, as taxas de homicídio das mulheres negras cresceram 19,5%, passando de 4,5 para 5,4 por 100 mil, no mesmo período (WAISELFISZ, 2015, p. 31).

Essa distância relativa, entre as taxas de vítimas brancas e negras, é o que denominamos índice de vitimização negra, que nada mais é do que a diferença percentual entre as taxas de homicídio de mulheres de ambos os grupos. Vemos que o índice de vitimização negra, em 2003, era de 22,9%, isso é, proporcionalmente, morriam assassinadas 22,9% mais negras do que brancas. O índice foi crescendo lentamente, ao longo dos anos, para, em 2013, chegar a 66,7%. (WAISELFISZ, 2015, p. 32)

Os dados apresentados, portanto, retratam que a estrutura da violência de gênero no Brasil é marcada pela questão racial. As políticas para mulheres promovidas nos últimos anos ainda que apresentem resultados positivos na queda geral da violência contra as mulheres não foram capazes de intervir na vida das mulheres negras e, constatando o aumento da violência contra essas mulheres no último período, é possível verificar como a organização da sociedade capitalista vitimiza seus corpos em todas as esferas.

O “Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, é uma publicação editada pelo Ipea em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR) e a ONU Mulheres, que nos permite compreender a relação e as distâncias entre a realidade das mulheres brancas e negras nos aspectos da divisão de classes da sociedade brasileira.

No documento, podemos verificar que o racismo joga as mulheres negras para condições mais precárias de vida: restringe o acesso aos já escassos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança, assim como a emancipação financeira se torna mais difícil nas

condições de baixa escolaridade, distância dos grandes centros e alocação no mercado de trabalho.

Crescem as ocupações de menor qualidade com alta informalidade e menor renda voltadas para pessoas com baixa escolaridade. As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria; enquanto as mulheres de classe média, devido às maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde. (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2000 *apud* MARCONDES, 2013, p. 56)

Além disso, o racismo objetifica os corpos das mulheres negras, colocando-os em maior vulnerabilidade, passíveis de serem violentados pela sua cor e classe social.

É o que pode ser averiguado na análise do caso de Sirlei, uma carioca, trabalhadora doméstica, que em 2007 foi agredida às 5h da manhã por um grupo de cinco jovens brancos de classe média alta no momento em que esperava o ônibus para ir ao trabalho. Os jovens alegaram que a confundiram com uma prostituta, o que justificaria a agressão na percepção deles. [...] Outra forma de desigualdade embutida neste exemplo é a colagem do estereótipo de prostituta à mulher negra, que, no caso, a expôs à violência. (MARCONDES, 2013, p. 135)

Por fim, outro dado relevante para a discussão do papel dos Centros de Referência, é a preponderância nas denúncias da violência de tipo doméstico: no conjunto de todas as faixas etárias, os parentes imediatos ou parceiros e ex-parceiros são responsáveis por 67,2% do total de atendimentos. (WAISELFISZ, 2015, p. 48)

### **O Movimento de Mulheres Olga Benário**

O Movimento de Mulheres Olga Benário surgiu em 2011, na Primeira Conferência Mundial de Mulheres de Base em Caracas, capital da Venezuela, que contou com a participação de mais de 40 países e de 21 delegadas representando o Brasil. Ao voltar para o Brasil as mulheres que participaram sentiram a necessidade de organizar mulheres trabalhadoras, jovens, negras, LBT, mães, sindicalizadas e periféricas para lutar pela emancipação feminina. Desta forma, o Movimento, presente atualmente em 17 estados do país, se organiza através de coordenadorias nacionais, estaduais, municipais e núcleos, construindo as pautas feministas. É um espaço de formação política, econômica e social que tem o objetivo de promover as lutas tanto no nível local e regional como nacional.

O Movimento se coloca na perspectiva do feminismo classista, compreendendo que a origem da opressão de gênero é indissociável do surgimento da propriedade privada dos

meios de produção e das relações sociais existentes e, portanto, a libertação e a emancipação das mulheres só serão possíveis com o fim da sociedade capitalista e a construção de uma nova sociedade.

Diante dos dados alarmantes que denunciam o descaso do poder público perante as mulheres em situação de violência, o Movimento de Mulheres Olga Benário há seis anos vem mobilizando mulheres do Brasil inteiro para lutar pela justiça social. No âmbito da sociedade que almejamos construir, percebe-se quão significativa e necessária é a organização dos movimentos de mulheres e a criação de espaços para a discussão e proposição.

Além da Ocupação Helenira Preta, o Movimento de Mulheres Olga Benário realizou outras duas ocupações: no dia 8 de março de 2016, a Ocupação Tina Martins, em Belo Horizonte, Minas Gerais, que sucessivamente se consolidou como CRM e no dia 25 de novembro de 2016 a Ocupação Mulheres Mirabal na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Essa última permanece até os dias de hoje na luta pela concretização da Casa de Referência Mulheres Mirabal, realizando todas as ações de atendimento jurídico, assistencial e psicológico.

Dentre as pautas da emancipação da mulher está a luta pelo acesso universal às creches, para que a entrada no mercado de trabalho possibilite alcançar a independência financeira e exercer as diversas funções que desejarem. Em Minas Gerais, o movimento administra atualmente a Creche Tia Carminha, localizada na Ocupação Eliana Silva.

Na região do Grande ABCDM, os dados de violência contra a mulher também são impactantes, sendo que uma mulher por dia denuncia ter sido estuprada. Em outubro de 2017, segundo o balanço mensal de ocorrências divulgado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, foram registrados 50 casos de estupro na região (CARVALHO, 2017). Porém esses dados devem ainda ser subestimados, pois levantamento do Ipea de 2014 estima que apenas 10% das vítimas efetuam oficialmente a denúncia (CERQUEIRA, COELHO, 2014), devido às violências institucionais que ocorrem nas repartições públicas, como a própria Delegacia da Mulher.

Outro dado estarrecedor é que na região do ABCDM houve um aumento de denúncias de violência contra mulheres de 17% no primeiro semestre do ano de 2017 (MACÁRIO, 2017). Só no primeiro semestre de 2016, 1.644 mulheres procuraram ajuda do poder público no ABC para saírem das situações de violência, somando um total de 9 atendimentos por dia e representando um aumento de 50% em relação aos semestres anteriores. (RIBEIRO, 2017)

Dessa forma, o Movimento de Mulheres Olga Benário vem atuando na região do ABCDM desde 2011, dando formações, palestras em escolas, universidades, cursos de



qualificação profissional na área da alimentação e organizando atividades culturais. Apenas na Universidade Federal do ABC existem quatro núcleos do Movimento, organizando estudantes e trabalhadoras de toda a região do Grande ABC.

### **História da Ocupação Helenira Preta**

Na noite do dia 24 de julho de 2017, cerca de 100 mulheres do movimento realizaram uma Assembleia para preparar a ocupação. (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2017) “Aquela noite foi muito emocionante... cada mulher contando a sua história, incentivando as outras a lutar,” disse a Dona Maria\* sobre a noite anterior a ação. O movimento vinha se preparando há cerca de 1 ano para realizar a ocupação. Ana\*, da Coordenação Estadual do Movimento, conta que a orientação nacional era construir uma resposta a esse tipo de reivindicação em cada um dos 17 Estados onde existe atuação do movimento.

A ocupação aconteceu numa casa que estava abandonada pelo poder público há mais de 20 anos, segundo informações dos moradores da região. Localizada na Avenida Governador Mário Covas no centro da cidade de Mauá, a casa estava em processo de tombamento, motivado pelo fato que antigamente abrigava as reuniões do grupo de Autonomistas que lideraram o movimento até 1953, quando foi aprovada em assembleia em plebiscito a autonomia do então Distrito andreense de Mauá.

A escolha da data de publicização da Ocupação, o dia 25 de julho de 2017, foi motivada para demarcar o Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Afro-Caribenha – data criada a partir do Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, em Santo Domingos, República Dominicana, em 1992. No Brasil, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra em memória de lutadoras negras como Tereza de Benguela e Luisa Mahin foi instituído pela presidenta Dilma Rousseff, em 2 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

O objetivo do MMOB era estabelecer no município um Centro de Referência para atender as mulheres em estado de violência sexual, física, psicológica, patrimonial, digital entre outras violações. A proposta era que a gestão do Centro fosse compartilhada entre a Prefeitura de Mauá e o Movimento de Mulheres, já que para as feministas o Estado perpetua a violência institucional através da revitimização das mulheres por parte de profissionais que não são preparados para lidar com as vítimas de violência, culpabilizando as mulheres. Como exemplo do despreparo do Estado em promover políticas para mulheres se destacam o horário de funcionamento das delegacias da mulher para queixas e Casas de Referências, das 9 horas

às 18 horas nos dias úteis, o que não contempla a maior parte das mulheres trabalhadoras que sofrem violência em geral fora do horário comercial e não têm para onde ir. O caso mais grave na região do ABC é da Delegacia da Mulher de Diadema, onde as funcionárias recomendam que as mulheres cheguem até às 15 horas, ainda que o horário oficial de atendimento seja até às 18 horas, porque a espera é muito grande (ABCD MAIOR, 2015). Outro fator de destaque são os abrigos que só acolhem mulheres que estão “reconhecidamente” em risco de morte. Além de serem poucas casas, afastadas de tudo e todos, colocam as mulheres em clausuras e muitas vezes não abrigam os filhos das acolhidas.

O Movimento se propôs fazer uma acolhida das vítimas além do que é oferecido pelos serviços públicos, realizando atendimentos além do emergencial e trabalhando com a comunidade a prevenção da violência, pois também é possível aprender valores de igualdade e empatia para com o próximo. Desenvolvendo cursos profissionalizantes para dar independência financeira para as mulheres, rodas de conversa e formações sobre assuntos inerentes à realidade das mulheres da comunidade de Mauá e região.

A ocupação na Casa dos Autonomistas durou cerca de uma semana, mobilizando uma rede de solidariedade que ultrapassou os limites do grande ABCDM, recebendo doações de coletivos da capital e notas de apoio de movimentos, entidades e organizações nacionais.

As principais dificuldades encontradas pelas ocupantes foram as condições da casa: sem água e sem energia elétrica, as paredes muito mofadas e toda a estrutura do telhado condenada, o que colocava em risco a permanência das mulheres naquele espaço. Isso transformou a relação que o ato de ocupar tinha com a reivindicação política. As outras duas experiências estabeleceram a rede de atendimento e acolhida das mulheres em situação de violência desde o início da ocupação. No caso da Helenira Preta, não era possível consolidar o CRM independentemente das negociações com a prefeitura, por falta de estrutura. Por esse motivo, o Movimento esforçou-se para manter o diálogo com a prefeitura. Durante esse período foram feitas três reuniões com a Secretaria de Governo, responsável pelas relações institucionais com a comunidade, principalmente por meio da descentralização de ações e serviços, como é colocado no site da Prefeitura de Mauá. Nessas reuniões, o Movimento acordou a saída da casa que estava em processo de tombamento e em contrapartida a Prefeitura assumiu o compromisso de procurar imóveis disponíveis na região central de Mauá para a instalação do Centro de Referência.

Cumprindo sua parte do acordo, a prefeitura emitiu um decreto que instituiu um grupo de trabalho para a elaboração e implementação de políticas públicas para mulheres e a implantação do Centro em parceria com a Sociedade Civil, mais tarde representada através de R. *ÍANDÉ – Ciências e Humanidades*. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.27 - 41, jul/2018

portaria pelo Movimento de Mulheres Olga Benário. Porém, à revelia das negociações com o poder executivo, a Promotoria entrou com pedido de reintegração de posse do imóvel através do Ministério Público. A denúncia foi acatada pela Juíza de Direito, Dr<sup>a</sup> Maria Eugênia Pires Zampol que promulgou a reintegração expedida pela Promotoria. Imediatamente a Defensoria Pública de Mauá acionou uma defesa das mulheres da ocupação e em dois dias foi revogada a ordem de reintegração de posse; além disso, se conseguiu abrir um espaço de diálogo da Prefeitura de Mauá com o Movimento, através do judiciário. Porém o Movimento optou por continuar as negociações diretamente com o poder executivo, devido ao histórico de intransigência da Juíza de Direito da comarca com os movimentos sociais. A experiência dos movimentos sociais aponta que judicializar as questões significa não conseguir consolidar negociações de cunho político, ou seja, obter uma maior flexibilidade nos interesses dos atores.

Ao fim das negociações, com o GT instituído e nomeado, o Movimento realizou um ato político de desocupação da casa com a presença de todos os apoiadores e a Prefeitura de Mauá disponibilizou um caminhão para retirar as coisas da ocupação, finalizando assim a primeira fase da constituição do CRM. Na opinião de Ana, existia um medo grande de ser somente uma manobra da Prefeitura para enfraquecer o movimento e não realizar a construção do CRM, mas era um risco a se correr, já que as condições da casa não permitiam a permanência das ocupantes no espaço.

### **As negociações com o Poder Executivo**

O MMOB conta com o apoio de profissionais qualificados para prestar os serviços necessários no CRM, como educadoras, psicólogas e advogadas; assim como uma rede de apoio que se consolidou ao longo da ocupação e está à disposição para atuar na casa. Entretanto, o movimento não pode se responsabilizar pelo completo funcionamento da casa e descarregar o poder público da responsabilidade de promover políticas de combate à violência contra mulheres.

Em nova fase de instalação do CRM apareceram entraves e exigências legais por parte do Governo Federal e do próprio tramite dos processos administrativos, impondo uma série de dificuldades para esse novo modelo de gestão compartilhado, dificultando a concretização do Centro de Referência. Em 2003, o Governo Federal por meio da Lei nº 10.683, criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, responsável por formular e articular as políticas públicas para mulheres. Em 2006 foram formuladas as

### Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência:

Para que se assegure a qualidade do serviço e para que possam produzir dados e informações comparáveis ou equivalentes, em busca de monitoramento e de subsídios constante para a manutenção e reformulação das políticas públicas de atendimento à mulher, faz-se necessário a elaboração de norma técnica que estabeleça, em âmbito nacional, diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento desse equipamento da Rede de Atendimento. (BRASIL, 2006, p.13)

Estas normas estabelecidas pelo Governo Federal exigem uma infraestrutura que muitos municípios não possuem: atendimento psicossocial, acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação dos profissionais para as questões específicas do machismo, articulação com a rede local (tanto com a saúde, como com a segurança pública) e levantamento de dados estatísticos locais sobre a violência contra a mulher.

A então Secretária de Promoção Social, Rosí Ribeiro de Marco, apontou como a maior dificuldade do município o levantamento de dados sobre a violência contra a mulher, devido ao quadro de recursos humanos restrito da Prefeitura e poucos recursos financeiros disponíveis para a contratação de novos profissionais, reflexo também da falta de políticas públicas para mulheres no próprio plano de gestão da Prefeitura.

### **A Proposta de Gestão Compartilhada e o PPA 2018/2021**

No dia 29 de Agosto de 2017, realizou-se a audiência do Plano Plurianual Municipal - PPA de 2018 a 2021, onde o Movimento de Mulheres Olga Benário conquistou o primeiro lugar reivindicando o Centro de Referência para Mulheres, oficializando a demanda pela política pública para mulheres com mais de cem votos dos munícipes de Mauá.

Nessa fase da negociação, a experiência de gestão compartilhada surge como uma solução para vários problemas. O que o Movimento não dispõe, como técnicas de Assistência Social e recursos para pagar o aluguel do espaço, é suprido pela Prefeitura. Os técnicos para a assistência jurídica e o levantamento de dados são de responsabilidades do Movimento.

<b>Tabela 1: Divisão das responsabilidades pelo funcionamento do CRM entre o MMOB e a Prefeitura</b>	
<b>Movimento</b>	<b>Prefeitura</b>
1 Arteterapêutica	2 Psicólogas
1 Educadora	2 Assistentes Sociais
2 Advogadas	1 Ajudante-Geral
Internet e Gás	Cessão/Aluguel do Imóvel
Alimentação e Utensílios	2 Guardas Civis
	Patrimônio e Computadores

Fonte: Elaboração Própria

A Prefeitura de Mauá apresentou cinco propostas de local ao Movimento, entre imóveis próprios e propriedades privadas locadas. O Movimento levou em consideração a localização e o acesso para escolher o local, decidindo por uma casa próxima ao terminal de ônibus e à estação de trem. Porém, o imóvel alugado pela Prefeitura de Mauá escolhido estava sendo custeado pelo Governo Federal para abrigar menores em situação de risco, ou seja, o imóvel não poderia ser usado para outro fim. Devido à demora que o processo levaria para protocolar a mudança de finalidade do imóvel, a Prefeitura preferiu arcar com as despesas tanto da transferência das crianças para um imóvel próprio do executivo, como arcar com o aluguel do Centro de Referência, ainda que provisoriamente. Enquanto isso, a equipe da prefeitura segue estudando os editais do governo federal para as políticas para as mulheres.

O próximo passo é instituir a Lei do CRM junto à Câmara Municipal, visto que o processo administrativo já está aberto. A previsão de entrega do espaço era o dia 8 de Dezembro de 2017, quando se iniciaria o processo de reforma da casa, o chamamento público dos profissionais e o estabelecimento da rede de atendimento do CRM. No entanto, passado o prazo, a prefeitura segue apresentando dificuldade com o aluguel do imóvel que será destinado ao funcionamento do centro.

## Conclusões

Como será o funcionamento do CRM Helenira Preta uma vez instalado em imóvel próprio é objeto para estudo futuro, mas podemos refletir sobre alguns modelos semelhantes. Existem alguns exemplos de Gestão Compartilhada de serviços do Estado, como saúde e educação. O mais próximo do que acredito que será o CRM Helenira Preta é o da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, onde a gestão é realizada por um Colegiado Gestor composto por membros da Sociedade Civil e do poder público, que debate e implementa as políticas da casa.

A experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário, nas discussões realizadas até aqui, se assemelha com a prática de Poder Popular. Abrindo e dirigindo Centros de Referência para Mulheres enquanto políticas públicas, o movimento é capaz de formar mulheres para enfrentar não só a violência do machismo, mas a violência do sistema capitalista contra seus corpos e sua autonomia, organizando-as para construir uma sociedade livre.

As casas apresentadas, especialmente o CRM Tina Martins em Belo Horizonte e Helenira Preta em Mauá, mostram uma parceria e colaboração bem sucedidas entre o movimento social e o poder público. Ao mesmo tempo em que as mulheres do MMOB exigem do Estado que cumpra sua parte no acordo, responsabilizando-o por determinados custos de insumos e a manutenção das casas, elas também estão determinadas em fazer com que os CRMs ofereçam serviços adequados à realidade e necessidades das mulheres. No caso da Helenira Preta, existe ainda um esforço do Poder Executivo da cidade de Mauá por tornar o CRM realidade, especialmente devido ao peso político que a pressão dos munícipes teve na aprovação da pauta no PPA.

A manutenção desta relação está intimamente ligada ao nível de organização dessas mulheres, à vigilância e à consciência dos limites das políticas públicas. E é justamente por construir este modelo de luta e parceria que essa iniciativa não se coloca na ótica de desresponsabilizar o Estado e repassar a responsabilidade para a sociedade civil (Dagnino, 2004). Ao contrário, a experiência do MMOB mostra positivamente que existem responsabilidades e exigências compartilhadas e é necessário transformar a forma de atuação e do poder do Estado.

Os CRMs geridos pelo Movimento de Mulheres representam a possibilidade de tornar a política efetivamente pública construindo coletivamente o comum. Ocupar um espaço, estabelecer uma cozinha e creche coletivas, construir uma rede de atendimento e ainda trocar conhecimentos profissionais e artísticos, permitindo a formação política e a autodeterminação das mulheres, em seus corpos e vidas, é uma prática notável. A política pública, dessa forma, R. *ÍANDÉ – Ciências e Humanidades*. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.27 - 41, jul/2018

é compreendida e praticada não como um aparelho da propriedade coletiva, mas como construção coletiva por mulheres que praticam o comum. “[...]São as práticas sociais e somente elas que decidem sobre o caráter ‘comum’ de uma coisa ou de um conjunto de coisas. Portanto, contra qualquer naturalismo ou essencialismo é preciso sustentar que é a atividade dos homens que torna uma coisa comum, guardando-a de qualquer lógica de apropriação e reservando-a para o uso coletivo.” (Dardot e Laval, 2015, p. 217)

### **Entrevistadas**

Ana (nome fictício), 22 anos, Coordenadora Estadual de São Paulo do Movimento de Mulheres Olga Benário. Dona Maria (nome fictício), 58 anos, Membro do Núcleo Zona Norte do Movimento de Mulheres Olga Benário.

### Referências Bibliográficas

ABCD MAIOR. No ABC paulista, Delegacias da Mulher só abrem em horário comercial. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/04/no-abcd-delegacias-da-mulher-so-abrem-em-horario-comercial-3356.html>> Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Norma Técnica de Uniformização para Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, 2006.

BRASIL. LEI Nº 12.987 DE 2 DE JUNHO DE 2014. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm)>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

CARVALHO, C. Casos de estupro aumentam em 30% no ABC. **Repórter Diário**. 2017.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). 2014.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

FONTOURA, N., REZENDA, M. T., MOSTAFA, J., LOBATO, A. L. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. IPEA, 2017.

Macário, D. Denúncias de violência registram alta de 17%. 2017. **Diário do Grande ABC**. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/2763212/denuncias-de-violencia-registram-alta-de-17>> Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. IPEA. 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO. **Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario**. Brasil, Dezembro de 2016. p. 5.

\_\_\_\_\_. Mulheres ocupam casa em SP para abrigar vítimas de violência. 2017. **Jornal A Verdade**. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2017/07/mulheres-ocupam-casa-em-sp-para-abrigar-vitimas-de-violencia>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

Projeto de interesse público e social: Centro de Referência para Mulheres em situação de Vulnerabilidade Social Mulheres Mirabal. Associação Civil, Cultural e Beneficente. Dezembro de 2016. Disponibilizado pela Coordenação Estadual Rio Grande do Sul do Movimento de Mulheres Olga Benário.



Projeto do Centro de Referência Helenira Preta. Fase de Negociação. Disponibilizado pela Coordenação Estadual do Movimento de Mulheres Olga Benário.

Ribeiro, G. Ajuda a mulheres vítimas de violência bate recorde na região do ABC Paulista. 2016. **Jornal Metro.** Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2016/07/27/ajuda-mulheres-vitimas-violencia-bate-recorde-na-regiao-do-abc-paulista.html>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

WALSELFISZ, Julio Jacolo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** FLACSO. 2015.

# MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRANSPORTE: HISTÓRICO, ENFRENTAMENTOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Luis Fernando Oliveira<sup>1</sup>, Livia de Tommasi<sup>2</sup>

## Resumo

O presente texto tem como objeto de estudo os movimentos sociais que tematizam a questão do transporte coletivo, especialmente os ônibus. Será feita uma rápida explicação da utilidade dos transportes públicos no âmbito do sistema capitalista, que foram objeto de alguns protestos significativos ao longo do século passado nas regiões metropolitanas do país. Será apresentado o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito da cidade de São Paulo, uma instância institucional de participação na definição das políticas públicas. Adotando uma abordagem histórica, o trabalho tratará do contexto dos anos 90 que afetou não somente os movimentos sociais de transporte, mas também outros movimentos ligados a outras questões sociais que tiveram suas forças diminuídas em consequência da onda neoliberal que se instalou no país. O texto apresenta por fim a negligência governamental em políticas públicas de transportes urbanos, que acarretou em diversas mobilizações sociais. Em relação ao CMTT especificamente, vê-se que é um lugar ocupado por segmentos ligados ao transporte urbano, embora seu caráter consultivo possa, futuramente, afastar esses grupos das discussões lá realizadas. Finalmente, constata-se que organizações não governamentais ligadas ao transporte se preocupam muito mais em questões relativas ao transporte individual que com os transportes coletivos.

**Palavras-chave:** Movimento Social, Participação, Transporte Público, Neoliberalismo.

## Abstract

The present text has as its study object the social movements that summarize the discussion about the public transport, especially the buses. A brief explanation will be given over the utility of public transport within the capitalist system, which has been subject of significant protests over the last century in the metropolitan regions of the country. The Municipal Transportation and Transit Council of the city of São Paulo will be presented, an institutional instance of participation in the definition of public policies. Adopting a historical approach, the paper will address the context of the 1990s that affected not only the social movements of transportation, but also other movements linked to other social issues that had their forces diminished as a result of the neoliberal wave that settled in the country. The text finally presents the governmental negligence in public policies of urban transport, which has resulted in several social mobilizations. In relation to the CMTT specifically, we have seen that it is a place occupied by segments connected to urban transport, although its consultative character may, in the future, distance these groups from the discussions carried out there. Finally, we find that non-governmental organizations involved in transport are much more concerned with issues related to individual transport than with public transport.

**Keywords:** Social Movement, Participation, Public Transport, Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: fernando.arts.2009@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. E-mail: livia.tommasi@ufabc.edu.br.

## **Introdução**

O presente artigo busca apresentar os conflitos surgidos entre governos e movimentos sociais ligados ao transporte na busca por mais equidade e qualidade no meio de locomoção mais usado pela população: o transporte público. Para tanto, será apresentada uma breve explicação da importância do sistema de transporte para o capitalismo. Em seguida, o artigo focará no histórico de manifestações ocorridas no país até o surgimento do Movimento Passe Livre, um dos principais motores para os protestos de junho de 2013. Além disso, será apresentado o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, instância institucional e participativa do município de São Paulo. Por fim, faremos alguns comentários sobre as consequências da onda neoliberal instaurada no país nos anos 1990 que teve efeitos perversos sobre os movimentos sociais como um todo.

Para isso, será realizado um levantamento bibliográfico que abarque os temas de transporte, movimentos sociais e participação popular na elaboração de políticas públicas tendo em conta os seguintes aspectos: a utilidade dos transportes no mundo capitalista, os históricos dos movimentos sociais que tratam da mobilidade urbana e a desmobilização sofrida por esses movimentos (e outros) a partir do que ocorreu com a mudança de pensamento sobre o papel do Estado a partir dos anos de 1990.

## **Para que serve o transporte**

O deslocamento das pessoas realizado por meio de ônibus, trem ou metrô serve, para o capitalismo, basicamente para o transporte da mão de obra da casa para o trabalho (ASSAD, QUEIROZ, 2015). Aliás, o transporte em si serve ao capitalismo e à produção de lucro, tanto para deslocar as matérias-primas retiradas dos países produtores para os países transformadores da matéria (que a utilizam para produzir, agregando o triplo ou mais do valor à matéria) quanto para que os produtos voltem aos países fornecedores de matérias-primas, onde se concentra a maioria dos consumidores.

Diante disso, é fácil perceber a importância do transporte público quando se nota que a oferta de empregos nas grandes cidades se concentra no centro e nos arredores e é mais esparsa ou nula nas periferias. É justamente desses lugares que vem a mão de obra, num mesmo pico de horário em volume descomunal, quando todos os meios de transporte são utilizados em toda sua potência, ou seja, utilizando o máximo de espaço para o máximo de gente. Deslocar-se, em dias de trabalho, pode ser relativamente rápido se as pessoas irem apertadas (e não quiserem esperar um outro ônibus, possivelmente com menos passageiros),

com a porta do veículo mal conseguindo ser fechada por conta da lotação do ônibus. O deslocamento é rápido porque, novamente, usa-se toda a potência, ou seja, a maior parte dos veículos estão disponíveis para locomoção. Entretanto, em dias de descanso e de não produtividade, o deslocamento é dificultado ao máximo. A começar com o aumento do tempo de espera nos pontos de parada devido ao reduzido número de ônibus postos em circulação. Nas linhas de trens acontece o mesmo, principalmente nas linhas mais periféricas; no metrô, contudo, o efeito é menor, devido à sua especificidade de funcionamento com paradas mais curtas e menor distância entre as estações. Ou seja, a importância do transporte público perpassa a questão da geração de renda da população.

A partir disso temos que, tanto para o setor público, que maneja a oferta dos transportes, quanto para os empresários da área, os trabalhadores devem utilizar o transporte preferencialmente para se dirigir ao trabalho. Divertimento, lazer, circulação para ter acesso a outras perspectivas culturais ou a curtição da cidade seja lá em que lugar ou para que, têm custos elevados, pelos valores altos das tarifas e o maior tempo de espera.

Assad e Queiróz (2015 *apud* Vasconcellos, 2012) diz que o transporte não será melhorado pelo capital até que ele esteja sendo aceito pelos trabalhadores e desde que não haja aumento dos salários visando compensações dos custos cada vez mais altos dos meios de locomoção. O que acontece é que esses meios de locomoção não são aceitos pelos trabalhadores<sup>3</sup>. Os motivos para se elogiar os transportes são mínimos, como já foi mencionado acima. Contudo, se os trabalhadores não aceitam os meios ofertados, por que não reclamam? Vasconcellos responde que, mesmo que haja pressões por parte da população, os responsáveis pela operação do transporte público (em caso de concessão do transporte, são empresas privadas ou cooperativas as responsáveis) chamam o Estado para que este utilize recursos públicos, quando o ideal seria que as próprias operadoras de transporte resolvessem os problemas apontados pelos usuários (ASSAD, QUEIRÓZ, 2015, p. 9 *apud* VASCONCELLOS, 2012).

Como mencionado, os transportes públicos das cidades grandes são pensados somente como algo que serve para levar os trabalhadores das suas respectivas casas para os seus respectivos locais de trabalho. No Brasil, o rumo do plano desenvolvimentista que foi adotado ao longo do século passado teve como um dos objetivos o fortalecimento da indústria automobilística individual, com a propagação do lema “um carro para cada pessoa”, de modo que hoje o efeito de ter tantos carros nas ruas acaba provocando o mesmo efeito,

---

<sup>3</sup> Segundo Índice de Qualidade de Transporte da EMTU acessado via Diário do Transporte (BAZAMIM, 2017).

analogamente, que placas de gordura nas veias ou quando grandes quantidades de lixo nas ruas entopem os bueiros, alagando as ruas das cidades. Isto é, a quantidade de carros hoje é tamanha que em horários de pico eles chegam a provocar engarrafamentos e, de certa forma, impedem que o fluxo continue fluindo. A posse do carro como indicador de elevação do status e de distinção social, os grandes incentivos governamentais e a construção de ruas e avenidas foram as deixas para que nas manhãs e finais das tardes se formassem os famosos engarrafamentos junto com a poluição e outros males. Tudo isso com a alta densidade de pessoas circulando nas ruas e avenidas nesses horários, em que cabem, em 40 carros com 48 passageiros (a média na cidade de SP), um ônibus<sup>4</sup>. Isto é, no espaço ocupado por 40 carros levando ao todo 48 pessoas (840 m<sup>2</sup>), é possível levar as mesmas pessoas utilizando um ônibus (nesse caso, todas elas vão sentadas).

Diante do descaso com o setor de transporte coletivo (entre eles, a prioridade histórica dada ao transporte individual em detrimento do coletivo, a dificuldade e lentidão na implantação de faixas exclusivas de ônibus e os atrasos na abertura de licitação para o sistema de transporte<sup>5</sup>) e com a população que mais utiliza esse meio de locomoção, os movimentos sociais organizaram protestos para cobrar os governos que ao longo do século passado e atual dificultaram a locomoção da população em geral, incluindo os trabalhadores.

### **Os movimentos sociais de transporte e a participação institucional**

Os protestos no Brasil tendo como foco o transporte público têm seus primeiros registros por volta de 1879. Como relata Gohn (2010), conforme citado por Assad e Queiroz (2015), o primeiro registro de reivindicação (em forma de carta a ser entregue a Dom Pedro II) foi motivado pelo aumento do valor das passagens dos bondes (provavelmente no Rio de Janeiro). A partir disso, houve mais registros de protestos (ASSAD e QUEIROZ, 2015, p.17-20): em 1909, para pedir o aumento do número de ônibus nas ruas; no mesmo ano, pelas condições dos serviços de bondes; em 1947, depredação de ônibus por aumento de passagem (em São Paulo); em 1956, pelo aumento no valor da passagem, em que houve bloqueio de vias (no Rio de Janeiro); em 1959, ataque às barcas que realizavam a travessia de Niterói para

---

<sup>4</sup> Em teste empírico realizado pelo jornal Folha de S. Paulo (GALLO, 2015).

<sup>5</sup> Problema por quais passam as cidades de São Paulo e as do ABC Paulista. As empresas de transportes de São Paulo operam com contrato emergencial desde 2013. Neste mesmo ano, houve o lançamento do processo de concessão através de edital, mas somente em 2018 houve a abertura de consulta pública. O ABC possui diversas empresas de ônibus operando com contrato emergencial. A primeira tentativa de licitar a área ocorreu em 1998 e, desde então, ocorreram diversas postergações causadas principalmente pelas próprias empresas operadoras de ônibus.

a cidade do Rio de Janeiro por falta de cumprimento dos horários das viagens; em 1974 e 1976, protestos violentos em São Paulo e Rio de Janeiro pelas condições do transporte público; em 1981, em Salvador, protestos conhecidos como Movimento contra a Carestia foram marcados por violência e motivados pelo aumento nas passagens e em São Paulo no mesmo período outros protestos aconteceram pelo mesmo motivo.

A partir de 2000, estudantes protagonizaram as reivindicações pelo direito ao transporte público. A Revolta do Buzu, como ficou conhecido o protesto contra o aumento da tarifa e pela reivindicação de passe livre estudantil, ocorreu em 2003 em Salvador e foi motivada pelo aumento das passagens de ônibus. Estudantes secundaristas e universitários foram a maioria nos protestos, fechando ruas e usando bolinhas de gude e óleo contra as tropas da Polícia Militar (OLIVEIRA e CARVALHO, 2007).

Os protestos de Salvador foram gravados e compartilhados em diversas partes do país, servindo de inspiração a outros estudantes. O Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, surgiu por inspiração tanto da Revolta do Buzu de Salvador quanto da Revolta das Catracas, ocorrida em Florianópolis em 2004 e 2005 — suas reivindicações também eram relacionadas à revogação do aumento das tarifas de ônibus (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2009).

O MPL, cuja principal reivindicação é o passe livre, pautou o assunto realizando debates públicos e protestos em várias cidades, desde 2005 até 2013 quando ocorreram os grandes protestos que foram além da pauta original dos transportes. A partir de 2013, foi instituído o passe livre para estudantes em algumas cidades em que houve os protestos capitaneados pelo MPL, como Goiás<sup>6</sup>, São Paulo<sup>7</sup>, Rio de Janeiro<sup>8</sup> e São Bernardo do Campo<sup>9</sup>. É possível dizer que o acato do passe livre e a revogação do aumento das passagens pelos governos foi uma grande vitória, visto que, em geral, no máximo o que os governos fizeram ao longo da década foi oferecer “benefícios” alternativos sem, no entanto, revogar o aumento das passagens. Como relata uma estudante que participou da Revolta do Buzu:

Quando eles [os representantes das entidades estudantis] sentavam pra negociar [com o governo], eles achavam que tinham poder pra negociar e pra tirar a galera da rua, mas na prática isso não tava acontecendo. E teve o ‘golpe final’, que foram as entidades que chegaram e deram migalhas pra gente como o domingo – que a gente não tinha direito à meia passagem, e não funcionou no primeiro domingo –, a questão das férias..., aumentou o número de créditos [do Smart Card]. Como eu disse: só migalhas mesmo. (OLIVEIRA, CARVALHO, 2007, p. 18).

<sup>6</sup> Decreto nº 7.911, de 26 de junho de 2013 (GOIÁS, 2013).

<sup>7</sup> Portaria nº 25/15, da Secretaria municipal de Transportes (SÃO PAULO, 2015).

<sup>8</sup> Decreto nº 38.280, de 29 de janeiro de 2014 (RIO DE JANEIRO, 2014).

<sup>9</sup> Lei nº 6.391, de 18 de março de 2015 (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2015).

Em São Paulo, em parte como resposta às manifestações de junho de 2013<sup>10</sup>, foi criado o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte — CMTT —, pelo decreto nº 54.058, de 2013, e começou-se a discutir o Plano de Mobilidade, que viraria lei em 2016. O CMTT tem caráter consultivo, propositivo e participativo e é composto por 21 representantes de órgãos municipais, 21 da sociedade civil (divididos em áreas temáticas e pelas zonas regionais da cidade) e 21 dos operadores dos serviços de transporte. Realiza, desde sua criação, reuniões regulares a cada dois ou três meses. Algumas pautas são: a apresentação de ações futuras da secretaria de transporte, a discussão de estudos relacionados a mobilidade e transporte, sugestões e reclamações dos representantes e de pessoas que não fazem parte do conselho, entre outras.

Barbosa e Kerbauy (2017), em estudo sobre o CMTT, abordam a criação do conselho e fazem uma análise das reuniões que lá ocorreram entre 2013 e 2014, traçando os avanços e retrocessos da institucionalização da participação nos debates sobre mobilidade urbana. Para elas, a criação do conselho ocorreu por três fatores: a pressão popular ocorrida nos protestos de junho, a exigência da Política Nacional de Mobilidade Urbana (lei nº 12.587/2012) e a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Transportes instaurada pela Câmara Municipal em razão dos protestos daquele ano (BARBOSA, KERBAUY, 2017). De acordo com entrevista realizada com Josias Lech, o então secretário executivo do Conselho à época do estudo, já havia alguma cobrança (via ordem judicial) pela criação de algo parecido com um conselho setorial antes do início da gestão do PT, em 2013. Em razão da necessidade de uma lei municipal autorizando a criação de tal conselho através de decreto, entretanto, as ordens judiciais não foram cumpridas (BARBOSA, KERBAUY, 2017 *apud* LECH). A Política Nacional de Mobilidade Urbana também foi outro fator que exigia a criação de um conselho de transporte pois, entre outras exigências, determina a criação de instâncias de participação, planejamento e fiscalização em que é garantida a presença de membros do poder executivo, da sociedade civil e de representantes das empresas concessionárias de transporte (BRASIL, 2012, art. 15). Desse modo, o processo de criação de um conselho de transportes já estava encaminhado pelas vias institucionais. Porém, foram as manifestações de junho que "tiraram da gaveta" os processos judiciais, acelerando a criação do CMTT, visto que as reivindicações pediam mais participação popular na gestão do transporte público.

---

<sup>10</sup> Para alguns estudos sobre as manifestações de junho de 2013, confira SINGER (2013), SCHERER-WARREN (2014), SILVA (2015) e PINTO (2017).

A questão da representatividade do Conselho foi logo criticada em sua primeira reunião, conforme relatam Barbosa e Kerbauy (2017). Érica de Oliveira, assumindo a cadeira reservada ao MPL, reprovou a maior proporção de representantes do poder público e do setor empresarial frente às cadeiras reservadas para membros da sociedade, tornando a participação popular mais difícil. Por outro lado, em relação ao alto número de cadeiras reservadas ao executivo, Josias Lech argumentou que a presença da Prefeitura no Conselho é importante para que sejam esclarecidos os pontos relativos aos debates que concernem o poder público, além de ser uma tentativa de aproximação entre a esfera governamental e a população (Idem, 2017).

Os pontos positivos do CMTT apontados pelas autoras foram a participação efetiva dos setores de trabalhadores ligados ao transporte, como no caso de taxistas e de empresas de fretamento de veículos, que reivindicaram a permissão de uso de faixas de ônibus, além dos segmentos preocupados com o transporte por bicicletas e os realizados a pé, preocupados em obter um maior número de ciclovias e calçadas inclusivas para as pessoas portadoras de deficiência (Idem, 2017). Nos dois casos, houve a possibilidade de discutir os diferentes pontos de vistas dos interessados. Ademais, em horários definidos das reuniões, o Conselho permite que qualquer pessoa interessada se manifeste através da “Palavra Aberta”, algo que estimula a participação do cidadão comum (Idem, 2017). Por outro lado, como pontos negativos, são apontados o controle do poder executivo sobre a agenda do Conselho (pois é ele quem convoca as reuniões na figura do secretário de transportes) e o fato do Conselho ser consultivo, deixando nas mãos da Prefeitura a decisão sobre a política de transporte. Se as pautas discutidas no CMTT não surtem efeitos práticos, o papel político do Conselho é enfraquecido e as reuniões acabam sendo esvaziadas (Idem, 2017).

Por sua vez, o Plano de Mobilidade Urbana, instituído pelo Decreto ° 56.834 de 2016, é uma exigência da Política Nacional de Mobilidade Urbana que obriga os municípios com mais de 20 mil habitantes a criá-lo. Esta lei federal foi uma resposta aos protestos de junho de 2013. A prefeitura de São Paulo criou o CMTT que, em sua primeira reunião, colocou em pauta a realização de reuniões ordinárias para a discussão do Plano de Mobilidade; em agosto de 2014 a prefeitura decretou a criação do grupo de trabalho do plano, composto por membros de secretarias do governo paulistano. Nesse grupo não houve a participação de nenhum membro da sociedade (nem dos movimentos nem do setor empresarial). No documento do plano, contudo, são mencionados como responsáveis pela sua elaboração todos os membros que compunham o CMTT na época (a data de elaboração do plano é 2015). De todo modo, o



plano é um documento elaborado para nortear as políticas de mobilidade até 2030 na cidade, e prevê a construção de mais ciclovias, calçadas novas e reformadas, corredores de ônibus e frota noturna de transporte público (o que já ocorre) e, entre outras coisas, prevê transporte hidroviário que, na realidade é de responsabilidade do Governo do Estado. O plano foi elaborado, mas nada garante que ele será efetivado pela atual gestão.

### **A desmobilização dos movimentos**

Como vimos, antes da retomada das lutas na segunda década do século XXI, durante os anos 90 os movimentos sociais de transporte (e os demais) foram mais acanhados. Os contextos sociais, políticos e ideológicos sofreram uma mudança de rumo, divergindo da euforia e do otimismo permitido pelo processo de redemocratização e a elaboração da Constituição Federal. A chamada confluência perversa, expressão utilizada pela cientista política Evelina Dagnino (2004), ligou duas ideologias opostas a um mesmo objetivo: uma sociedade civil participante ou, nas palavras da autora, “ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p. 97).

O período logo após a democratização propiciou na população o ensejo de participação e discussão de política e questões sociais tanto no âmbito mais informal (nos bairros, bares e conversas nas ruas) quanto no âmbito institucional, através de assembleias e conselhos temáticos de políticas públicas. Os reestabelecimentos das eleições junto com as liberdades gerais também propiciaram tal ensejo. A soberania e a participação popular foram os nortes de diversos setores da sociedade, que viam na expansão da cidadania e da democracia maneiras de melhorar as condições de vida de toda a população.

Porém, ao mesmo tempo em que a influência democrática varria a ditadura para fora do poder, o neoliberalismo influenciou a gestão dos governos pós-ditadura, que atuaram no sentido de diminuir a responsabilidade e atuação do Estado (um Estado mínimo e mais eficiente) e enfraquecer as empresas públicas, para garantir o livre comércio mesmo na área das políticas sociais. As funções do Estado deveriam ser diminuídas e repassadas a outros setores da sociedade. Para que a máquina estatal seja mais eficiente, os custos deveriam ser cortados. Segundo a ideologia neoliberal, as privatizações deveriam ser realizadas para, supostamente, evitar que a máquina pública seja posta a serviço dos políticos. Além disso, essas empresas seriam melhor administradas por quem mais entende de administração e gestão de empresas, isto é, o mercado. E se há muita dificuldade e risco por parte do setor privado para fazer investimentos no país, isso seria motivado pelo Estado que regulamenta

excessivamente a sociedade, de modo que as oportunidades de lucro são escassas. Desse modo, na visão neoliberal, para que seja possível ter empregos e uma sociedade mais desenvolvida, as leis e regulamentações deveriam ser afrouxadas. Assim foram apresentados e justificados os ideais do neoliberalismo durante os anos de 1990 para a população que participou do processo de construção da Constituição — ideais completamente contrários àqueles que inspiraram a Constituição cidadã que definiu as funções e obrigações do Estado na garantia dos direitos sociais, políticos e civis de toda a população

Para Dagnino, o embate entre o projeto democrático participativo e o projeto neoliberal passou a operar no campo da semântica. Os conceitos de sociedade civil, participação e cidadania mudaram de sentido, adequando-se ao pensamento neoliberal (DAGNINO, 2004).

Para o primeiro termo, sociedade civil ficou atrelado às ONGs, que assumiram muitas funções do Estado no âmbito das políticas sociais. Nas palavras da autora,

o predomínio maciço das ONG, expressa, por um lado, a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados. Por outro lado, com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizava em períodos anteriores, a autonomização política das ONG cria uma situação peculiar onde essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. (DAGNINO, 2004, p. 101)

Para o segundo termo, o ideal de participação foi encontrando outro significado tendo em vista a atuação de ONGs, que teriam mais legitimidade por possuírem um aparato técnico e (supostamente) expressarem os interesses da sociedade.

Ao mesmo tempo, o ideal da participação é utilizado para legitimar as ações dos governantes. Vemos isso claramente no âmbito do CMTT, cujos debates e reivindicações não se tornam realidade, já que o conselho é meramente consultivo, mas sua existência permite legitimar as decisões que o governo toma. A participação da sociedade civil é limitada à gestão (DAGNINO, 2014) e execução (e não na elaboração) de políticas públicas (TOMMASI, 1997) enquanto a elaboração dessas políticas permanece nas mãos dos governantes. Ao contrário, era justamente a possibilidade de participar da elaboração e do controle das políticas e dos serviços que tinha motivado e dado sentido político ao conceito de participação popular durante o processo de democratização.

Por fim, a noção de cidadania é reduzida à esfera individual e mercadológica/consumista no sentido de que uma pessoa somente é cidadã se ela consome e compra produtos no mercado. Conforme Dagnino, “tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor” (DAGNINO, 2004, p. 13).

Assim, os movimentos sociais perderam força e desmobilizaram-se. Aqueles que mantiveram suas ações passaram a trabalhar junto ao Estado nos programas e políticas governamentais:

[...] a conjuntura passa a exigir desses movimentos um outro tipo de atuação, não tanto reivindicação, mas de uma atuação mais propositiva, no sentido de participar de algumas frentes de trabalho, participar de alguns programas, porque, justamente, o Estado, que é o outro grande eixo dessas mudanças, passa a ser mais um gestor controlador e menos executor de trabalhos, de frentes na área das políticas sociais. E esse Estado gestor vai fazer parcerias com entidades da sociedade civil e essas entidades, vão criar espaços para a participação social institucionalizada, organizada. Vários movimentos sociais, que antes estavam apenas demandando, reivindicando, neste segundo momento, estão em várias dessas frentes participando efetivamente, em termos de algumas políticas focalizadas, algumas políticas pontuais, na construção de determinadas frentes que buscam dar respostas aos problemas sociais (ASSAD e QUEIRÓZ, 2015, p. 20).

Dessa maneira, os movimentos foram absorvidos para dentro do aparelho estatal, perdendo suas autonomias, forças e espírito de luta enquanto o Estado não garantia os direitos que todos os cidadãos deveriam ter. Por outro lado, os movimentos que resistiram e resistem ao aparelhamento estatal, cujo objeto de luta batem de frente com os interesses das classes privilegiadas, continuam sendo criminalizados (MAIOR, 2015).

### **Considerações finais**

Portanto, o que se tem, não somente no âmbito dos transportes, mas em outras questões de interesse dos mais pobres, é a deliberada negligência governamental, que torna as condições de vida dos pobres mais pobres ainda. E se depois de tudo, quando não mais se toleram as humilhações, reivindica-se maior comprometimento dos governantes, eles ignoram ou, quando a pressão popular está demasiada grande, logo eles utilizam seu aparato militar para reprimir e silenciar os protestos.

Na cidade de São Paulo, as vias institucionais de participação popular relativas ao transporte público existem e, de certa forma, chegam a funcionar. Embora conte com baixa presença do cidadão comum, conforme já relato acima, o CMTT abre espaço para que segmentos da sociedade participem dele regularmente de forma ativa, o que o torna bastante

representativo. Contudo, o seu caráter consultivo é algo que, a longo prazo, pode afastar até as pessoas mais engajadas institucionalmente nos assuntos relativos ao transporte urbano.

As entidades do terceiro setor existentes detêm-se muito mais nas questões relativas ao transporte de pedestres ou realizado por bicicleta (portanto, meios individuais de locomoção) e se preocupam mais com os níveis de poluição do ar atmosférico do que com a melhoria dos ônibus lentos e superlotados circulantes pela cidade.

Diante de tudo isso, fica o questionamento: é possível que os movimentos sociais reivindiquem ônibus confortáveis e ágeis, novas linhas de metrô e mais opções de transportes alternativos que abarcam toda a cidade de uma forma que os gestores públicos de fato se importem com a qualidade dos transportes e os problemas por que passa a população?

### Referências Bibliográficas

ASSAD, Kader Carvalho; QUEIRÓZ, Imar Domingos. Movimentos sociais pelo transporte coletivo no Brasil: manifestações, estratégias de luta e desafios. **SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**, Londrina, V. 18, N.1, P.05 - 23, JUL./DEZ 2015.

BARBOSA, Gisele Heloise; KERBAUY, Maria Teresa. Inclusividade e mobilidade urbana na cidade global: a institucionalização da participação em São Paulo. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 3, 2017, Vitória. **Anais**. Vitória: UFES, 2017. p. 407–430.

BAZAMIM, Adamo. EXCLUSIVO: IQT DA EMTU – Nota zero para a frota de ônibus do ABC. **Diário do Transporte**, Novembro de 2017. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2017/11/16/iqt-da-emptu-nota-zero-para-a-frota-de-onibus-do-abc/>>. Acesso em: 08 de Abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 12587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF, 3 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm)>. Acesso em: 23 de Abril de 2018.

DAGNINO, Evelina. Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos falando?. In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110

DE TOMMASI, Livia. **Em busca da identidade: o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação**. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia). Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França.

GALLO, Ricardo. Experiência em SP mostra que carros usam 17 vezes mais espaço para levar mesmo número de gente que um ônibus. **Folha de S. Paulo**, setembro de 2015. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/24/sp-se-move/>>. Acesso em: 08 de Abril de 2018.

GOIÁS (Estado). Decreto nº 7911, de 29 de junho de 2013. Institui o Programa Passe Livre Estudantil (PLE) e estabelece seu Regulamento. Goiânia, GO, 26 jun. 2013. Disponível em: <[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2013/decreto\\_7911.htm](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2013/decreto_7911.htm)>. Acesso em: 23 de Abril de 2018.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: VAINER, Carlos Bernardo (Org.). **Cidades rebeldes: Passe livre e as**

**manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Cap. 12. p. 79-85.

\_\_\_\_\_. **A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais.** Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo. Boitempo Editorial, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Em sete pontos, o Movimento Passe Livre explica quem é, o que pretende e como está organizado.** TarifaZero.org, julho de 2009. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em: 08 de Abril de 2018.

OLIVEIRA, Júlia R., CARVALHO, Ana Paulo. **A Revolta do Buzu - Salvador (BA): Manifestações dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa de ônibus.** 2007. JUVENTUDE E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES-TIPO E ORGANIZAÇÕES JUVENIS.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES. **Participação social.** Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/participacao\\_social/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/participacao_social/)>. Acesso em: 08 de Abril de 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, n. 100: 119-153, 2017.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 38.280, de 29 de janeiro de 2014. Institui o PASSE LIVRE UNIVERSITÁRIO e amplia benefícios aos estudantes da Rede Pública de Ensino, alterando o Decreto nº 32.842, de 1º de outubro de 2010, que institui o Bilhete Único Carioca. Rio de Janeiro, RJ, 29 jan. 2014. Disponível em: <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4800832/4138119/DECRETO\\_38280\\_DE\\_29\\_DE\\_JANEIRO\\_DE\\_2014.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4800832/4138119/DECRETO_38280_DE_29_DE_JANEIRO_DE_2014.pdf)>. Acesso em: 23 de Abril de 2018.

SÃO BERNARDO DO CAMPO (Município). Lei nº 6.391, de 18 de março de 2015. Altera o Art. 2º da Lei Municipal Nº 5.289, de 29 de abril de 2004, que dispõe sobre uso especial, sem ônus, do transporte coletivo municipal, e dá outras providências. São Bernardo do Campo, SP, 18 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.legislacao.saobernardo.sp.gov.br/lmd/legislacao/visualiza-pdf/2015\\_L\\_06391](http://www.legislacao.saobernardo.sp.gov.br/lmd/legislacao/visualiza-pdf/2015_L_06391)>. Acesso em: 23 de Abril de 2018.

SÃO PAULO (Município). Portaria nº 25, de 2015. Regulamenta a isenção de pagamento aos estudantes de que trata o artigo 15 da Lei Municipal nº 16.097 de 29 de dezembro de 2014 no serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <[http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=14032015P\\_000252015SMT](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=14032015P_000252015SMT)>. Acesso em: 23 de Abril de 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71: 417-429, 2014.

SILVA, Ilse Gomes. Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, 2015.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 97, p. 23-40, 2013.

# EMPRESA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: “CIDADE DOS SONHOS” E A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Scarlett da Cunha<sup>1</sup>, Livia de Tommasi<sup>2</sup>

## Resumo

O intuito do artigo é apresentar uma iniciativa nascida no âmbito da sociedade civil, o “movimento” Cidade dos Sonhos, que atuou no processo de construção do Programa de Metas da cidade de São Paulo (período de 2017 - 2020). Surgida na esfera do setor empresarial e das ações voltadas a legitimar a filantropia empresarial, essa iniciativa se apresenta, no entanto, como um “movimento” social. Se durante o processo de democratização do país o surgimento de uma sociedade civil engajada através de movimentos sociais de caráter popular tem representado o ingresso na política de importantes setores da sociedade até então afastados, num cenário de conflitos, imposições econômicas e de lutas contra as desigualdades, hoje as iniciativas de responsabilidade social empresarial representam um terreno fértil para compreender o atual cenário político, especificamente no que diz respeito à possibilidade de elaborar políticas públicas com a efetiva participação da sociedade civil.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Movimento, Empresariado, Filantropia empresarial.

## Abstract

The purpose of the article is to present an initiative that was born within the scope of civil society, the "City of Dreams" movement, which acted in the process of building the São Paulo City Goals Program (2017-2020 period). Arising in the sphere of the business sector and actions aimed at legitimizing business philanthropy, this initiative appears, however, as a social "movement". If during the process of democratization of the country the emergence of a civil society engaged through social movements of a popular character has represented the entry into politics of important sectors of society hitherto removed, in a scenario of conflicts, economic impositions and struggles against inequalities, today corporate social responsibility initiatives represent a fertile ground for understanding the current political scenario, specifically regarding the possibility of developing public policies with the effective participation of civil society.

**Keywords:** Public Policy, Movement, Business, Corporate philanthropy.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail:scarocunha5@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. E-mail: livia.tommasi@ufabc.edu.br



## Introdução

A sociedade é um conjunto de estruturas em constante transformação. Especialmente no âmbito social, em que se ampliou a necessidade da intervenção do Estado e sua relação com a sociedade civil. Dentro deste cenário surgem organizações, entidades, movimentos sociais, fundações empresariais, sujeitos que vão integrar-se às dinâmicas político-sociais existentes.

Admitindo que as políticas públicas são construídas para responder às demandas expressas por cidadãos que se organizam para fazer ouvir suas necessidades, estes deveriam ser os sujeitos protagonistas, e não simplesmente o “público alvo” de propostas e iniciativas que devem ser sistematizadas em programas e projetos sociais. É de fundamental importância, portanto, entender como a sociedade se organiza para expressar suas demandas, articular propostas e iniciativas, e participar da elaboração de políticas públicas.

É inevitável, quando tratamos de políticas públicas e participação social, pensar nos movimentos sociais, tendo em vista que são grupos organizados que têm como objetivo promover mudanças sociais, econômicas e culturais dentro da sociedade através do embate político e da resistência. No entanto, destoando do que entendemos como movimentos sociais, hoje se encontra na sociedade brasileira uma nova geração de iniciativas, diferentes dos movimentos que surgiram na década de 1970 quando novos atores, novos espaços e novas formas de agir colocaram em questão problemas do cotidiano, existindo, então, um compartilhamento de experiências em comum, de necessidades e sentidos, na construção de propostas e práticas para o enfrentamento dos problemas sociais (SADER, 2001). Enraizados nas associações de bairro, nas lutas populares, na mobilização coletiva, esses movimentos procuravam manter sua autonomia com relação ao Estado e ao mercado (DAGNINO, 2004). Hoje, novas iniciativas que se autodenominam “movimentos” e acreditam que atuam de forma semelhante aos movimentos sociais, promovem a filantropia empresarial e a afirmação de novos paradigmas discursivos e modalidades de ação (PAOLI, 2002). Com elas surge também uma nova gramática, novas concepções que buscam nomear suas formações e composições como “coalizões” e “redes”.

Esse é o caso do objeto de estudo deste artigo, a iniciativa “Cidade dos Sonhos”, que atuou na construção do Programa de Metas de São Paulo. “Cidade dos Sonhos” é o resultado de uma movimentação realizada através de uma “rede de colaboração” formada por diversas organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil e “facilitada” e idealizada pela agência de comunicação “Purpose” (setor empresarial). Essa agência, segundo sua própria definição, tem

a missão de utilizar a mobilização pública e a narrativa para ajudar organizações, ativistas, empresas, entre outros agentes, em suas lutas.

A “Cidade dos Sonhos” é considerada como um “movimento” por seus integrantes/participantes. Dessa forma, essa iniciativa utiliza a força evocativa desta palavra para legitimar suas ações. Através dessa iniciativa, empresas e organizações/institutos fundadas por empresas assumem um caráter político procurando intervir na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas.

O intuito deste estudo foi compreender como foi realizada a participação do “Cidade dos Sonhos” no processo de construção do Programa de Metas da cidade de São Paulo (período de 2017 - 2020), levando em consideração a territorialidade na qual o “movimento” está inserido, suas formas de atuação (mobilização, articulação, atores envolvidos e instrumentos utilizados – sobretudo o poder midiático) e sua relação com o poder público. Sendo uma iniciativa impulsionada por uma agência de comunicação (ou seja, uma empresa) que reúne diversos atores politicamente engajados, essa iniciativa representa um caso interessante no atual cenário de mobilização do setor privado.

Para realizar a pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica sobre movimentos sociais e participação na construção de políticas públicas e sobre as fundações empresariais, além da revisão de documentos oficiais como a última versão do Programa de Metas da cidade de São Paulo (2017-2020). Foram também recolhidas informações com os responsáveis pela iniciativa na sede da Agência Purpose em São Paulo.

## **Purpose**

Primeiramente, para compreender o movimento “Cidade dos Sonhos” é importante conhecer os seus bastidores, ou seja, quem foram os responsáveis por idealizar, mobilizar, organizar e reunir diversos atores para realizar um diálogo institucionalizado com o poder público através da elaboração do Programa de Metas da cidade de São Paulo. A Purpose e seus representantes fizeram parte do planejamento estratégico da construção desse movimento.

A Purpose é uma agência de comunicação internacional, cujo objetivo é causar “impactos sociais positivos” através do diálogo com empresas, organizações, ativistas e filantropos, por meio de seus laboratórios de campanhas e desenvolvimento.

Sua forma de atuação se baseia sobre três abordagens. A primeira consiste na construção de laboratórios que servem de sustentáculos para os movimentos, acreditando que a articulação em massa e a ação coletiva são capazes de promover mudanças na sociedade. O objetivo dos laboratórios é de descobrir e ampliar as melhores abordagens. Além disso, a agência atua como uma consultora, principalmente para empresas, organizações sem fins lucrativos e filantrópicas. Para isso, produz materiais, plataformas digitais que permitem a “democratização da informação”, ampliando o alcance de suas ações. Ou seja, o principal viés de atuação é enxergar pautas importantes e movimentos engajados, que possuem potencial de transformação social para investir e otimizar o processo de engajamento, se tornando uma “incubadora” de movimentos sociais.

É uma agência internacional e sua sede no Brasil busca atuar somente na área de mudanças climáticas, em que surgiram as ações denominadas “Cidade dos Sonhos” e “Busão dos sonhos”, entre outras iniciativas que atuam simultaneamente em diversas regiões do país.

As principais formas de atuação da Purpose são a participação na tomada de decisões para a construção de políticas públicas e a assessoria para facilitar o acesso aos meios de comunicação por parte da sociedade civil.

Seu orçamento provém dos ganhos obtidos através das contratações, principalmente por parte de empresas, para a realização de atividades voltadas à comunicação e através de financiamentos específicos de empresas e instituições internacionais e nacionais para a realização de projetos em redes, como é o caso do “Cidade dos Sonhos”.

### **Cidade dos Sonhos**

A ideia de estudar a “Cidade dos Sonhos” partiu do contato que tive com a agenda de mobilidade urbana e clima, no âmbito do processo de construção de políticas públicas para a cidade de São Paulo.

A “Cidade dos Sonhos” – movimento sem vínculo partidário - é um conjunto de organizações como a “Ciclocidades”, “Minha Sampa”, “Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor”, “Observatório do Clima”, “Rede Nossa São Paulo”, entre outros, que trabalham com pautas urbanas e pautas específicas e que atuam dentro dos instrumentos de participação, articulação e comunicação. O principal compromisso desse “movimento” é fazer com que os

sonhos das pessoas possam transformar suas cidades em ambientes acolhedores, saudáveis e sustentáveis.

### **Pesquisa do Datafolha – ano de 2016**

O projeto nasceu em 2016, através da Purpose, com o objetivo de contribuir para que os candidatos às eleições municipais de 2016 e a mídia debatessem soluções para os problemas da cidade em quatro temas fundamentais: áreas verdes, energia limpa, mobilidade urbana e resíduos sólidos no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. O propósito inicial era inserir na agenda dos candidatos à eleição de 2016 esses quatro temas. Mesmo se a questão ambiental não era central nas discussões políticas, apostava-se que essa seria uma agenda decisiva no momento da escolha eleitoral.

Para recolher as opiniões da sociedade civil de maneira a impactar as agendas políticas, o “movimento” Cidade dos Sonhos – enquanto ação conjunta - encomendou uma pesquisa ao Datafolha, divulgada em cerimônia realizada no dia 18 de agosto de 2016, para medir a reação da população sobre os temas propostos.

Segundo a pesquisa<sup>3</sup>, da qual participaram 1400 pessoas registrando seus “sonhos” sobre as temáticas propostas, 45% dos participantes disseram que “certamente mudariam o voto” caso o candidato não apresentasse propostas adequadas para as quatro temáticas. As três principais demandas que apareceram exercendo uma maior influência sobre a população foram o “fim dos lixões”, a “coleta seletiva para todos” e “mais áreas verdes”, mostrando que a população valorizava as políticas voltadas para o meio ambiente<sup>4</sup>.

Após a consolidação das reflexões trazidas pela pesquisa e considerando que os temas propostos tiveram uma maior visibilidade perante a população, assumindo a relevância da agenda ambiental para a sociedade civil em diversos âmbito - principalmente midiático - os atores envolvidos na “Cidade dos Sonhos” trouxeram para o cerne da discussão uma questão que iria norteá-los nas próximas ações: “Como os sonhos podem virar realidade?”

---

<sup>3</sup> Não obtive acesso a pesquisa e nem a sua metodologia, porque não estão disponíveis, apenas tive conhecimento por parte da Ana Neca e também com informações coletadas através deste site: <http://www.cbnribeirao.com.br/politica/NOT,2,2,1194114,Meio+ambiente+e+sustentabilidade+podem+mudar+o+vo+to+do+eleitor.aspx> e também existem mais informações da Rede Nossa São Paulo: <http://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/pesquisamobilidade2017.pdf>

<sup>4</sup> Informações sobre as demandas da população por meio ambiente também não estão disponíveis e de fácil acesso, mas foi encontrada algumas informações sobre neste site <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/08/22/cidade-dos-sonhos-aposta-em-participacao-social-para-criar-cidades-sustentaveis/>

## **Programa de Metas**

Presente atualmente em 49 cidades brasileiras sendo 20 delas no Estado de São Paulo, segundo levantamento da Rede Nossa São Paulo, o Programa de Metas foi uma iniciativa da Rede Nossa São Paulo. A lei do Programa de Metas de São Paulo, instituído através da emenda nº30 à Lei Orgânica do Município de SP (projeto de emenda à LOM Nº 08/07) que determina que toda prefeita/o eleita/o ou reeleita/o apresente o Programa de Metas de sua gestão em até noventa dias após a posse. O programa deve conter as ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para cada setor da Administração Pública Municipal, Subprefeituras e distritos da cidade, trazendo as principais diretrizes de sua campanha eleitoral e as demais normas da Lei do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014).

A lei prevê também a realização de audiências públicas nos 30 dias seguintes à apresentação do Plano de Metas. A/o prefeita/o também deverá prestar contas à população a cada seis meses e publicar um relatório anual sobre o cumprimento das metas.

Em teoria este arcabouço institucional é uma maneira da população da cidade conhecer as prioridades da atual gestão municipal e assim cobrar o que de fato está sendo implementado durante os quatro anos do mandato. O Plano deveria ter influência direta na definição orçamentária do município. A Lei do Programa de Metas define que periodicamente deve ser divulgado quanto das metas foi atingido, permitindo à sociedade acompanhar e avaliar objetivamente a gestão municipal. Assim, nas intenções, torna-se uma ferramenta importante para permitir o controle social, planejamento urbano e incentivo à cultura do monitoramento das políticas públicas.

Admitindo que o Programa de Metas é uma ferramenta de controle social e admitindo também a necessidade por parte da população de se apropriar desta ferramenta para conhecer as prioridades da gestão municipal e cobrar o cumprimento das metas estipuladas ao longo dos quatro anos de gestão, a “Cidade dos Sonhos” enxergou uma oportunidade de atuação, entendendo que sua intervenção seria crucial para promover uma maior visibilidade à discussão das metas.

Com base nos preceitos da “Cidade dos Sonhos” e o diálogo realizado junto à Rede Nossa São Paulo, uma das parceiras da “Cidade dos Sonhos”, foi considerado que para os sonhos virarem metas (para além de promessas) era preciso ter lastro legal, inclusive na questão dos

orçamentos destinados a cada área temática, ou seja, seria preciso que esses sonhos coletados<sup>5</sup> se tornassem metas legais.

A Rede Nossa São Paulo, por ser a pioneira, já realizava suas ações compreendendo o contexto do Programa de Metas, principalmente na construção da política. Desta forma, com o contato direto com a RNSP, o “movimento” Cidade dos Sonhos passou a incorporá-lo também por compreender a importância dele enquanto instrumento legal.

Após a ação realizada no período eleitoral, em 2016, a Cidade dos Sonhos definiu como próximos passos a inserção desses “sonhos” nas ações de governo. Sendo assim, os integrantes passaram a estudar o Programa de Metas para utilizá-lo como instrumento de participação popular, de modo a torná-lo mais acessível às demandas da sociedade civil e incluir as demandas já identificadas. O foco de atuação foi o Programa de Metas da Cidade de São Paulo (2017-2020) na gestão do Prefeito João Dória.

### **Programa de Metas – Cidade de São Paulo 2017-2020**

Embora já tenha existido Programa de Metas nas duas gestões anteriores com Kassab (2009-2012) e Haddad (2013-2016), este instrumento ainda é pouco conhecido pela sociedade civil. O movimento “Cidade dos Sonhos” buscou atuar na democratização do acesso à informação deste instrumento, ao mesmo tempo em que buscou garantir que a prefeitura se comprometesse com as decisões tomadas.

O objetivo foi utilizar o Programa como ferramenta para introduzir as discussões sobre mobilidade urbana e sustentabilidade, de modo que as demandas pudessem ser respaldadas em lei. Segundo o relatório oficial publicado recentemente pelo movimento “Cidades do Sonhos”, toda a campanha foi baseada no conceito de que o Programa de Metas é um *antídoto* contra as promessas vazias feitas nas campanhas eleitorais.

Supostamente, hoje cada prefeito e prefeita de cidades com a Lei do Programa de Metas já aprovada tem prazos, formatos e agenda estipulados para a participação da sociedade. Apesar da versão final do Programa de Metas ser decisão da/o prefeita/o, ou seja, não é obrigatório que as propostas da população sejam acolhidas, é essencial que haja uma participação ativa da sociedade nesse processo, tanto na agenda de consulta pública prevista nas Leis (realização de

---

<sup>5</sup> Os sonhos coletados podem ser visualizados em <https://cidadedossonhos.org/category/sonhos/areas-verdes>

audiências públicas, por exemplo), quanto em ações ampliadas como a estruturação e o encaminhamento prévio de propostas dos moradores e instituições da sociedade civil à gestão municipal.

Segundo os integrantes da Purpose, foram encontrados uma série de obstáculos para a realização do projeto, dos quais o principal foi a não universalidade do Programa de Metas, ou seja, cada cidade possui uma legislação específica quanto a existência do Programa. Recife, por exemplo, não possui uma lei específica para a criação de um Programa de Metas, fazendo com que a mobilização da Cidade dos Sonhos, neste local, ficasse paralisada.

Em janeiro de 2017, João Dória toma posse como Prefeito da Cidade de São Paulo e junto com ele é nomeado Paulo Uebel como Secretário de Gestão - secretaria responsável pela coordenação do Programa de Metas em São Paulo. A nova gestão apresentou uma proposta de ampliação da participação da sociedade civil na formulação do programa. O instrumento utilizado para tal ação foi a disponibilização de uma plataforma online para receber a colaboração da sociedade – sendo essa a primeira vez que o munícipe pode contribuir com o Programa de Metas pela internet e antes da apresentação oficial da primeira versão à sociedade. Para acessar a plataforma disponibilizada pela prefeitura era necessário um cadastro prévio e responder à questão: “Qual seu sonho para o futuro da cidade de São Paulo?”<sup>6</sup>. Em seguida, escolher três categorias em que o sonho se encaixe e por último, responder à pergunta “Qual projeto devemos fazer para que seu sonho para São Paulo vire realidade?”. Ou seja, objetivo da atual gestão foi de ampliar a participação da sociedade civil na construção desta ferramenta através de consulta pública digital. A formulação das perguntas transparece a influência de termos “apelativos”, neste caso “sonhos”, cujo objetivo é transmitir a sensação de que sonhos podem ser realizados porque podem ser transformados em metas.

### **Primeira Versão do Programa de Metas (2017-2020) – Gestão Dória**

No dia 30 de março de 2017, a Prefeitura de São Paulo divulgou a primeira versão do Programa de Metas, mas o “Cidade dos Sonhos” considerou que no documento não havia

---

<sup>6</sup> Para saber mais informações, acessar: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/noticias/?p=231917>

referência explícita a como as metas seriam alcançadas: não estavam colocados indicadores nem uma previsão orçamentária para as iniciativas serem realizadas.

A “Cidade dos Sonhos” promove então oficinas de avaliação da primeira versão do Programa de Metas dividindo-as por temas: no dia 01 de abril de 2017 foi discutido sobre áreas verdes e resíduos, e no dia 03 de abril de 2017 sobre mobilidade urbana.

Após a apresentação da Primeira Versão do Programa de Metas foi aberto o período das audiências públicas, realizadas ao longo de um mês e finalizadas em 30 de abril de 2017. Além disso, a prefeitura disponibilizou uma plataforma online para manifestação de sugestões e críticas e um e-mail para o envio de contribuições.

A não divulgação dos calendários das audiências por parte do poder público dificultou o acesso a esses canais de participação, implicando na não concretização da participação real da população. Sendo assim, a “Cidade dos Sonhos”, passou a atuar mais no sentido de democratizar o acesso a informação através da divulgação de vídeos informativos e presença forte nas redes sociais.

Na gestão do Kassab a participação da sociedade civil na formulação do Programa de Metas foi baixa se comparada com a gestão do Haddad, quando houve um aumento dos canais de participação através de audiências públicas e conselhos, entre outros. Esperava-se que essa participação, já regulamentada em lei, pudesse ser mantida na gestão Dória, mas isso não ocorreu. As audiências públicas foram agendadas “em cima da hora”, o calendário demorou para ser disponibilizado e quando foi publicado restavam poucos dias para mobilizar a população para participar efetivamente das audiências. Além disso, muitas audiências ocorreram simultaneamente em várias regiões da cidade, ou seja, em diversos locais no mesmo dia e horário; ocorreram em horários comerciais, de modo que o trabalhador não conseguiria participar. O que pode ser percebido é que mesmo abrindo formalmente canais de participação, o poder público se utiliza de diversas estratégias para continuar inviabilizando a participação e atuação dos cidadãos.

A plataforma disponibilizada pela Prefeitura exigia uma série de informações pessoais do cidadão, sem contar na dificuldade do acesso o que também inviabilizava a participação. Outro ponto negativo foi a ausência de divulgação nas grandes mídias.

### **Mídia como principal instrumento de mobilização e alcance**



Tendo como principal organizador a Purpose, uma agência de comunicação, esperava-se que o movimento “Cidade dos Sonhos” concentraria seus esforços nos setores da comunicação, principalmente de campanhas midiáticas. Deste modo, após a divulgação do calendário sobre a construção do Programa de Metas em São Paulo, este “movimento” articulou mais atores engajados na agenda de mobilidade urbana para produzir um material que mostrasse para a sociedade civil e demais organizações o que era o programa de metas, de maneira a promover a “democratização da informação”.

Com isso, foi elaborado um material audiovisual<sup>7</sup> - em vídeo - que foi disponibilizado no próprio site da “Cidade dos sonhos” e também nas redes sociais, consideradas um importante instrumento de divulgação de informação (mesmo ainda muito restrito por que muitas pessoas não possuem acesso à Facebook ou tem interesse em ter, de maneira que a informação fica limitada a quem tem).

Paralelamente à campanha virtual, foram organizados encontros com a sociedade civil, chamados de “Ciclos de encontros”, ações de rua através da #MetasdeSp, onde as pessoas podiam tirar *selfies* ao lado de um boneco de dois metros de altura do prefeito João Doria com placas indicando as metas que apoiavam para a cidade, como: Implantação de 260 quilômetros de faixas e corredores de ônibus, oferta de coleta seletiva em 100% das residências, instalação de painéis de energia solar em 70% das 1.500 escolas municipais, criação de 47 novos parques e 100% do transporte público com combustíveis limpos.

Após a compilação das propostas mais votadas, estas, em forma de documentos temáticos, foram encaminhadas ao prefeito João Doria, às secretarias responsáveis por cada tema e ao secretário de gestão Paulo Uebel, solicitando a inclusão das propostas no Programa de Metas. Além disso, o “movimento” apresentou um documento técnico sobre cada agenda, composto pelas sugestões da sociedade civil. As organizações participantes do “movimento” foram facilitadoras do processo contribuindo com a parte técnica e de tradução dos termos, de modo a tornar a linguagem acessível. A divulgação ficou por conta da Purpose.

No dia 06 de julho, a “Cidade dos Sonhos” e sua equipe técnica elaboraram uma avaliação do Programa de metas com respeito às iniciativas apresentadas. Feito isso, protocolaram essa avaliação na prefeitura realizando, na ocasião, uma coletiva de imprensa

---

<sup>7</sup> O material audiovisual pode ser visto através do site <https://cidadedossenhos.org/#programa-de-metas>

motivada pela percepção dos integrantes do “movimento” que para pressionar a gestão municipal não funcionariam somente ações nas ruas, protestos ou conteúdo divulgado em redes sociais, pois a gestão Dória é marcada pela sua força midiática. Portanto, decidiram utilizar a mídia como ferramenta de pressão para forçar a gestão a responder sobre as pendências nos canais de participação e a responder sobre as demandas surgidas no processo de construção do Programa de Metas.

Sendo assim, transformaram esse documento em uma petição para que o mesmo pudesse ser mais acessível. Divulgaram no site ([www.metasdesp.minhasampa.org.br](http://www.metasdesp.minhasampa.org.br)) os temas para serem votados. Ou seja, nesse momento de avaliação do Programa de Metas foram realizadas diversas articulações: assessoria técnica para a elaboração do documento, somada a um trabalho de imprensa forte e a campanhas realizadas nas ruas (escolheram 12 lugares diferentes da cidade de São Paulo para a realização das ações) e em redes sociais.

Amplificando a estratégia de participação midiática, o “movimento” esteve presente no SPTV - Jornal da Globo, o que representa um grande alcance de divulgação das demandas da população que não seria possível obter sem o apoio e influência da Purpose como agência de comunicação.

## **Repercussão**

Todas as articulações promovidas pela Cidade dos Sonhos, mas diretamente facilitadas e só possibilitadas graças à atuação da Purpose, promoveram a participação de 3.197 pessoas.

Ao final do processo, haviam propostas que coincidiam – algumas parcialmente – com as metas apresentadas pela gestão no Programa de Metas. Em outras, através da pressão e cobrança apresentada através dos diversos canais midiáticos (redes sociais, plataformas online, campanhas, vídeos e até participações em canais de Tv aberta), houve um aumento nos compromissos assumidos. Mas também tiveram propostas que não entraram na versão Final do Programa de Metas.

Segundo o relatório oficial publicado recentemente pela “Cidade dos Sonhos” desde o início do processo de construção do Programa de Metas a proposta da “coalizão de entidades da sociedade civil” foi de apresentar à gestão municipal demandas solidamente embasadas em argumentos técnicos. Essa postura teve por objetivo principal minimizar o risco de que as sugestões fossem ignoradas.

Ao final, de todas as propostas elaboradas e sugeridas na construção do Programa de Metas de São Paulo, a mais expressiva foi no âmbito da agenda de Mudanças Climáticas, especificamente na Meta 28: “Reduzir em 15% (156.649 ton) a emissão de CO<sub>2</sub>, em 50% (37 ton) a emissão de material particulado e em 40% (1.999 ton) a emissão de NO<sub>x</sub> pela frota de ônibus municipais até 2020”. Na primeira versão do Programa de Metas não havia menção ao combate às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), mas essa foi introduzida na versão final, ainda que com limitações.

### **Análise Crítica**

Um quadro de imposições econômicas, desigualdades e conflitos, ajuda a entender a necessidade e a importância do surgimento de uma sociedade civil engajada através de movimentos sociais autônomos e politizados, no sentido de que a demanda direta da população é importante.

Nos últimos decênios o empresariado se engajou de forma significativa no âmbito da sociedade civil brasileira, buscando legitimar este engajamento enquanto “responsabilidade social”, de maneira a desenvolver uma “consciência cidadã” dentro da classe empresarial, através da promoção da filantropia empresarial (PAOLI, 2002). A perspectiva da responsabilidade empresarial encontrou na sociedade um espaço próprio, conhecido como “terceiro setor”, que junto com organizações não governamentais assume a postura de contribuir, no âmbito privado, com a redefinição das políticas públicas. Este grupo assume a ineficiência do Estado como um dado, ressaltando que o Estado não possui recursos suficientes e/ou que não sabem “gastá-lo” com políticas efetivas para melhorar a situação social. Frente a essa ineficiência estatal, o setor privado forneceria um exemplo de eficiência e eficácia o que justificaria seu engajamento no enfrentamento dos problemas sociais. Este apelo ao comprometimento social do setor privado é inédito na história brasileira.

O objeto de estudo deste artigo, o “movimento” Cidade dos Sonhos, exemplifica bem a atuação desse novo ator, representando uma nova forma de mobilização que é difícil encaixar no conceito de “movimento social”, sendo fruto da idealização (da Purpose) e articulação realizada entre uma empresa (Purpose) e outras entidades para atuar no âmbito das políticas públicas. A origem da “demanda” por um movimento que atuasse no âmbito das mudanças climáticas partiu

da agência de comunicação aqui mencionada, que articulou organizações engajadas na temática para angariar mudanças na sociedade através da política do Programa de Metas.

A linguagem utilizada pela filantropia empresarial justifica e legitima sua existência e atuação. Assim, as expressões “filantropia”, “responsabilidade social”, “investimento social” se tornaram corriqueiras. Essa característica não se restringe só as ações, mas também à forma como se identificam, como “coalizão”, “rede de parceiros”, “colaboradores” como é o caso da “Cidade dos Sonhos”, que se auto-denomina “movimento” outrora “coalizão”.

Segundo Maria Celia Paoli (2002), “essa “filantropia empresarial cidadã” e sua auto-investida na responsabilidade social no Brasil está indiretamente ligada à substituição da ideia de deliberação participativa”. Deste modo, por um lado a “Cidade dos Sonhos” promove ações nas ruas, campanhas nas redes sociais para coletar os “sonhos” da sociedade civil; por outro lado a participação dos cidadãos fica restrita a esse âmbito dos “sonhos”. Por mais inovadoras que sejam suas ações, ainda predomina o conservadorismo dentro da solidariedade privada, que implica em “retirar da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade” (PAOLI, 2002).

Segundo Evelina Dagnino (2004), o que ocorre nessas práticas de participação é a predominância de uma zona nebulosa que dificulta o discernimento sobre os sentidos da participação. Como a autora coloca, houve uma “confluência perversa” entre um discurso participativo democrático e um discurso neoliberal, os dois reivindicando uma participação ativa da população no enfrentamento dos problemas sociais. No entanto, o projeto neoliberal enfraquece as instituições estatais democráticas, substituindo a ação estatal com a atuação do setor privado, individualizando os problemas sociais e responsabilizando os cidadãos para sua solução. Esse deslocamento é perceptível no “movimento Cidade dos Sonhos”, tendo em vista a sua conformação – uma coalizão de organizações que se diz porta voz das demandas da sociedade.

O mais significativo das ações da “Cidade dos Sonhos” é a capacidade de utilizar a mídia a seu favor para pressionar o poder público. A Purpose, enquanto Agência de Comunicação, uniu seu conhecimento e seu potencial de comunicação para utilizar a mídia. Ao mesmo tempo, procurou canais de “participação” institucionais para influir sobre a construção de políticas públicas. Mas, de fato, a população continuou não ocupando esses espaços (no caso, as audiências públicas). Somente “participou” expressando seus “sonhos” numa plataforma online.

Ou seja, a população contribuiu com os “sonhos”, mas não estavam presentes nos espaços de discussão e de tomadas de decisão. Nesse tipo de ação o que pareceu importar foi divulgar a Agência Purpose e a marca “Cidade dos Sonhos” para “vender” seu nome e iniciativa.

Outro ponto acerca deste “movimento” é que enquanto supostamente procura democratizar as informações e as discussões com o poder público, de modo a torná-las mais acessíveis, as informações acerca das próprias ações da “Cidade dos Sonhos” não são muito acessíveis, já que não foi possível localizar a pesquisa no site do Datafolha. Ou seja, existe uma contradição entre exigir transparência do poder público e não tornar transparentes os próprios dados e informações coletadas.

Também é importante ressaltar a escolha do nome “movimento” Cidade dos Sonhos. Essa noção de que os sonhos podem tornar-se metas tem um apelo significativo. Veicula a ideia de que os sonhos são possíveis de serem realizados e que é possível pensar “grande”. É uma estratégia de marketing. Muitas dessas empresas nem sequer possuem setores específicos para promoção do trabalho social, restando apenas a atuação do departamento de marketing. “Informe aqui os seus sonhos para a cidade”, faz transparecer a ideia de que está ao alcance da sociedade a decisão sobre o futuro de sua cidade.

Percebe-se que o “movimento” Cidade dos Sonhos tem uma natureza muito distinta dos movimentos descritos no trabalho do sociólogo Eder Sader que analisa a atuação dos chamados “novos movimentos sociais” ativos durante o processo de redemocratização, nos anos 70 e 80 (SADER, 2001). Naquele momento, quem se mobilizava eram trabalhadores, donas de casa, grupos de bairro ligados à Igreja Católica, sindicatos, que buscavam reivindicar a democracia através de lutas no cotidiano para alcançar a melhoria das condições de vida da maioria da população. Ao contrário, o “movimento Cidade dos Sonhos” parece estar mais atrelado à ascensão do poder político das empresas, de sua influência sobre as tomadas de decisão e a formulação de políticas. A noção de “movimento” veicula a ideia de um “todo”, de um ator coletivo, mas no fundo a intenção é garantir um “selo” de responsabilidade social e a divulgação da sua “marca”. A ação social passa a ser uma oportunidade de negócio, agregando valor à marca que financia o “movimento”.

Esse tipo de “movimento” explora as compatibilidades entre lucro e “filantropia”, cria uma linguagem própria de cidadania, cria sua forma própria de participação na agenda pública, favorecendo, porém, os interesses privados – Purpose enquanto empresa e sede no Brasil, idealiza

a demanda de construir um movimento (composto por organizações já engajadas) que atue na agenda das mudanças climáticas de maneira a promover “impacto e responsabilidade social.” Vale ressaltar que é possível reconhecer o potencial de inovação e mobilização que o setor empresarial possui. Entretanto, não se pode dizer que os projetos em vigor, como o “Cidade dos Sonhos” promovam impactos sociais significativos. A noção de impacto, como pode ser visto nas repercussões deste “movimento”, é mais relativa aos números de indivíduos que participaram das pesquisas, ao alcance no espaço midiático do que a transformações sociais concretas na sociedade.

Por fim, entende-se que por mais sensível que as empresas sejam às desigualdades sociais existentes, elas preservam hierarquias. Deste modo, segundo Maria Celia Paoli (2002), falta o essencial a este “movimento” das elites, aquilo que os direitos sociais, por lei, garantem: um espaço público real. Em todo caso, a atuação desses novos “movimentos” representa um terreno fértil para futuras investigações no campo das políticas públicas, no âmbito das quais o setor empresarial se tornou um agente político importante.

## Referências Bibliográficas

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. In MATO, Daniel. **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización** – Caracas, edição de FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

De sonhos à realidade: Metas para São Paulo. Cidades dos Sonhos. **Relatório**. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco. Do liberalismo à social-democracia: a desprivatização da democracia. In TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

PAOLI, Maria Célia – “Empresas e responsabilidade social: Os enredamentos da cidadania no Brasil” (Capítulo 08) In SANTOS, Boaventura de S. (Org). “Democratizar a Democracia: Os Caminhos Da Democracia Participativa” – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Plano de Metas 2017-2020. Prefeitura de São Paulo. São Paulo, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

Sobre a Campanha #MetasdeSP. Disponível em:< <https://cidadedossonhos.org/tag/programa-de-metas>>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

SÃO PAULO. Lei n. 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a política de desenvolvimento urbano e o plano diretor estratégico do município de São Paulo e revoga a lei n. 13.430/2002.

Sobre a Purpose. Disponível em: < <http://www.purpose.com/>>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

Sobre o Cidade dos Sonhos. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/entidades-socioambientais-criticam-metas-do-plano-de-doria-vagas-e-timidias.ghtml>> . Acesso em 10 de Junho de 2018.

# ARÁBIA SAUDITA E IRÃ: RIVALIDADE E DISPUTA PELA HEGEMONIA NO GOLFO PÉRSICO

Beatriz Pidone Costa<sup>1</sup>

## Resumo

O sectarismo religioso, considerado como um dos principais motivos que levaram à disputa entre Arábia Saudita e Irã, é utilizado como instrumento político por esses Estados em prol de seus interesses. As relações entre ambos tiveram um início cooperativo, porém, após a Revolução Iraniana de 1979, passaram apenas a se deteriorar. O embate entre os países islâmicos se acirrou, impulsionado pelas intervenções americanas na região, pela Primavera Árabe e, pela crise de legitimidade dos governos islâmicos. Atualmente, sem perspectivas de reatamento, as relações diplomáticas entre os países encontram-se rompidas. Enquanto o Irã vem ganhando espaço e influência, apesar de sérios problemas internos, a Arábia Saudita, mesmo com força regional e novas estratégias para sua política externa e interna, se vê prejudicada e enfraquecida.

**Palavras-chave:** Arábia Saudita, Irã, Golfo Pérsico, rivalidade, hegemonia.

## Abstract

Religious sectarianism, considered one of the main reasons that led to the dispute between Saudi Arabia and Iran, is used as a political instrument by these states for their interests. The relations between them had a cooperative beginning, but after the Iranian Revolution in 1979, they only deteriorated. The clash between Islamist countries has stirred up, boosted by US interventions in the region, by the Arab Spring and, by the legitimacy crisis of Islamic governments. Currently, with no prospect of reattachment, the diplomatic ties of both countries remain severed. While Iran has been gaining space and influence, despite serious internal problems; Saudi Arabia, even with regional strength and new strategies for its foreign and domestic policy, feels undermined and weakened.

**Keywords:** Saudi Arabia, Iran, Persian Gulf, rivalry, hegemony.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: beatriz.pidone@gmail.com.



## **Introdução**

O Oriente Médio há muitos anos é palco de diversas disputas e conflitos motivados por questões domésticas, regionais ou estrangeiras. Em sua história recente, mostra-se como um local de extrema importância estratégica para a geopolítica, devido às grandes reservas de petróleo do Golfo Pérsico - região que separa a Arábia Saudita e o Irã.

Um momento importante para a rica história dessa região foi a Revolução Iraniana de 1979, baseada em ideais religiosos e contra a ocidentalização do Oriente Médio. Dessa forma, devido a mudanças tão drásticas, o equilíbrio de poder e o sistema de cooperação entre os países islâmicos foram seriamente prejudicados, e a rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã tornou-se crescente. Os principais atores regionais, em busca de influência e hegemonia, passaram a representar lados opostos - política, religiosa e etnicamente. Enquanto a monarquia árabe saudita segue preceitos sunitas e possui apoio estadunidense, o Irã persa é uma república islâmica que segue o xiismo e possui relações próximas à Rússia. Não há enfrentamento militar direto entre ambos os países, porém, diversas guerras “por procuração” (*proxy wars*)<sup>2</sup> são promovidas nos países vizinhos.

É importante frisar que a guerra religiosa entre sunitas e xiitas não constitui um fim em si mesma, ou seja, não é de interesse de sauditas nem de iranianos fazerem uma limpeza étnica em seus territórios, mas é de interesse desses países que a religião, por seu enorme poder catalisador, seja utilizada como instrumento de radicalização de conflitos no intuito de justificarem as suas medidas através do apelo popular. Desse modo, este trabalho pretende analisar a influência da religião na disputa por hegemonia na região do Golfo Pérsico, bem como o acirramento das relações diplomáticas entre ambos os países em momentos-chave de suas histórias.

## **Questão religiosa: importante, mas não determinante**

A diferença religiosa entre as duas vertentes islâmicas, a sunita e a xiita, é sempre presente quando se analisam os conflitos no Oriente Médio, e, atualmente, vem ganhando notoriedade, ainda mais no caso do Irã xiita e da Arábia Saudita sunita, cujas populações são de maioria opostas. Domesticamente, pode-se dizer que ambos os governos são sectários e utilizam a religião como forma de legitimar sua autoridade. Entretanto, no âmbito interestatal,

---

<sup>2</sup>Guerras instigadas entre grupos ou Estados mais fracos por Estados potências. Estes não participam efetivamente das guerras, apenas promovem seus interesses ou proveem algum tipo de apoio (econômico, político, diplomático, militar, etc.) aos beligerantes.

a diferença das duas vertentes não pode ser encarada como uma disputa histórica para além de soluções políticas, pois esse sectarismo é aproveitado e manipulado no jogo internacional.

Perhaps the most dangerous oversimplification to come from an un-nuanced acceptance of the “Sunni versus Shia” frame is to misunderstand the motivations of the two major state actors in the regional contest for influence. [...] Riyadh and Tehran are playing a balance of power game. They are using sectarianism in that game, yet their motivations are not centuries-long religious disputes but a simple contest for regional influence. (GAUSE, 2014, p.6)<sup>3</sup>

Além do próprio incentivo estatal, como visto no interior da Arábia Saudita e do Irã, o sectarismo doméstico vem ganhando força em outros países devido às recentes perdas de poder e de legitimidade dos governos, contribuindo ainda mais para o uso do sectarismo nas guerras “por procuração”. Como os Estados, em meio a conflitos e guerras, não conseguem suprir as necessidades básicas da população, como alimentação e moradia, há uma tendência das pessoas a se unirem em grupos, muitas vezes baseados religiosa ou etnicamente, fortalecendo assim, a divisão interna da população e facilitando o acirramento do sectarismo no Oriente Médio entre sunitas, xiitas e até mesmo outras etnias e religiões, como os curdos (GAUSE, 2014).

Uma das formas mais eficientes utilizadas por ambos os Estados para disseminar sua influência na região é através da cultura, já que são limitados militarmente por não possuírem poderio suficiente para dominar o rival e, economicamente, pois a Arábia Saudita é dependente da exportação de petróleo, enquanto o Irã, apesar da economia mais diversificada, sofre para superar as sanções e a falta de internacionalização. Dessa forma, difundir ideais políticos, sociais e culturais torna-se essencial. O sectarismo e as divisões da religião islâmica são os fatores que mais influenciam a opinião pública sobre a percepção das potências regionais no Oriente Médio (CIFTCI; TEZCÜR, 2016), o que leva os Estados a buscarem, através do acirramento religioso, tanto o apoio de sua própria população como a de países vizinhos, legitimando suas políticas e expandindo seu domínio e influência. “Furthermore, religiosity is likely to shape public perceptions of foreign powers as state leaders instrumentally use religious messages and images to bolster their international appeal” (idem, p.380)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Talvez a mais perigosa simplificação resultante de uma aceitação sem nuances do quadro “sunitas versus xiitas” seja mal interpretar as motivações dos dois principais atores estatais na disputa regional por influência. [...] Riade e Teerã jogam com o equilíbrio de poder. Eles estão usando o sectarismo nesse jogo, contudo suas motivações não são disputas religiosas seculares, mas uma simples disputa por influência regional (GAUSE, 2014, p.6, tradução nossa).

<sup>4</sup> Ademais, é provável que a religiosidade molde as percepções públicas sobre as potências estrangeiras ao passo que os líderes dos Estados usam, instrumentalmente, mensagens e imagens religiosas para reforçar seu apelo internacional. (idem, p.380, tradução nossa).

Ademais, quando se analisa os aliados de cada país, a divisão entre as vertentes religiosas também não é uma obrigatoriedade. Um bom exemplo é o apoio do Irã ao Hamas<sup>5</sup> (sunita) e ao Hezbollah<sup>6</sup> (xiita). Ambos os grupos citados lutam contra a expansão de Israel sobre o território palestino, caracterizando um conflito entre árabes e israelenses que não é necessariamente religioso. O Irã mostra-se como um país que resiste ao imperialismo estadunidense e à agressão israelense, apoiando a criação do Estado da Palestina, mesmo que este se torne um país de maioria sunita, o que, sob a perspectiva do sectarismo puro, não seria algo possível. “Iran’s support for Sunni militant groups opposed to Israel illustrate that Iran is more motivated by its identity as the liberator of the Muslim world than its identity as a Shia state” (HAMEED, 2017, p.24)<sup>7</sup>. Outro caso é a Síria, Estado de maioria sunita que já mantém uma aliança com os iranianos, antes mesmo da revolução de 1979.

Já no caso saudita, o problema encontra-se na dificuldade de manter sua aliança com outros países de maioria sunita, tanto devido às diferentes vertentes dentro do próprio sunismo, quanto por motivos políticos, especialmente após a Primavera Árabe. No Egito, a ascensão da Irmandade Muçulmana vem gerando atritos e dificuldades na relação com os sauditas, que há muitos anos tinham grande apoio egípcio para estabelecerem seu domínio e influência na região. O outro caso mais recente foram as sanções que Riade impôs sobre o Catar, a partir de junho de 2017. Os catari que, assim como os sauditas, são uma monarquia majoritariamente sunita-wahabita, além de terem sido acusados de patrocinar terroristas, receberam duras críticas em relação a sua empresa estatal de telecomunicações, a Al Jazeera, e por terem retomado relações com o Irã, desafiando a monarquia saudita. Analisando novamente através do sectarismo, tal situação não ocorreria.

---

<sup>5</sup>Hamas, cujo nome é um acrônimo para Movimento de Resistência Islâmico, é uma organização de orientação sunita que luta em prol da Palestina e contra a ocupação de Israel na Faixa de Gaza e Cisjordânia. Após a primeira intifada em 1987, o grupo surgiu com propósitos militar e belicoso, cujas ações o levou a ser considerado como um grupo terrorista fundamentalista por diversos países, como Estados Unidos, Reino Unido e Israel. Além da atuação militar, a organização também possui um braço político. Em 2006, o Hamas ganhou eleições parlamentares na Palestina, o que gerou tensões com outro grupo palestino, o Fatah, resultando na divisão do controle político. O Hamas passou a controlar apenas a Faixa de Gaza, enquanto o Fatah manteve controle da Cisjordânia.

<sup>6</sup>Hezbollah, que significa Partido de Deus, surgiu como uma milícia de orientação xiita com a ajuda do Irã, após a ocupação israelense no Líbano em 1980. Além de lutar contra a presença israelense no Oriente Médio, declararam tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética como inimigos do islã. Apesar da pressão para se desarmar, o poder militar foi mantido, contribuindo para ser considerado por alguns países como um grupo terrorista fundamentalista. A organização ingressou na política libanesa de forma gradual, tornando-se um partido expressivo, conquistando votos e poder no parlamento, apoiado principalmente pela população xiita.

<sup>7</sup>O apoio do Irã a grupos militantes sunitas que se opõem a Israel ilustra que o Irã é mais motivado por sua identidade como o libertador do mundo muçulmano do que sua identidade como um Estado xiita. (HAMEED, 2017, p.24, tradução nossa).

Além do mais, se o sectarismo religioso determinasse exclusivamente países ou grupos aliados ou não, o Irã estaria em grande desvantagem em sua busca pela hegemonia no Golfo Pérsico, pois a maioria das populações dos Estados islâmicos é composta de sunitas, assim como a maioria dos Estados possuem governos que tendem ao sunismo, mesmo que haja um número expressivo de xiitas. Logo, o sectarismo existe e é utilizado como instrumento político, porém não é um determinante exclusivo (ou de maior peso) nos conflitos e relações interestatais. “As mentioned above both Iran and Saudi Arabia acts in pursuit of power and they use religion and other tools in order to gain more power” (FADAEE, 2017, p.20)<sup>8</sup>.

### **Relações entre Arábia Saudita e Irã**

Logo após a Segunda Guerra Mundial, as relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã foram marcadas pela cooperação, quando ambos utilizavam o sistema governamental monárquico e se encontravam numa fase de consolidação e desenvolvimento de seus governos. Logo após a saída britânica dos territórios do Oriente Médio, dentre eles o Irã, a estratégia estadunidense de combater o comunismo, no contexto da Guerra Fria, via-se ameaçada. Assim, os Estados Unidos passaram a apoiar igualmente ambos os países, que se tornaram os pilares gêmeos (*twin pillars*) da ordem e da estabilidade na região em prol do Ocidente (FADAEE, 2017). Além disso, também prevalecia o interesse dos Estados Unidos em ter fácil acesso às grandes reservas de petróleo localizadas no Golfo Pérsico. Durante o governo do Xá Reza Pahlavi no Irã (1941-1979) houve a Revolução Branca de 1963, caracterizada por reformas socioeconômicas a favor do Ocidente, fato que desagradou parte da população e deu início ao movimento de oposição à monarquia que culminaria, em 1979, na Revolução Iraniana, sob o comando do Aiatolá Ruhollah Khomeini, (RIZWAN et al., 2014), gerando grandes mudanças para a região do Golfo Pérsico e o fim da aliança com os americanos.

A monarquia transformou-se numa república islâmica, seguindo os preceitos islâmicos xiitas, correspondendo à maioria religiosa da sociedade iraniana. O Irã passou a defender o movimento pan-arabista, além de buscar destronar as monarquias conservadoras (FADAEE, 2017) e espalhar a revolução pelo mundo árabe. Assim, o novo governo antiocidental e antimonárquico fez duras críticas às políticas e ações estadunidenses, ao Estado de Israel, devido sua expansão sobre território palestino e, às monarquias regionais, dentre elas a

---

<sup>8</sup>Como mencionado acima, tanto o Irã quanto a Arábia Saudita atuam na busca do poder e usam a religião e outras ferramentas para ganhar mais poder (FADAEE, 2017, p.20, tradução nossa).

saudita, devido à relação da forma de governo com a religião islâmica. Teerã passou a se apresentar como a resistência islâmica e a liderança xiíta, enquanto Riade mostrava-se como o centro religioso, por possuir as cidades de Meca e de Medina<sup>9</sup>, além de ser o grande poder sunita atrelado ao Ocidente.

Para Rizwan et al., “[t]he aggressive policies of the [Iranian] revolutionary government had isolated its [sic] from the regional and international community” (2014, p. 96)<sup>10</sup>. Nessas condições, os sauditas assumiram o posto de maior aliado americano no Golfo Pérsico, enquanto o Irã se isolou, pois, num contexto de Guerra Fria, sua possível aliada, a União Soviética, foi afastada pelo discurso revolucionário que condenava tanto comunistas como capitalistas. Além disso, os soviéticos também se sentiram ameaçados pelas possíveis revoltas islâmicas que poderiam ocorrer em seu território inspiradas pelos iranianos. As relações diplomáticas apenas pioraram entre os dois países, sendo interrompida entre os anos de 1988 e 1991, após as guerras entre Irã e Iraque e a invasão do Kuwait devido ao apoio saudita ao Estado iraquiano de Saddam Hussein.

Com a busca do Irã por uma maior inserção internacional, especialmente econômica, há uma reaproximação com a Arábia Saudita no início dos anos 2000. O país persa sofria com sanções impostas pelos Estados Unidos e outros países da União Europeia desde a Revolução de 1979 e, a assistência saudita seria de grande importância no contexto da OPEP para retomar as exportações de petróleo.

Após esse curto período, logo as relações entre os países islâmicos tornaram-se novamente complicadas. A “guerra ao terror” americana trouxe novamente conflitos para a região, e a entrada de Mahmoud Ahmadinejad na presidência do Irã em 2005 retomou uma linha considerada mais agressiva. A Arábia Saudita também assumiu uma postura mais hostil, acusando o Irã de ser uma ameaça devido ao seu programa nuclear, além de acusá-lo de interferir na política doméstica de Estados vizinhos - como o Bahrein e o Iêmen.

### **Saída americana e Primavera Árabe**

Em 2011, o presidente estadunidense Barack Obama iniciou a retirada de suas tropas do solo iraquiano, findando a guerra após oito anos de conflito. Além de gerar um vácuo de poder na região do Golfo Pérsico, os Estados Unidos deixaram o Iraque destruído, com seus

---

<sup>9</sup>Cidades sagradas islâmicas localizadas em território saudita.

<sup>10</sup>As políticas agressivas do governo revolucionário iraniano isolaram o país da comunidade regional e internacional (2014, p. 96, tradução nossa).

sistemas governamental e institucional debilitados e frágeis. Assim, o forte Estado iraquiano da época de Saddam Hussein tornou-se um Estado vulnerável, facilitando a entrada de influência de países vizinhos; e o fortalecimento ou surgimento de atores não estatais, como facções e grupos terroristas. O mesmo aplica-se ao Afeganistão, onde as tropas ianques começaram a reduzir seus números em 2012, porém a guerra no país ainda continua.

Nesse mesmo ano de 2011, tiveram início diversas manifestações e protestos em muitos países árabes (norte da África e Oriente Médio), para exigir reformas políticas e sociais, configurando a Primavera Árabe. Alguns países, principalmente as monarquias árabes, conseguiram controlar as manifestações e dar continuidade com seus governos, mesmo que enfraquecidos por não realizarem de forma completa as reformas exigidas. Esse enfraquecimento afetou diretamente o poder de barganha da Arábia Saudita na região, já que a maioria desses governos são sunitas e grandes aliados sauditas nas políticas referentes ao Golfo Pérsico.

O Egito, desde a retirada do presidente Hosni Mubarak em 2011, enfrentou problemas para estabelecer um novo governo. Com a ascensão da Irmandade Muçulmana nesse país, a Arábia Saudita vê-se sem um forte aliado seu, pois há grandes divergências em suas políticas. Já na Síria, as demonstrações inicialmente pacíficas transformaram-se numa guerra civil devido à bruta e violenta resposta de Bashar al-Assad às manifestações em 2011. A autoridade síria colapsou, deixando a população em péssimas condições e numa guerra que já dura sete anos. Os Estados Unidos assumiram uma política menos intervencionista no Oriente Médio, evitando participar da guerra. Da mesma forma que no Iraque, os governos desses países se encontram fracos, gerando os mesmos problemas já mencionados, porém de formas e intensidades diferentes.

Esses acontecimentos possibilitaram uma maior influência do Irã nesses países do Oriente Médio, por diversos motivos. As quedas de Saddam Hussein no Iraque e do Taliban no Afeganistão, as duas grandes ameaças para o governo de Teerã, contribuíram para o fortalecimento iraniano, ainda mais ao se considerar que ambos os países são de maioria xiita, colaborando com o discurso do sectarismo religioso, cada vez mais presente e mais forte nos conflitos do Golfo Pérsico.

O Irã é considerado o país ganhador (ou grande beneficiado) nas disputas mais recentes por influência na região do golfo quando se compara com a Arábia Saudita. Os motivos que podem ter contribuído para essa significativa escalada de poder no Golfo Pérsico são: a redução contínua do isolamento do país; o enfraquecimento de Estados vizinhos; e a

mudança do comportamento iraniano ao buscar se inserir no sistema internacional. Ou seja, o Irã, apesar de considerado como rival saudita desde a revolução de 1979, detinha pouco poder, contrastando com os ganhos que começaram a surgir na metade dos anos 2000.

De acordo com Gause (2014), o vácuo de poder doméstico gerado pela quebra de autoridade e a fraqueza dos governos acabam por atrair poderes externos para que estes satisfaçam e alcancem seus objetivos e interesses. Entretanto, a construção de influências muitas vezes ocorre através de um sistema *bottom-up* (de baixo para cima), pois grupos e facções formados dentro do Estado débil buscam governos externos para apoio financeiro, militar e diplomático para suas causas, como ocorrido na Síria, Iraque e Iêmen - por exemplo.

Outro ponto importante é que esses vácuos de poder e essa fragilidade das instituições, além de facilitarem que outros países influenciem os mais fracos, também contribuem para o surgimento e o fortalecimento de atores não estatais filiados a questões religiosas ou étnicas, desafiando o monopólio da força que o Estado possui e seu domínio sobre o território. Além desses grupos mais voltados para questões políticas e sociais, há a formação de grupos paramilitares e extremistas, que às vezes recebem financiamento de outros Estados. Isso apenas aumenta a escala dos conflitos geopolíticos, contribuindo para um maior número de guerras “por procuração” em países vizinhos (KAUSCH, 2014). Na Síria e no Iraque, houve a ascensão do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL)<sup>11</sup>, que chegaram a ocupar grandes áreas territoriais, controlando a produção e a venda de petróleo e a população local.

### **Episódios mais recentes**

Em 2013, Hassan Rohani assumiu a presidência iraniana, fato que contribuiu para uma reaproximação com os países ocidentais, pois o atual presidente iraniano defende a realização eficaz de acordos com o Ocidente, além de sustentar, de forma sutil, uma separação entre religião e governo. Em 2015, foi assinado o acordo sobre o programa nuclear iraniano com as seis potências mundiais<sup>12</sup>, reduzindo consideravelmente as sanções estabelecidas em função tanto da corrida nuclear quanto da ocorrida revolução. Isso gerou insegurança por parte dos sauditas, já que a aproximação entre Estados Unidos e Irã criava a possibilidade de uma

---

<sup>11</sup>O grupo extremista islâmico que ocupa territórios iraquianos e sírios, e que opera majoritariamente no Oriente Médio. O grupo é chamado por diferentes nomes. “Para autoridades da ONU e dos Estados Unidos, o grupo é o “Isil”, um acrônimo em inglês para “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” - que tem a versão também em português, “EIIL”. O próprio grupo não usa esse nome desde junho de 2014, quando declarou a criação de um califado e reduziu seu nome para “Estado Islâmico” (com as siglas “IS” em inglês e “EI” em português), refletindo suas ambições expansionistas.” (IRSHAID, 2017).

<sup>12</sup>Países do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e Alemanha.

inversão de alianças, ou seja, de um afastamento entre Washington e Riade - e uma posterior aproximação com Teerã. Entretanto, a entrada de Donald Trump no governo estadunidense a partir de 2017, e o suporte iraniano a Bashar al-Assad na guerra da Síria, dentre outros motivos, dificultaram a concretização dessa mudança de alianças.

In its desire to protect its domestic power base by eliminating potential external spoilers, Riyadh's long-term partnership with the United States has been built on the provision of US security guarantees in the Gulf in exchange for Saudi Arabia's ensuring the flow of oil at manageable prices. The relative US rapprochement with Iran, the announcement of America's "pivot to Asia", the dropping of long-term ally Hosni Mubarak, and US reluctance to intervene in Syria have all contributed to erode Riyadh's faith in the US as a stable, reliable ally. (KAUSCH, 2014, p.9)<sup>13</sup>

Somado a isso, sem as sanções, o Irã volta a se inserir na economia mundial, aumentando cada vez mais suas produções de petróleo. Este fato vem preocupando os sauditas, que receosos com este retorno iraniano, retardaram as negociações da OPEP visando aumentar o preço dos barris. Após quase um ano, no final de novembro de 2016, o acordo foi firmado, limitando a produção do Irã e reduzindo, apesar de pouco, a produção dos demais países. Devido a essas ameaças, o reino saudita aparenta buscar novas formas de manter seu poder sem precisar recorrer ao apoio ocidental ou ao dos Estados Unidos, diferente da política externa seguida tradicionalmente. (BARDAJÍ, 2016)

Novamente as relações diplomáticas com o Irã foram cortadas pela Arábia Saudita, que impeliu seus aliados a realizarem o mesmo no ano de 2016, após a invasão da embaixada saudita em Teerã, fato que ocorreu devido a protestos contra a execução do clérigo saudita de vertente xiita, Nimr Baqir al-Nimr. O clérigo foi uma importante figura durante os protestos realizados pela minoria xiita da Arábia Saudita contra o regime político do país durante a Primavera Árabe. Esta e outras execuções podem ser consideradas uma forma do rei saudita, recém-entronado, de demonstrar seu poder - que logo foi desafiado pelo governo catari, por retomar relações com o Irã em 2017.

Houve trocas de insultos entre as nações, nos quais o Irã acusou a Arábia Saudita de ser infiel e de apoiar movimentos terroristas e extremistas, além de utilizar formas violentas de repressão e adotar a pena de morte contra seus opositores internos. Ao mesmo tempo, o Irã foi acusado de não ser muçulmano, dado seu passado persa, além do fato de seguir a vertente

---

<sup>13</sup>Em seu desejo de proteger sua base de poder doméstica eliminando possíveis problemas externos, a parceria de longos anos de Riade com os Estados Unidos foi construída com base na garantia dos EUA em prover segurança no Golfo em troca da Arábia Saudita garantir o fluxo de petróleo a preços gerenciáveis. A relativa aproximação dos EUA com o Irã; o anúncio americano do "pivô para a Ásia"; a queda do aliado de longa data Hosni Mubarak; e a relutância dos EUA em intervir na Síria contribuíram para desgastar a fé de Riade nos Estados Unidos como um aliado estável e confiável (KAUSCH, 2014, p.9, tradução nossa).



xiita, o que significaria, para os sauditas um desvirtuamento da religião. De acordo com a Reuters (2017), era esperado que houvesse um encontro entre os governos após o Hajj<sup>14</sup> em setembro de 2017, porém até o momento, nenhuma melhora de diálogo entre iranianos e sauditas pôde ser observada.

Desde 2015, a Arábia Saudita vem apresentando mudanças em sua política externa com a ascensão ao trono do rei Salman bin Abdulaziz, que logo indicou um de seus filhos, Mohammed bin Salman (MBS) como o príncipe herdeiro, que se tornou o mais novo vice primeiro-ministro e ministro da defesa. Ao mesmo tempo em que a monarquia busca se reestruturar, também há a necessidade de realizar reformas socioeconômicas, de forma a reduzir a oposição que o governo saudita recebe, principalmente de minorias xiitas, e até mesmo de sua própria população.

A nova realidade geopolítica da região, especialmente com a retirada das tropas dos Estados Unidos, levou à criação de uma nova política externa, que faz parte de uma doutrina baseada em três pontos: reforçar o poder militar (buscando reduzir a dependência americana) e ser capaz de lidar com ameaças iranianas e terroristas; reavaliar alianças bilaterais e multilaterais, focando no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Líbano e Egito; e confrontar a expansão iraniana de forma agressiva, mudando a postura saudita de reativa para proativa. Apesar da boa estratégia de Riade, sua execução até o momento não foi bem realizada, gerando resultados duvidosos, incoerentes e ineficientes, e provocando duras críticas e sérios problemas à imagem do país. Entretanto, do ponto de vista da monarquia, esses erros foram melhores do que não agir, assumindo, assim, uma política externa mais ativa sem a expectativa de obter um sucesso imediato, mas, sim, a longo prazo (Shihabi, 2017). Outra estratégia observada é a aproximação entre Israel e Arábia Saudita, que estão dispostos a cooperar e trocar informações e inteligência para confrontar o Irã.

[...] As previously stated, Saudi Arabia's concerns for security and relative gains lead it to maintain a covert partnership with Israel to balance against a rising Iran. Iran, in contrast, maintains a hostile relationship with Israel for reasons of power and identity given its goal for regional superiority, and its self-view as the liberator of the Muslim world. [...] Saudi Arabia's decision to covertly cooperate with Israel reveals its acknowledgement that overt cooperation would damage its reputation as the leader of Islam given Israel's unfavorable reputation in the Muslim world. The Saudi-Israeli covert

---

<sup>14</sup>Peregrinação religiosa para Meca que todos os seguidores do islã devem tentar realizar, pelo menos uma vez ao longo de suas vidas.

partnership began developing when concerns over a nuclear Iran emerged. (HAMEED, 2017, p. 23)<sup>15</sup>

Já o governo de Teerã vem tendo um ano complicado em 2018, com a ocorrência de muitos protestos por todo o país, quer por questões sociais, econômicas ou culturais. Devido ao rígido sistema político iraniano, o presidente Rohani, juntamente com o parlamento, encontram limitações para realizarem mudanças e reformas mais radicais e necessárias. Esta dificuldade é proveniente do sistema religioso que rege a constituição do país. O líder supremo (Aiatolá), eleito de forma indireta, é a autoridade máxima política e religiosamente, além de controlar o judiciário, as forças armadas e ter grande influência na política externa, engessando qualquer ação de presidentes ou parlamentares que possuam ideias divergentes ao do líder supremo. Atualmente, quem ocupa o cargo desde 1989 é o Aiatolá Ali Khamenei, que culpa o governo de Teerã de ser incompetente perante a crise que ronda o país, não apenas no âmbito interno - já que os Estados Unidos ameaçam acabar com o recente acordo nuclear. De acordo com Golkar (2018), a entrada de Rohani na presidência foi de encontro ao interesse de Khamenei, que buscava uma figura política moderada para negociar a retirada das sanções impostas ao Irã e o acordo nuclear com o Ocidente. Agora, o Aiatolá parece estar aumentando suas forças e poder política sob o setor militar, preparando-se para instaurar um governo militar quando necessário.

## Conclusão

Os conflitos no Oriente Médio e a disputa pelo Golfo Pérsico encontram-se longe de chegar ao fim. As guerras na Síria e no Iêmen continuam, assim como a duvidosa luta contra os grupos terroristas na região, especialmente o EIIL; e, ao mesmo tempo, outros Estados precisam se reestruturar, buscando restabelecer a legitimidade e a força de seus governos e instituições, como Iraque e Egito. Esse estado regional relativamente caótico tende a fortalecer atores não estatais, como grupos sectários religiosos, étnicos e milícias, que apenas agravam a situação.

---

<sup>15</sup>Como dito anteriormente, as preocupações da Arábia Saudita com a segurança e os ganhos relativos levam-na a manter uma parceria encoberta com Israel para equilibrar com um Irã crescente. O Irã, em contraste, mantém um relacionamento hostil com Israel por razões de poder e identidade, dado seu objetivo de superioridade regional e sua visão de si mesmo como o libertador do mundo muçulmano. [...] A decisão da Arábia Saudita de cooperar secretamente com Israel revela seu reconhecimento de que a cooperação aberta prejudicaria sua reputação de líder do Islã, dada a reputação desfavorável de Israel no mundo muçulmano. A parceria secreta saudita-israelense começou a se desenvolver quando surgiram preocupações sobre um Irã nuclear (HAMEED, 2017, p. 23, tradução nossa).

O cenário geopolítico do Golfo Pérsico continua tumultuado, permitindo manobras políticas tanto por parte da Arábia Saudita, quanto por parte do Irã. Na última década, fica evidente que os sauditas vêm sentindo-se cada vez mais ameaçados, não apenas pelo Irã, mas igualmente pelo distanciamento (mesmo que pequeno) dos Estados Unidos; e pela dificuldade de renovar sua forma de governo e influência, evitando revoltas e manifestações, como visto na Primavera Árabe - tanto domesticamente quanto em países aliados. Apesar disso, os sauditas ainda são detentores de grande influência na OPEP e no CCG, e vêm estruturando sua nova política externa, mais agressiva e ativa e menos dependente do Ocidente, para manter e expandir sua liderança, apesar de esta ainda não ter mostrado resultados satisfatórios.

Já para o Irã, o cenário regional mostra-se mais favorável. O enfraquecimento do Iraque e do Afeganistão contribuiu para Teerã expandir seu raio de influência, ao alcançar as maiorias xiitas desses países com maior facilidade. Além disso, a mudança para uma política externa menos agressiva, sem abandonar seu caráter antiamericano e anti-israelense, juntamente com a busca de uma maior internacionalização, foram fatores fundamentais para beneficiar o país persa. Entretanto, a retomada econômica vem enfrentando sérias dificuldades, como: sanções externas ainda existentes; a possível quebra do acordo nuclear com os Estados Unidos; retaliações e cortes de relações diplomáticas, influenciados pela disputa com os sauditas e por se envolver nos conflitos do golfo; e as recentes manifestações internamente.

Dessa forma, pode-se dizer que, nos últimos anos de disputa hegemônica no Golfo Pérsico, o Irã obteve melhores resultados que a Arábia Saudita, porém, não se pode afirmar que um detém mais poder do que o outro. Tanto o Golfo Pérsico como ambos os países ainda encontram-se em situações difíceis, que a qualquer momento podem modificar-se. As vitórias que cada um obteve, possuem uma contrapartida que as enfraquecem, principalmente no âmbito doméstico, que, ao necessitar maior ou menor atenção, influencia diretamente a direção que a política externa tomará.

### Referências Bibliográficas

BARDAJÍ, Rafael L. **Religion, power and chaos in the Middle East**. European View. Springer. Abril 2016. DOI 10.1007/s12290-016-0391-9.

CIFTCI, Sabri; TEZCÜR, Güneş Murat. Soft Power, Religion, and Anti-Americanism in the Middle East. **Foreign Policy Analysis**. Vol. 12, 2016. Pp. 374-394 DOI 10.1111/fpa.12090

FADAE, Farshid. **Iran and Saudi Arabia, and the Perfect Storm in the Persian Gulf**. 2017. Dissertação mestrado. Department of Peace and Conflict Research. Uppsala University. Primavera 2017.

GAUSE, F. Gregory, III. **Beyond Sectarianism: The New Middle East Cold War**. Brookings Doha Center Analysis Paper. Foreign Policy at Brookings. Nº 11, Julho 2014.

GOLKAR, Saeid. Is a military coup possible in Iran? **Al Jazeera**, 24 abr. 2018. Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/military-coup-iran-180424144510759.html> >. Acesso em: 28 abr. 2018.

HAMEED, Usjid U. The Saudi-Iranian Rivalry: A Foreign Policy Analysis Approach. **Towson University Journal of International Affairs**. Vol. L, Nº 2, Towson University, Spring 2017. Pp. 16-34.

IRSHAID, Faisal. ISIS, Estado Islâmico ou Daesh? Um grupo extremista, muitos nomes. **BBC Brasil**, BBC Monitoring, 17 set. 2017. Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42020312> >. Acesso em: 28 abr. 2018.

KAUSCH, Kristina. **Competitive Multipolarity in the Middle East**. IAI – Istituto Affari Internazionali. Setembro 2014. ISSN 2280-4341. Pp. 8-12

REUTERS STAFF. Iran, Saudi Arabia to exchange diplomatic visits: Iranian foreign minister. **Reuters**, 23 ago. 2017. Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-saudi-iran-diplomacy/iran-saudi-arabia-to-exchange-diplomatic-visits-iranian-foreign-minister-idUSKCN1B31K8> >. Acesso em: 13 mar. 2018.

RIZWAN, Muhammad; ARSHID, Muhammad; WAQAR, Muhammad; IRAM, Saira. **From Rivalry to Nowhere: a Story of Iran-Saudi Ties**. IOSR Journal of Humanities and Social Science. Vol. 19 Nº 9 Ver. IV. Setembro 2014. Pp. 91-101.

SHIHABI, Ali. **Saudi Arabia's new foreign policy doctrine**. Arabia Foundation, 14 dez. 2017. Disponível em: < <http://www.arabiafoundation.org/arabia-comment/saudi-arabias-new-foreign-policy-doctrine/> >. Acesso em: 28 abr. 2018.

# ARISTÓTELES, HOBBS E HABERMAS: A NATURALIZAÇÃO MODERNA DA POLÍTICA<sup>1</sup>

Felipe Ribeiro<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo comparar duas noções diferentes de política, correlatas a duas noções como que simétricas e opostas do que seja a natureza humana, a saber: o conceito aristotélico de política, e o conceito hobbesiano da mesma. Enquanto a noção teleológica da política aristotélica, segundo a qual a parte é anterior ao todo, o conduzia a tese segundo a qual o homem é naturalmente político, a inflexão materialista-mecanicista da filosofia hobbesiana acabaria por inverter esse quadro: o indivíduo, entendido como conjunto de relações mecânicas torna-se o centro da análise filosófica, e a política passa a ser uma convenção criada pacificar o estado de guerra de todos contra todos. Como interpretar essa transformação do sentido da política? Recorremos a um argumento de Habermas, segundo o qual o conceito hobbesiano de política corresponde ao aparecimento do mercado capitalista, que reifica as relações humanas e subordina a política à busca pelas satisfações materiais individuais. Nesse sentido, mais do que mera opção metodológica, a filosofia de Hobbes ganha o interesse para um diagnóstico de época, de como a política passa a operar com a generalização das relações de mercado.

**Palavras-chave:** Estado de natureza, Política, Modernidade, Lei da natureza, Capitalismo.

## Abstract

The objective of the present work is to compare two different notions of politics correlated to two opposite notions of what the human nature is: the aristotelian conception of politics, and the hobbesian one. While Aristotle's teleological notion of politics, that conceives the whole as prior to the parts, made him defend the thesis according to which man is by nature a political being, the materialist turn took by hobbesian philosophy would invert this previous scene: the individual, understood as a compound of mechanical relations, becomes the center of the analysis, and politics becomes a convention created to pacify the state of war of all against all. What could one say about this transformation of the very notion of politics? We will resort at this point to an argument put forward by Habermas, according to which the hobbesian notion of politics corresponds to the rise of the capitalist market that reifies human relations and subjects politics to the search for individual material satisfactions. Thus, more than a mere methodological alternative, Hobbes's political philosophy reveals itself as an epoch diagnosis about the transformation of politics due to the generalization of market relations.

**Abstract:** Nature state, Politics, Modernity, Nature Law, Capitalism.

---

<sup>1</sup> O presente texto é resultado de um trabalho de aproveitamento da disciplina "Filosofia política", ministrada pelo Prof. Dr. Bruno Nadai. Daí o caráter provavelmente sumário do texto: ele não faz mais que explorar os recursos disponibilizados ao longo de um breve quadrimestre. Como, porém, o resultado não parece ter ficado ruim, decidi tentar publicá-lo, com a devida autorização do professor, a quem agradeço, pelas aulas e pelo estímulo.

<sup>2</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: feliperibeiro1848@gmail.com

## Introdução

Começemos por uma comparação.

Não há nada que ilustre melhor duas concepções opostas a respeito da *natureza da política* (podemos também falar numa *imagem da política* se quisermos) do que as metáforas utilizadas, cada uma em sua vez, por Aristóteles e Hobbes, na *Política* e em *De Cive* respectivamente, para ilustrar o método orientador de suas filosofias. Duas opções diferentes de abordagem, submetidas à norma maior de duas concepções opostas de *natureza* e que levam a duas noções conflitantes de política.

Aristóteles, para quem “o todo é, por necessidade, anterior às partes”, compara o *corpus* da cidade política ao corpo humano, uma vez que neste, o organismo em sua coleção completa revela-se anterior a cada membro, de forma que, por exemplo, se “todo o corpo for destruído, não haverá nem mão nem pé” (ARISTÓTELES, 1995, p. 1988), ao passo que podemos supor que sem uma mão, um braço ou uma perna, o corpo não deixa, no entanto, de permanecer um corpo. Transposto ao campo da política, a metáfora sugere um todo orgânico e holístico, cuja natureza se define não pela soma das partes, como um agregado de peças indispensáveis, mas pela sua função enquanto fim e princípio organizador. A natureza organiza tudo segundo fins antecipados. A destruição do todo tem por consequência a eliminação do sentido da parte, enquanto que a imagem do conjunto permanece preservada mesmo com a supressão de algumas partes singulares. Tudo se desdobrará, enfim, de maneira a nos conduzir à tese fundamental da política aristotélica, a saber, de que o homem é um animal político, e que, *por natureza* e não por mera convenção, realiza na *pólis* seu fim máximo. A teleologia da natureza se harmoniza assim com a finalidade política do homem<sup>3</sup>.

Mas é uma imagem radicalmente diferente que temos, outra elaboração do universo político, ao lermos o texto *Do Cidadão*, de Hobbes. Ali, no prefácio ao leitor, o autor diz, por exemplo, que o método correto para a abordagem do assunto consiste naquele que permite aprofundar nas “causas constitutivas” das coisas, às quais se remontam e ganham sentido as montagens mais complexas do nosso mundo. O termo de ilustração é, neste caso, a mecânica de um simples relógio, cuja matéria, figura e movimento das rodas “não podem ser bem compreendidos, a não ser que o desmontemos e consideremos cada parte em separado”.

---

<sup>3</sup> As variadas críticas feministas tornaram proibitivo, por uma série de razões, a continuação do uso do termo “homem” com sentido universal para referir-se ao ser humano. Nessa linha, haveria algo de ideológico em referir-se ao homem político com pretensões universalistas. Se mantenho o termo é porque era Aristóteles ele mesmo quem restringia os direitos políticos aos homens, enquanto as mulheres ficavam reduzidas ao *óikos*, isto é, à vida doméstica. Quer dizer, sempre foi a intenção de Aristóteles referir-se apenas às pessoas de sexo masculino. O uso do termo “homem”, portanto, não é hipócrita, mas explícito

Agora, a natureza humana é decodificada nos termos da *mecânica*, para a qual já não serve a integridade orgânica mencionada acima: a teleologia da pólis é substituída pela física da política. As partes se orientam segundo relações mecânicas de causalidade, e não mais segundo o fim teleológico antecipado. A alusão ao relógio, no caso, sugere uma engenharia muito bem concatenada, em que cada parte constitui uma engrenagem indispensável para o bom funcionamento automático da máquina. Num gesto idêntico ao visto acima, a metáfora é facilmente estendida para abarcar todo o campo da política. O Estado, para ser bem entendido, tal como um relógio, deve assim ser ele também decomposto em suas peças fundamentais, de maneira que

compreendamos corretamente o que é a qualidade da natureza humana, e em que matérias ela é e em quais não é adequada para estabelecer um governo civil; e como devem dispor-se entre si os homens que pretendem formar um Estado sobre bons alicerces. (HOBBS, 2002, p. 13)

Aqui, o que interessa é desnudar a engenharia do Estado. O homem é apenas uma engrenagem nessa maquinaria sofisticada. Diferentemente do que foi visto antes, a política não está mais inscrita como *télos* na natureza humana: esta é agora vista como a mecânica das paixões, cuja compulsão conduz ao estado natural e *apolítico* da guerra de todos contra todos. A conclusão, portanto, assentará no extremo oposto da filosofia aristotélica: para Hobbes, natureza e política divergem. A política é a retirada do homem da guerra sem fim a que conduz a sua natureza mecânica.

Entre a teleologia aristotélica e a mecânica hobbesiana, temos duas imagens opostas a respeito do que vem a ser a política. Em cada caso, a política é subordinada a uma filosofia da natureza que lhe altera completamente a função. Pois então, o que pensar desse salto, bastante radical, e que inaugura uma oposição tão simétrica? Seriam apenas escolhas categóricas diferentes, deixadas a critério do gosto filosófico de cada um, cada uma com suas consequências, etc? Ou deveríamos explicar a diferença pela distância histórica que aparta os tempos?

O hiato histórico que separa os dois autores é evidentemente enorme – daí que talvez a diferença não espante tanto. A sociedade escravocrata da Grécia antiga, cuja concentração do trabalho manual nas formas intensivas de trabalho liberava os ditos “homens livres” para o exercício dialógico da política cidadinha, por um lado; e a nascente sociedade manufatureira da qual Hobbes era contemporâneo, dão, por assim dizer, a matriz prática dessa diferença conceitual. De maneira que alguma luz é lançada sobre essas formulações filosóficas quando elas são remetidas ao chão histórico que lhes serve de pressuposto. O simples cotejamento entre ambos, portanto, não pode ignorar essa dimensão prática da questão. Contudo, essa

historicização de tipo sumária parece naturalizar a oposição aqui armada, neutralizando o potencial crítico que ela possa ter.

Não se trata, aqui, de explicar o texto pelo contexto, mas entender de que maneira o texto formaliza e transpõe para o conceito o conteúdo de uma experiência específica, liberando-a para uma reflexão que não se encontra na descrição mais terra a terra dos contextos, por assim dizer. Quer dizer, transposto em conceito, um tempo histórico pode ser visto de uma maneira que apenas descrição empírica de seu contexto não dá conta. O conceito apreende o movimento histórico em sua forma, daí que sua análise tenha interesse prático – como o mostrava Marx, por exemplo, ao mostrar que a dialética hegeliana capturava corretamente a dinâmica do mundo burguês (até então revolucionário) em forma especulativa.

Passado a limpo em texto, o contexto pode ser analisado de maneira original, portanto. Esse o lado contraintuitiva da análise – algo como uma antropologia histórica. Daí que, depois de investigar melhor essa diferença que por ora esboçamos apenas introdutoriamente, recorreremos a um argumento de Jürgen Habermas para mostrar como a passagem para a política mecanicista de Hobbes formaliza e transpõe em conceito uma transformação histórica mais profunda. Não uma sociologia dos contextos: mas uma reflexão filosófica sobre uma transformação histórico-conceitual e que interessa ganhar para uma crítica da modernidade para além da descrição superficial dos contextos.

### **Aristóteles e o animal político**

Começemos por Aristóteles e pela análise do *zoon politikon*. Com ele, temos o esforço, posto desde o início de suas formulações, de demonstrar que a *pólis*, o estado político do homem, constitui-se naturalmente e não por mera convenção. Trata-se de defender o preceito clássico de que o homem é por natureza político. E para fazê-lo, é preciso estar em posse do método de análise apropriado, diz Aristóteles, emparelhando assim a filosofia política ao lado das outras ciências, já que “como em outros departamentos das ciências, também em política o composto deve sempre ser resolvido nos elementos mais simples ou nas menores partes do todo” (ARISTÓTELES, 1995, p. 1986).

Um princípio metodológico de desmontagem, por assim dizer, que compreende o todo a partir das partes. Por isso, aquele que olhar as coisas “em seu primeiro crescimento e origem”, será capaz de apreendê-las pela sua essência ou natureza específica. Trata-se de um noção que vai na contracorrente de certas filosofias da época, como o platonismo, por exemplo, que circunscrevia a especificidade da *pólis* diante de outras formas de organização



humana apenas pela quantidade de súditos que subsomem à autoridade política. Na concepção aristotélica de natureza política, funciona diferente: cada parte tem uma função específica inegociável – não é a mera soma das partes que dá o tom, mas a análise de suas funções. A natureza, diz Aristóteles, não é mesquinha como os ferreiros que produzem facas Dêlficas, mas “faz cada coisa para um uso singular” (ARISTÓTELES, 1995, p. 1987). Nada é desperdiçado, tudo é feito em vista de um fim. A noção de natureza, aqui, é teleológica.

Como a *pólis* ocupa o lugar final na ordem dos compostos comunitários da vida humana, sua decomposição em partes menores deve conduzir à análise das duas disposições humanas naturais: a busca pela reprodução na família e a busca pela cooperação em benefício mútuo na relação entre senhor e escravo. São essas as disposições mais fundamentais que se desdobram orientadas em direção a formas mais elevadas de organização vital. Essas disposições mostram que há uma espécie de instinto social implantado no homem desde o primeiro momento. Daí que a análise teleológica da política acabe por ceder lugar à análise da natureza humana. E é a partir dessa decomposição que o processo de formação das organizações política pode ser recomposta como o processo de realização da natureza humana.

Nessa evolução, se a realização da natureza do homem o conduz, primeiramente, a constituir família para satisfazer as necessidades vitais mais básicas, então em seguida a família é sucedida pela aldeia, que ao amparar quase toda a necessidade material da comunidade, antecipa uma forma de princípio político que satisfaz não só *o mero viver*, mas *o viver bem*. É como se cada passo colocasse junto com sua própria consolidação a necessidade do passo seguinte. Cada forma política antecipa uma outra, como se estivesse contida nela. Assim, organizado na estabilidade material da aldeia, o homem sente a necessidade da etapa seguinte, para satisfazer outra necessidade sua, a da *vida boa*. Por isso, continua Aristóteles,

se as primeiras formas de sociedade são naturais, também o é a *polis*<sup>4</sup>, pois ela é o fim daquelas, e a natureza de uma coisa é seu fim. Pois o que cada coisa é quando plenamente desenvolvida, é chamada sua natureza, quer falemos de um homem, de um cavalo ou de uma família. (ARISTÓTELES, 1995, p. 1986)

A *pólis* se inscreve assim num plano da natureza, pois é a realização e objetivo das etapas anteriores. Ora, se a *pólis* é o fim da natureza do homem, significa no caso que o

---

<sup>4</sup>Na edição usada, *polis* vem traduzida por *state*. Preferimos não usar o termo *estado* e manter o grego *polis*, já que preserva melhor o sentido enfático que o princípio ativo da vida política exige na concepção aristotélica. O termo *cidade*, em português, parece carregar um sentido puramente geográfico ou urbanístico, delimitando as barreiras físicas de um grupo. O francês sim possui uma distinção que absorve melhor esse significado único, ao separar a *ville* da *cit e*.

homem só é plenamente desenvolvido quando atinge seu estado político. É neste que o homem chega a seu termo. Antes disso, ele é incompleto, falta-lhe algo que sua própria natureza demanda. Daí a anterioridade do todo político sobre o indivíduo, como vimos na “Introdução” cuja contraprova pode ser dada na insuficiência do homem isolado, como observa Aristóteles (1995, p. 1988). Tudo se passa como se a necessidade da pólis já estivesse estabelecida pela natureza antes mesmo do indivíduo: este acaba então por se desenvolver segundo um plano pré-determinado. O que está em jogo, aqui, é a concepção de causa final, isto é, um tipo de princípio que é imanente à própria coisa, presente desde sua etapa inicial e que motiva todos os passos subsequentes de desenvolvimento. Essa é a concepção teleológica que acompanha todo o sistema aristotélico, como aponta David Ross:

o sentido e natureza de tudo no mundo, seja a criatura viva, um instrumento ou a comunidade, devem ser procurados no fim de sua existência. [...] A explicação das coisas deve ser procurada não daquilo do qual elas se desenvolveram; sua natureza não é vista em sua origem, mas em seu destino. (ROSS, 1995, p. 246)

Mas há aqui um equívoco de Ross ao negar uma função teleológica também à origem das coisas e reservar essa função apenas ao destino das coisas. Como estamos vendo, Aristóteles diz desde o início que, para entender a naturalidade da *pólis*, devemos remetê-la a seus elementos primordiais e primeiros. O todo, enquanto fim, *antecede* as partes. Assim, há um duplo sentido implicado na afirmação de que a cidade é prevista pela natureza, pois a *pólis* ao mesmo tempo o fim de um processo evolutivo quanto também deve ser remetida retrospectivamente às formas anteriores de comunidade natural (como vimos, a família e a aldeia), como nota Frateschi (2008, p. 24).

Num primeiro momento, portanto, o homem político o é por natureza pois sua inclinação social é estar ligado ao princípio teleológico da natureza. Seus princípios fundamentais, a reprodução e a ajuda mútua, o levam sempre a formas superiores de comunidade, num impulso causal (que não é da causalidade mecânica) e natural. O homem político é, no sentido da pólis, tanto o término de seu desenvolvimento quanto realiza a medida de suas formações naturais anteriores.

No entanto, essa análise do *zoon politikon* permanece incompleta se não for levado em conta a especificidade do homem diante das outras criaturas da natureza: o poder do *logos*, por sua vez também implementado pela natureza, que, como visto, tem o propósito não mesquinho de fazer nada em vão (ARISTÓTELES, 1995, p. 1988). Ora, também outras espécies gregárias são levadas instintivamente a uma organização coletiva em busca de

formas de vida superiores, anteriores ao indivíduo isolado, de forma que isso não parece ser um princípio exclusivo do ser humano. Mas, o homem é naturalmente dotado de razão, o que vem acompanhado com o poder de discernir, de discursar, de conhecer e defender o justo e o bom. Aqui, deve ser afirmada a ligação entre ética e política; e, doravante, a natureza da *polis* implicará também a atualização da natureza *racional* do homem, para além dos meros instintos de reprodução e conservação – a *polis* espelha a potencialidade do *logos*, como diz Lopes (2008, p. 52).

Nesse sentido, como vimos, a realização política da natureza humana não deve ser entendida apenas como a conservação do homem, mas como a realização de sua necessidade pela vida boa, como visto na passagem da aldeia para a *pólis*. Essa vida depende de uma decisão, de escolhas, de reflexão, etc. Nisso, a vida ética e o exercício da razão convergem. Deve estar inscrito, portanto, na natureza *racional* do homem sua necessidade de uma organização coletiva que não apenas supra suas necessidades materiais, mas sua necessidade por uma vista justa.

Como vimos, o princípio gregário leva o homem a compor uma família e mais adiante uma aldeia. Agora, “quando várias aldeias se unificam em uma única e completa comunidade, grande o suficiente para ser quase ou completamente auto-suficiente, a *polis* passa a existir, originando das meras necessidades vitais, e *continuando a existir em prol da vida boa*” (ARISTÓTELES, 1995, p. 1987). A ênfase não pode passar despercebida: a *vida boa* – e não apenas o mero viver – é o diferencial da *polis*, sua natureza específica. Esse princípio ativo da vida coletiva exige a reflexão e a decisão, por vezes a opção difícil entre escolhas moralmente justificáveis, como lembra Lopes (2008, p. 50).

A *polis* é, por definição, o lugar da discussão política, da decisão coletiva, do debate e da atualização do *logos*. Dessa forma, implica um *ethos*, um princípio de atividade exclusivo ao homem racional. Como já aponta as linhas iniciais da *Política*, se toda comunidade realiza algum bem, a *polis* realiza o bem superior a todos. A comunidade política e o homem político implicam-se mutuamente, como comenta Habermas (2011, p. 90) – é só na cidade que o homem vem a se realizar plenamente, assim como sua natureza peculiar o leva a completar sua evolução na *polis*, para lá de uma mera associação. Daí que o que foi dito acima, deve ser completado com um segundo sentido da ideia de “fim”, como defende Francis Wolff (apud. FRATESCHI, 2008, p. 24-5): num primeiro momento, significava o término de uma coisa, ao mesmo tempo destino e origem; agora, fim também coincide com um bem. A cidade é

natural pois é nela que o homem realiza seu bem enquanto destino para o qual apontava sua origem.

Com Aristóteles, a natureza política do homem é enfocada duplamente, portanto: ao mesmo tempo como princípio teleológico, para o qual não se tem outra opção; mas também para um fim ético, espaço do exercício racional do homem, sem o qual a *polis* é apenas uma agregação de seres em busca de conservação e reprodução. Habermas resume bem essa implicação interna mútua, ao dizer que

[a] política era compreendida como a doutrina da vida boa e justa; é a continuação da ética. Pois Aristóteles não via nenhuma contraposição entre a constituição vigente nos *nomoi* e o *ethos* da vida civil; ao contrário, também a eticidade da ação não deveria ser separada do costume e da lei. Somente a *politeia* possibilita ao cidadão a vida boa; *zoon politikon* é, em geral, o homem que, para a realização de sua natureza, precisa da cidade. (HABERMAS, 2011, p. 82)

### **Hobbes: “a física da política”**

Com isso, encerramos nossa análise da natureza da política tal como empreendida por Aristóteles. Se agora, por outro lado, tomarmos como objeto de análise o livro *De Cive*, de Hobbes, o que veremos ali é uma verdadeira anti-Política, praticamente um contra-tratado bem espelhado ao texto de Aristóteles. Desde seus argumentos iniciais, Hobbes busca criticar o *zoon politikon* e o preceito da sociabilidade natural do homem, o que o leva a outra concepção da natureza humana e da necessidade do estado civil: a política será agora a convenção produzida para retirar o homem do estado catastrófico a que conduz sua natureza. Pois esta é agora lida na chave de uma mecânica das paixões humanas destituídas de qualquer finalidade teleológica imanente. Vejamos como isso se dá.

De início, o novo enfoque implica uma renovação metodológica. O protótipo não vem mais da comparação com o organismo, mas é emprestado da física galileana, para a qual toda a Natureza estaria escrita em linguagem matemática e, assim, para que tudo pudesse ser submetido à análise científica, bastaria reduzir os fenômenos aos elementos mais simples da forma e do movimento.

Como nossos trechos iniciais já disseram, no campo da política esse método implica a remissão do estado civil a suas “causas constitutivas”; o assunto inicial é o governo civil, que deve ser remontado à sua geração, “e à forma que assume, e ao primeiro início da justiça” (HOBBS, 2002, p. 13), regredindo, no limite, às leis fundamentais da natureza (HOBBS, 2010, p. XCIX). Trata-se, enfim, do método resolutivo-compositivo, para o qual o tradutor

Renato Janine Ribeiro faz uma ressalva: a recomposição do estado político não leva a sua partícula fundamental, mas ao seu princípio: a natureza do contrato; tal como na física galileana não se regride metodologicamente a um átomo ou algo parecido, mas ao princípio do movimento<sup>5</sup>.

Claramente, há uma forte ruptura com a concepção de “natural” da política tradicional aristotélica, o que levará a implicações no campo da filosofia política. A natureza passa a ser entendida nos termos da física ao mesmo tempo matemática e materialista-mecanicista, como observa Leo Strauss (2014, p. 205). Se é redutível aos seus princípios fundamentais, não será de acordo com a máxima teleológica de que o todo é anterior às partes, mas sim por que pode ser decomposta em partes da exata mesma maneira que um relógio pode ser desmontado<sup>6</sup>. Agora, é a parte (no limite, o indivíduo) que é anterior ao todo<sup>7</sup>. A política deve se tornar ciência, mas num padrão divergente à episteme antiga: deve ser submetida ao cálculo e à construção gnosiológica de corte moderno, avessa à facticidade natural das coisas; e dispensa, em última instância, o lugar que havia na política tradicional de Aristóteles para a decisão e a deliberação, doravante preenchido pelo direito natural. Como Hobbes deixa claro na Epístola Dedicatória de Do Cidadão, o modelo de melhor sucesso para tal empresa é a geometria:

Pois, se a natureza das relações humanas fosse tão bem conhecida como, na geometria, a natureza da quantidade, então a força da avareza e da ambição, que é sustentada pelas errôneas opiniões do vulgo quanto à natureza do que é certo ou errado, prontamente se enlanguesceria e se esvaneceria; e o gênero humano gozaria de paz sem fim. (HOBBS, 2002, p. 5-6)

O trecho já nos antecipa algo mais: recalibrada pelo ângulo do método científico, a política já é entendida em sua função pacificadora, isto é, enquanto apaziguamento dos conflitos a que conduz a mecânica do homem, o que marca mais um passo de distância com relação à prática ética antiga.

<sup>5</sup>Cf. Hobbes (2002, p. 356-357). Não deixamos de ter uma dúvida quanto a essa ponderação de Renato Janine Ribeiro: não seria mais correto dizer que, por mais que a decomposição hobbesiana do estado político não leve ao indivíduo enquanto partícula elementar fundante, mas a um princípio ou lei fundamental, ela leve na verdade à triagem nada simples de esmiuçar da natureza humana: instintos naturais, leis naturais e direitos naturais? Aliás, se tomamos o indivíduo na chave de seus apetites naturais, suas faculdades sensoriais e seus instintos primordiais, não parece de todo equivocado a sugestão da regressão ao indivíduo, aí tomado não como átomo primeiro da política, mas um conjunto de funções com papel metodológico para a ciência política análogo ao princípio condicionante do movimento na ciência da natureza.

<sup>6</sup>“Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os *autômatos* (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois o que é o *coração*, senão uma *mola*; e os *nervos*, senão outras tantas *cordas*; e as *juntas*, senão outras tantas *rodas*, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice?” (HOBBS, 1979, p. 5).

<sup>7</sup>“Só seria possível afirmar a primazia de direitos naturais afirmando que o indivíduo é, em todos os aspectos, anterior à sociedade civil: todos os direitos da sociedade civil ou do soberano são derivados dos direitos que originalmente pertenciam ao indivíduo” (STRAUSS, 2012, p. 222).

De imediato, isso nos leva a reconsiderar o que se entende por natureza humana, grau mínimo ao qual se reduz a compreensão da política. Agora, o homem em sua natureza é entendido como um ser dotado de “faculdades” que desempenham funções bem delimitadas, o que exige algo como uma psicologia mecânica da alma humana:

A natureza do homem é a soma de seus poderes e faculdades, tais como as faculdades de nutrição, de movimento, de geração, de sensação, de razão etc. Devemos unanimemente chamar esses poderes de naturais, e eles estão contido na definição de homem a partir destas palavras: animal e racional. (HOBBS, 2010, p. 4)

Também a natureza humana é entendida na chave de uma física mecanicista, portanto: os apetites e as faculdades humanas respondem a estímulos provindos do mundo externo numa relação de causalidade<sup>8</sup>. O homem nada mais tem de uma parte individual feito pela natureza com um propósito singular, também por ela dotado de *logos* e destinado a se realizar plena e eticamente na *polis*. Não, agora pode ser reduzido a alguns instintos vitais, isto é, às suas engrenagens mais básicas.

Assim, diz Hobbes, cheguei a duas máximas da natureza humana – uma que provém de sua parte concupiscente, que deseja apropriar-se do uso daquelas coisas nas quais todos os outros têm igual participação, outra, procedendo da parte racional, que ensina todo homem a fugir de uma dissolução antinatural, como sendo este o maior dano que possa ocorrer à natureza. (HOBBS, 2002, p. 7)

Criatura sensível, o homem naturalmente busca realizar o que é bom para si mesmo, afastar o que lhe faz mal e causa desprazer; e, acima de tudo, evitar o pior destino que lhe pode assaltar, um fim antinatural: a morte. É assim que manda sua mecânica. Mais do que a conservação física e de sua integridade corporal, o homem busca satisfazer-se também intelectualmente, através da glória. Tudo gira em torno da satisfação de um fim: mas um fim que não tem nada de teleológico, pois se refere à posse de uma coisa que soma benefício ou subtrai dificuldades. Daí a característica mais importante que atravessa toda essa filosofia, como aponta Strauss: a ideia de “um universo exclusivamente constituído de corpos e movimentos sem nenhuma finalidade” (STRAUSS, 2012, p. 207).

Assim, o princípio fundamental da natureza humana, tão simples quanto é acessível à experiência de todo homem, como diz Hobbes, é o de

---

<sup>8</sup>“A causa da sensação é o corpo exterior, ou objeto, que pressiona o órgão próprio de cada sentido, ou de forma mediata, como na vista, no ouvido, e no cheiro; a qual pressão, pela mediação dos nervos, e outras cordas e membranas do corpo, é prolongada para dentro em direção ao cérebro e ao coração” e assim por diante. (HOBBS, 1979, p. 9). Sendo assim, os próprios pensamentos são resultados desse prolongamento causal dos sentidos externos aos órgãos intelectuais.

que as disposições dos homens são tais que, a menos que sejam restringidos pelo temor a algum poder coercitivo, todo homem sentirá desconfiança e temor de qualquer outro; por direito natural ele poderá, assim como por necessidade deverá, fazer uso da força que possui, para preservar a si próprio. (HOBBS, 2002, p. 13-4)

Máquina desejante, dotado de faculdades estimuláveis e movidas por causas mecânicas, o homem autocentrado em sua própria conseração mostra-se naturalmente propenso à tentativa de atender a um acesso ilimitado ao mundo exterior para seu próprio benefício. Como a natureza do mundo está “corporificada”, então sua própria força, as coisas disputadas fora dele e até mesmo a pessoa alheia são meios legítimos para atender os fins que lhe aprouver. Um estado de natureza composto por vários homens numa exata mesma condição só pode ser, portanto, uma condição lastimável. Na célebre descrição de Hobbes, os homens fora da sociedade estão numa condição de guerra de todos contra todos (HOBBS, 2002, p. 16 e 33; 1979, p. 75). Eles estão autorizados, pelo *direito natural*, a tudo *poder fazer* para se conservar. Diante do perigo iminente, não está em jogo o julgamento nem o desdém contra o cuidado de si mesmo – o homem está em estado de natureza, é compelido pelas forças irrevogáveis da engenharia das volições. *Direito*, neste sentido,

nada mais significa do que aquela liberdade que todo homem possui para utilizar suas faculdades naturais em conformidade com a reta razão. Por conseguinte, a primeira fundação do direito natural consiste em que todo homem, na medida de suas forças, se empenhe em proteger sua vida e membros. (HOBBS, 2002, p. 31)

A regra última do estado não-civil é a conservação, é do direito de cada um fazer o que puder para atingir esse objetivo essencial. Uma coisa nessa definição de direito chama a atenção: quem assim se serve de suas faculdades para se proteger age em *conformidade com a reta razão*. Quer dizer, é racional agir assim. De saída, temos uma concepção de racionalidade que apenas trata de ajustar os meios necessários para os fins desejados, ou melhor, naturalmente estipulados. Trata-se de uma faculdade natural, uma entre outras da automaticidade da natureza humana, de interesse puramente instrumental – fazer uso da razão, para Hobbes, é uma operação de cálculo, pura e simplesmente (HOBBS, 1979, p. 27). O exercício do direito natural é natural e acorda com a reta razão, portanto, pois é uma das formas de calcular meios para um fim. Todo homem busca, como tal fim, fugir do que é mau, essa é sua natureza, tão certa como uma pedra que cai; o primeiro fundamento do direito natural está todo aí (HOBBS, 2002, p. 31), sua medida está na vantagem a ser obtida (HOBBS, 2002, p. 33). Na formulação que aparece nos *Elementos da Lei Natural e Política*,

aquilo que não é contra a razão, os homens chama de *direito*, *jus* ou de liberdade irrepreensível de usar o nosso poder e a nossa habilidade naturais. É, portanto, um *direito de natureza* que cada homem faça tudo o que puder para preservar sua própria vida e os membros de seu corpo. (HOBBS, 2010, p. 69)

Numa apresentação negativa, o direito aparece como o que não contraria a razão, e coincide com uma liberdade inimputável de tudo fazer para se conservar.

Fica claro, desta maneira, que o estado de natureza do homem não tem nada de um *telos* ou de qualquer tendência natural para a política, pois a análise hobbesiana desse estado “não é ética, mas sim fisicista: diz respeito ao aparelho sensorial, às reações instintivas e aos movimentos animais dos seres, isto é, à organização física dos homens e seus modos de reação determinados de maneira causal” , como diz Habermas (2011, p. 116). Nessas circunstâncias, a política quer opor-se ao estado natural do homem. Mas a passagem da condição natural à política a outra não deixa de ser curiosa. Primeiramente, porque o germe para o florescimento do estado civil já está de alguma forma presente no estado de natureza, pois, todo homem, tendo direito a tudo, entrará em conflito com tantos outros homens igualmente detentores do direito a tudo. O direito natural se anula incessantemente – o direito de todos a tudo acaba praticamente virando o direito de todos a nada, já que cada conquista pode ser de imediato arrebatada por uma revanche vitoriosa de um próximo igualmente autorizado pelo dever de se preservar. O direito natural é ineficaz para seu próprio objetivo, que é a preservação de si. Sua racionalidade torna-se irracional. O estado de natureza é *contraditório*, portanto, daí que ele possa conter em si mesmo a mola para sua transposição.

Consequentemente, o estado de natureza passa a ser regulado por um medo recíproco e constante entre os indivíduos. Esse medo é a mola para o estado civil. Na passagem, *a natureza humana* não é transformada, no entanto – não há aqui a progressão teleológica e qualitativa do homem. Não se transforma a natureza humana menos do que não se revoga as leis da física. Para dar conta da passagem para a política, Hobbes precisa lançar mão do conceito de *lei da natureza*; e toda a sua filosofia política pode ser muito bem lida como a reivindicação primeira de tratar cientificamente da lei da natureza (STRAUSS, 2012, p. 203).

Resumidamente, essa lei prescreve que o homem dotado de razão, buscando meios de preservar a si mesmo, ao se encontrar no estado de natureza com igual direito a tudo, encontra-se num estado de medo permanente. Assim, a mesma busca pela autoconservação impele o homem para a busca pela paz (HOBBS, 2002, p. 36), isto é, frustrado pelo direito natural em não conseguir se preservar, agora se encontra disposto a abrir mão de seu direito a



tudo para o horizonte mais fraco da paz ou não agressão – a pacificação constitui um segundo passo na busca de autoconservação, na medida em que também impele o homem para sair do estado de natureza.

A lei da natureza, que neste sentido *se coincide com o ditado da razão*, não é mais do que a busca pela paz: “assim defino a lei da natureza: é o ditame da reta razão no tocante àquelas coisas que, na medida de nossas capacidades, devemos fazer, ou omitir, a fim de assegurar a conservação da vida e das partes de nosso corpo” (HOBBS, 2002, p. 38). Quer dizer, a mesma razão que autorizava o homem a tudo fazer para se conservar, dita agora, diante dos efeitos catastróficos a que isso conduziu, que ele busque sair do estado de natureza.

Para que a política se realize, o homem deve agora revogar seu direito natural (HOBBS, 2002, p. 39), pois este leva à anulação do direito de autoconservação. A implicação disso é que a lei da natureza pode ser deduzida a partir da maneira como os homens se dispõem em sua natureza, como quer Strauss (2012, p. 217) – quer dizer, a saída do estado de natureza pode ser deduzido dele mesmo. A inversão com relação à política aristotélica não poderia ser mais enfática: Aristóteles associa a dedução da lei da natureza ao *telos* político, ao dever do homem e o seu *ethos* finalizado na *polis*; ora, Hobbes vira o enfoque na outra direção: a lei da natureza é deduzida das origens do homem, de sua natureza primordial, de suas paixões, do medo natural, cuja verdade é o desejo de proteger-se. Como comenta Strauss:

Se a lei natural deve então ser deduzida do desejo de autopreservação; em outras palavras, se o desejo de autopreservação é a origem exclusiva de toda justiça e moral, então o fato moral fundamental não é um dever, mas um direito: todos os deveres derivam do direito fundamental e inalienável de autopreservação. (STRAUSS, 2012, p. 219)

Uma segunda implicação, amarrada a essa primeira e que já está implícita em boa parte de nossa exposição, é que a passagem para o estado civil é um pacto, um acordo securitário de não agressão estimulado pelo medo constante ao qual é condenado o homem no estado de natureza. Não se trata de um feito natural, uma tendência natural do homem para a política, mas uma escolha, um puro acidente. Não sendo naturalmente político, o homem deve se preparar para a sociedade civil, deve se adaptar para a vida política, como observa Frateschi (2008, p. 31). Esse pacto, no entanto, está autorizado pela lei da natureza, já que ela é idêntica ao ditado da razão da busca pela paz, e consiste na alienação do direito natural ao soberano: eu concordo em transferir meu direito natural irrestrito a um soberano para garantir a minha preservação, almejada desde o início, mas que o direito natural por definição acaba

anulando. O estado civil realiza melhor do que o estado de natureza o direito natural do homem de autopreservação: “o Estado não tem a função de motivar a vida virtuosa, mas de salvaguardar o direito natural de cada um” (STRAUSS, 2012, p. 220).

Em linhas gerais, o que vemos, aqui, é uma mudança drástica com relação à tradição aristotélica: o homem natural é *não político*. Sua natureza é descrita por leis mecânicas de autopreservação, que são ineptas para o bom convívio social. Os homens reunidos em estado de natureza estão em pleno direito para tudo fazer para atingir seu fim natural – estão, portanto, em estado de guerra. Mas esse direito natural anula a si mesmo, o que provoca um medo permanente contra o outro. A preservação deve agora ser buscada num estado de paz. Para isso, faz-se necessário um acordo de não agressão, para o qual o direito natural é revogado. Tudo isso obedece à lei da natureza, isto é, o ditado da razão em busca da forma pacificada de autoconservação. “Devemos portanto concluir que a origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens tivessem uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros” (HOBBS, 2002, p. 28), e “o homem é tornado apto para a sociedade não pela natureza, mas pela educação” (HOBBS, 2002, p. 358-9, nota).

### **Habermas: uma reflexão histórica a respeito da transformação moderna da política**

Retomando nossas duas imagens evocadas de início, o que pensar dessas duas concepções quase simetricamente opostas sobre *a natureza da política*? Tratar-se-ia apenas de dois enfoques facultativos, dois ângulos metodológicos possíveis para os quais resta escolher como convém? Nada mais justo: que tenhamos então aqueles que se dizem aristotélicos e os que se tomam por hobbesianos – e as noções opostas de política se farão por si mesmas.

Mas já alguma coisa de nossos argumentos desautoriza essa apresentação em forma de cardápio das duas tradições políticas: uma verdadeira oposição *filosófica* está implícita entre os dois “sistemas”. Para defender a sua tese do *zoon politikon*, Aristóteles precisa a todo momento inserir a política numa visão de totalidade de natureza, que, como vimos, é teleológica. Quer dizer, a noção de política se justifica aí através de sua inserção num contexto argumentativo mais global. Hobbes, por sua vez, para se contrapor a tal tese, não precisa apenas variar o método: é toda uma inserção sistemática do homem no todo que precisa ser reformulada. Que se veja o caráter de um *Leviatã*, uma espécie de almanaque completo que começa com uma doutrina das sensações e termina numa verdadeira filosofia da religião. Aqui também, a política só pode ser revista sob o ângulo de uma visão filosófica

mais geral. Não cabe escolher uma tese ou outra: é a concepção de mundo que varia de lá pra cá.

É então em torno dessa inserção dos conceitos num contexto mais global que gostaríamos de acompanhar a interpretação de Habermas a respeito dessa virada hobbesiana; interpretação que busca manejar dois problemas em jogo: a filosofia de Hobbes assinalaria, sobre tudo e ao mesmo tempo, a disposição de uma nova forma de análise, por um lado; e a maturação de um objeto histórico novo, por outro: os laços sociais arregimentados por um sistema capitalista (HABERMAS, 2011, p. 90).

A transformação conceitual já não seria mera escolha a ser tomada, tampouco mero reflexo de um contexto histórico. Antes, é o próprio desenvolvimento histórico do objeto – a sociedade política moderna – que torna possível uma análise da política do tipo empreendida por Hobbes. Nesse sentido, haveria no *Leviatã* nada menos que algo como um diagnóstico de época, e que interessa para uma teoria crítica da sociedade. Ao pensar o homem natural, o que Hobbes faz não é mais imputar à natureza aquilo que é a forma de comportamento de um sujeito historicamente determinado, a saber, o sujeito cuja interação social é regulada pelo princípio da troca entre equivalentes. É um sujeito competitivo, daí a necessidade do controle do Estado. A filosofia hobbesiana seria assim uma teoria sobre a própria modernidade então nascente, pouco importando se seu autor sabia disso. O que há de ideológico, aqui, é a naturalização desse novo sujeito, que perde seu caráter histórico. O sujeito competitivo é transformado no ser humano natural, imutável. Assim, haveria algo de verdadeiro e também de falso em Hobbes: sendo a descrição correta da forma aparente como o sujeito moderno se comporta, sua filosofia é também a hipostasiação falsa desse mesmo sujeito como algo natural.

Para Habermas, a denúncia desse material histórico prévio que serve de pressuposto à política hobbesiana se encontra ali no fato de que Hobbes reduz o direito a um direito formal. Ocorre que

corresponde às relações objetivas na medida em que, nos Estados territoriais do século XVI e XVII, impõem-se aqueles dois grandes processos que modificam pela raiz o nexos entre *dominum* e *societas*: refiro-me à centralização e, ao mesmo tempo, à burocratização da dominação no aparelho estatal moderno do regime soberano, assim como à expansão do intercâmbio capitalista de mercadorias e uma subversão paulatina do modo de produção ligado à economia de subsistência. (HABERMAS, 2011, p. 112)

Esse o chão histórico preciso ao qual é reenviado a filosofia do contrato, de forma que as contradições dessa filosofia deverão ser alinhadas com as contradições práticas sobre as quais ela se ancora. Tal tensão aparece melhor no conceito de *lei da natureza*. Como vimos, a cientificidade da *lei da natureza* desempenha uma dupla função na teoria de Hobbes ao tentar tratar como uma lei natural a passagem do estado de natureza para o estado civil. A passagem, no entanto, é um acordo de segurança contra o estado de guerra em que o homem se encontra quando regulado pelo direito natural. A busca pela autoconservação, que está inscrita na natureza do corpo humano, leva, pela lei da natureza, que é a obediência ao ditado da razão, à transposição para o estado social, onde o direito natural de conservação é realizado em sua alienação. De fato, Habermas identifica aqui uma ambiguidade:

Com o termo 'lei de natureza', Hobbes denomina *ambas* as coisas: tanto o nexo *causal* das naturezas instintivas associadas *antes* da constituição contratual da sociedade e do Estado, assim como a regulação *normativa* de sua vida social comum *depois* da referida constituição. A dificuldade salta à vista: Hobbes tem de deduzir a causalidade da natureza humana instintiva as normas de uma ordem cuja função compele justamente a renunciar à satisfação primária desses instintos. (HABERMAS, 2011, p. 117)

Neste sentido, o filósofo já reflete a contratualidade social, sem a qual não há um pacto securitário para viabilizar o intercâmbio social de indivíduos regulados pelo direito privado, no plano de uma causalidade mecânica necessária, isto é, como uma lei da natureza, e não uma arbitrariedade puramente contingente. Mas, como vemos, ele se “emaranha” em contradições: ele imputa a mesma causalidade natural ao estabelecimento do contrato e aos impulsos volitivos do homem em estado de natureza, um estado não social por excelência. Em outras palavras, Hobbes atribui um conteúdo normativo ao próprio sujeito em estado de guerra.

Que forma de pensar é essa? Para Habermas, o que temos nessa derrapagem não é mais do que um Hobbes de feição francamente liberal. E Habermas não está sozinho nesse tipo de interpretação que destoa largamente das interpretações tradicionais: também Leo Strauss defende que Hobbes foi o fundador do liberalismo, se chamarmos de liberalismo “a doutrina política que forma os direitos do homem como o fato político fundamental, em contraposição aos seus deveres, e que identifica a função do Estado com a proteção ou salvaguarda desses direitos” (STRAUSS, 2012, p. 220).

Por mais controversa que seja a tese, importa menos sustentá-la do que usá-la para empreender uma reflexão filosófica sobre problemas sociais concretos. No argumento de Habermas, a ambiguidade desempenhada pelo conceito de *lei da natureza* na filosofia de

Hobbes deve suas contradições a uma matéria da experiência vital específica. Ora, Hobbes já não faz deduz o contrato social a partir de um quadro conceitual puramente arbitrário: ele busca imputar ao contrato social uma causalidade mecânica a partir da qual sua necessidade interna possa ser engendrada.

Se a lei da natureza aparece como ambígua, isso se deve à ambiguidade da experiência histórica, isto é, à consolidação do direito privado capitalista em sua etapa incipiente sustentada por um estado soberano enquanto única força capaz de efetuar uma ruptura histórica. A dificuldade tem força material uma vez que se refere à primeira naturalização de relações capitalistas não naturais. Podemos dizer que a *forma* e o *conteúdo* do direito natural se encontram numa contradição. Mas não se trata de uma contradição vazia, pois a dificuldade está conectada à dialética da consolidação tensa de uma nova formação social. É o indivíduo regulado pelo direito privado de acesso ao intercâmbio de mercadorias que passa a ocupar o primeiro plano dessa filosofia, mas na forma contraditória de uma tutela do estado soberano. Uma dificuldade que aponta que a consolidação da época capitalista não se dá sem essas retorções (HABERMAS, 2011, p. 124), isto é, a afirmação da liberdade do indivíduo, que se resume a uma liberdade de movimento<sup>9</sup>, não pode se consolidar, ao menos em sua primeira formação, sem um Estado soberano. Liberdade de ir e vir diante de um monarca com poderes absolutos: o aparente disparate, que atravessa a filosofia de Hobbes, deixa de ser parte de outra anomalia mais ampla, isto é, a própria consolidação da economia moderna.

Esse é, portanto, o dado prático que ampara a filosofia de Hobbes. Vê-se que a análise habermasiana passa assim a ter um interesse duplo: a) ela retira a questão conceitual do mundo abstrato e a faz tocar terra no mundo histórico; b) mas ela não cede a uma mera vulgarização dos conceitos, pois estes se tornam os veículos de uma transformação histórica. Nessa linha, o conceito não “reflete” o contexto, mas o apresenta numa forma em que suas contradições podem ser aprendidas de maneira original. A dificuldade da filosofia de Hobbes não é mero erro categorial, nem é induzida meramente pelas preferências políticas do autor, mas remete à própria entrada conturbada do capitalismo na cena da história universal. Com isso, a análise do conceito nos conduz a uma análise bastante contra-intuitiva a respeito da consolidação do mundo liberal: o fato de que, em seu início, o capitalismo precisou da tutela do estado soberano para conseguir generalizar as formas de sociabilidade centradas no intercâmbio econômico. Essa passagem não foi feita de maneira natural, portanto, mas sob

---

<sup>9</sup> Hobbes: “A meu ver, a liberdade não é outra coisa senão a ausência de tudo o que impede o movimento” (apud. HABERMAS, 2011, p. 120, nota 48).

formas de poder absoluto. Inversamente, o argumento deixa ver que as formações sociais liberais *não são* incompatíveis com as formas de violência que seus princípios condenam. Quer dizer, o mundo capitalista é contraditório de ponta a ponta, choca-se sempre com o contrário daquilo que diz promover. A filosofia de Hobbes formaliza essa contradição numa filosofia da natureza. Nisso, ela corretamente descreve essas contradições, mas as fixa numa natureza humana eterna e imutável.

### **Conclusão**

Com Hobbes, a ruptura radical com relação a Aristóteles – e assim com a antiga união entre ética e política – se completa. A teleologia natural segundo a qual o homem é um animal político cede lugar a uma mecânica das paixões individuais, cuja consequência é um estado apolítico de guerra. Aqui, a política deve ser vista como contrária a natureza humana, como transferência do direito natural ao soberano. Essa guinada, porém, que ocupa um longo período de praticamente 2000 anos, não se refere apenas a uma opção, por isso mesmo recusável, de um método. Trata-se de uma transformação mais global, que tem sua matriz prática nos primórdios do capitalismo, cuja dinâmica – sempre contraditória – o conceito não é apenas reflexo, mas formalização. A filosofia de Hobbes torna-se então a formalização conceitual de uma experiência histórica, *iluminando em nova chave aspectos dessa mesma experiência*. Esse o ponto de Habermas: a contradição interna à filosofia de Hobbes – conciliação entre as dimensões descritivas e normativas da lei natural – é, na verdade, a contradição da entrada do capitalismo na cena da história universal, em que a garantia das relações sociais mediadas pelo intercâmbio econômico é cerceada pelo poder absoluto do soberano. Liberalismo e absolutismo, portanto, o que revela uma análise contra-intuitiva a respeito da compreensão histórica do capitalismo. Não se trata, em suma, da articulação *externa* entre texto e contexto, mas da passagem *interna* da dinâmica do conceito à experiência histórica que ele tematiza e dá corpo.

### **Referências Bibliográficas**

ARISTÓTELES. Politics. In: **The Complete Works of Aristotle**, v. 2, Princeton University Press, 1995.

FRATESCHI, Y. **A Física da Política**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2008.

HABERMAS, J. **Teoria e Praxis**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

HOBBS, T. **Do Cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Elementos da Lei Natural e Política**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Leviatã**. Col. Os Pensadores, São Paulo: Ed. Abril, 1979.

LOPES, M. **O Animal Político: estudos sobre justiça e virtude em Aristóteles**. São Paulo: Singular, 2008.

ROSS, D. **Aristotle**. GBR: Routledge, 1995.

STRAUSS, L. **Direito Natural e História**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

# PODER E AUTONOMIA: AS ASSIMETRIAS DO SISTEMA FINANCEIRO E MONETÁRIO INTERNACIONAL

Gabriel Santos Carneiro<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo tem por objetivo explicitar a natureza assimétrica das relações financeiras e monetárias entre os Estados desde 1945 até o presente. Destaca-se que as decisões tomadas acerca das questões financeiras internacionais foram marcadas pelo unilateralismo dos Estados Unidos, de forma que o poder, tratado em termos de autonomia, se mostrou fator decisivo e explicativo das mudanças financeiras internacionais. Assim, o sistema financeiro internacional é caracterizado por uma discrepante autonomia norte-americana em relação aos demais países, de maneira que esse sistema é moldado fundamentalmente a partir dos interesses dos Estados Unidos, enquanto que aos demais Estados restam as consequências, em larga medida desfavoráveis, das opções escolhidas. O artigo, com o objetivo de casar a teoria com a história, focará em dois eventos específicos: a crise da libra esterlina de 1947 e a crise da dívida dos países latino-americanos da década de 1980, buscando sempre mostrar como que as ações norte-americanas acabam por prejudicar e afetar negativamente os demais Estados que carecem de autonomia para resistirem às influências externas.

**Palavras-chave:** Sistema Financeiro Internacional, Hegemonia, Estados Unidos, Dólar.

## Abstract

This article aims to explain the asymmetric nature of financial and monetary relations between States since 1945 until nowadays. It is highlighted that the decisions made on the international financial matters are characterized by the unilateralism of the United States, in a way that power, seen here as autonomy, has proven to be a decisive and explanatory element of the international financial changes. Thus, the international financial system is characterized by a discrepant North-American autonomy compared to other countries, so that this system is fundamentally forged under the interests of the United States, whereas the consequences from the chosen choices, which are mainly negative, are left for the other countries. The article, intending to match theory with history, will focus in two specific events: the 1947's sterling crisis and the 1980s external debt crisis of the Latin-American countries, looking forward to demonstrate how the North-American actions impaired and undermined the other countries that lack autonomy to resist external influences.

**Keywords:** International Financial System, Hegemony, United States, Dollar.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: gabriel.carneiro@aluno.ufabc.edu.br



## **Introdução**

As Relações Internacionais (RI) em suas principais correntes, sejam realistas, liberais, construtivistas ou marxistas, sempre, ao analisarem o Sistema Internacional, partem de uma visão que reconhece a existência de assimetrias de poder entre Estados, e entre Estados e demais atores transnacionais, sendo que a situação não é diferente quando vira-se o olhar em direção ao sistema financeiro e monetário internacional.

Diversos estudos na área de RI e Economia Política Internacional (EPI) olham para as assimetrias deste sistema, buscando explicá-las de maneiras distintas e diversas. Um tipo de estudo que merece destaque é o de análise da hierarquia das moedas, tal como o realizado por Conti, Prates e Pilhon (2013) e que será retomado ao longo deste artigo, contendo a investigação sobre quais moedas são mais importantes na economia internacional e os motivos delas ocuparem este espaço de destaque.

Entretanto, estudos de RI e EPI que abordam as questões de assimetrias de poder no âmbito internacional muitas vezes se esquecem, ou até evitam, uma discussão mais aprofundada acerca do conceito de poder. Diante disso, este artigo buscará realizar uma discussão preliminar acerca das definições de poder, adotando, finalmente, uma concepção proposta por Benjamin Cohen (2015) de poder como autonomia. Além disso, há ainda uma busca por complementação em literaturas neogramscianas acerca do entendimento das procedências e determinantes desta autonomia.

Por fim, o objetivo deste trabalho é mostrar como as assimetrias do sistema financeiro e monetário internacional jazem fundamentalmente na enorme autonomia experimentada pelo Estados Unidos neste sistema, fruto tanto de sua própria arquitetura, quanto da capacidade nacional norte-americana de evitar influências externas e atuarem de maneira independente no Sistema Internacional.

Desta forma, o artigo se estrutura em três grandes seções, sendo a primeira uma discussão teórica acerca do conceito de poder. Em sequência, apresenta-se o sistema financeiro de Bretton Woods e das bases da autonomia norte-americana, assim como o caso da crise da libra esterlina no imediato pós Segunda Guerra Mundial. Finalmente, avança-se ao non-sistema pós Bretton Woods em que será discutida a questão da crise da dívida dos países latino americanos, encaminhando-se à conclusão do trabalho.

## Poder e Autonomia

As áreas de Relações Internacionais e de Economia Política Internacional, desde o nascimento de ambas, buscam a melhor definição para o conceito de “poder”. O debate em torno desta “melhor definição” é extenso, complexo e, por vezes, confuso, de forma que muitos trabalhos acadêmicos de RI e EPI acabam por aceitar a definição do conceito de “poder” como algo dado *à priori* e conhecido “tacitamente” pelos estudiosos dessas áreas.

Uma das definições de poder mais aceitas e difundidas nas áreas de estudo destacadas é a definição proposta por Susan Strange. Segundo Strange (2004), existem dois tipos de poder: o poder relacional e o poder estrutural. O poder relacional seria associado à tradicional definição de poder da linha Realista das RI, isto é, nas palavras de Strange, “the power of A to get to B to do something they would not otherwise do” (STRANGE, 2004, p.81). Conforme afirma Cohen (2014), este tipo de visão assume que o poder é decorrente de características ou recursos específicos dos atores que o detêm.

Um exemplo de poder relacional seria quando os Estados Unidos (EUA) exerceram este tipo de poder sobre o Panamá ao ditar os termos do acordo do Canal do Panamá. Outro exemplo seria o da Alemanha Nazista ao utilizar o seu poder relacional para obter passagem, em 1940, pelo território “neutro” da Suécia (STRANGE, 2004). Assim, verifica-se que o poder relacional está, em muitas vezes, associado às capacidades militares e econômicas de um Estado.

Por outro lado, o poder estrutural seria um poder mais amplo e também mais importante que o poder relacional. Conforme afirma Strange:

Structural power, on the other hand, is the power to shape and determine the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises and (not least) their scientists and other professional people have to operate (STRANGE, 2004, p.81).

Desta forma, o poder estrutural estaria na capacidade de um ator em definir as “regras do jogo” no Sistema Internacional. Em outras palavras, seria a capacidade de definir o modos como os diferentes Estados se relacionam entre si e com outros atores transnacionais, desenhando assim, os regimes internacionais e definindo o leque de possibilidades para os atores menos poderosos do sistema. Diferentemente do poder relacional, o poder estrutural não estaria nas capacidades materiais de um ator A, que o tornaria capaz de, por meio da coerção, influenciar os demais atores a tomarem decisões que estariam a seu favor; mas sim,

na capacidade do ator A desenhar a estrutura do Sistema Internacional, delineando os incentivos e as recompensas possíveis aos demais atores.

Ambos os conceitos de Strange estão ligados a uma visão de poder como uma capacidade de exercer influência sobre os demais atores, forçando-os diretamente ou guiando-os indiretamente de acordo com os interesses do Estado influente (COHEN, 2015).

De maneira contrária a esta visão, Carroll (1972), a partir das definições de poder em estudos da biologia, apresenta uma concepção de poder que parte do oposto da definição de Strange, afirmando que o poder poderia ser definido a partir da capacidade de um ator de controlar a si próprio diante da pressão de influências externas. Nas palavras de Carroll:

Briefly, the argument here seems to be this: a nation's highest priority is autonomy, freedom of action, the prerequisite of which is security. Given the "anarchic" conditions of the international system, security is a very scarce commodity, and violence an accepted and anticipated phenomenon. Hence nations are obliged to "invest a great deal of their energies in attempts to influence one another"; i.e., to exercise or enlarge their power over each other, if they wish to establish or maintain some degree of security and autonomy (CARROLL, 1972).

Portanto, o poder, segundo Carroll (1972), estaria relacionado à autonomia dos Estados e a capacidade de independência destes. Sendo assim, visto como o "policy space", ou a capacidade de um ator de não ser influenciado pelos outros.

Entretanto, de modo geral, a visão de Carroll não exclui necessariamente a concepção e a tipologia de poder de Susan Strange. Conforme afirma Cohen (2015), influência e autonomia seriam justamente as duas faces do poder nas Relações Internacionais, sendo a autonomia a dimensão interna do poder, e a influência, a dimensão externa. Pamela Pansardi (2012) também insere-se de maneira semelhante a Cohen nesta discussão, analisando os termos *power to* (associado às visões de poder como autonomia) e *power over* (associado às visões de poder como influência), amplamente utilizados em estudos contemporâneos de Ciências Sociais, afirmando que ambos os conceitos devem ser compreendidos como faces distintas de um único conceito de "poder social" (*social power*), visto que no limite, ambos os conceitos são relacionais, alterando-se apenas o ângulo de visão adotado.

Apesar desta dualidade do conceito, uma definição antecede a outra. De acordo com Cohen (2015), o aspecto da autonomia nas Relações Internacionais é anterior ao da influência, de forma que o poder se inicia sempre com autonomia e que a influência é dependente desta. Assim, o autor afirma:

In practice, an ability to exercise leverage abroad would seem inconceivable without first attaining and sustaining a relatively high degree of policy

independence at home. First and foremost, actors must be free to pursue their goals without outside constraint. Only then would they be in a position, in addition, to exercise authority elsewhere (COHEN, 2015, p.11).

Portanto, o poder dos Estados estaria associado diretamente à autonomia e a capacidade destes de resistirem às influências externas. Para explorar melhor o conceito de autonomia, será utilizada uma abordagem neogramsciana de Marcos Pansardi (2014). Segundo o autor, “as grandes potências se caracterizam exatamente pelo grau de hegemonia das classes dominantes e sua capacidade de criar um consenso interno” (PANSARDI, M., 2014, p.8).

Thus the hegemony of a particular class, or faction of a class, requires continuing success in persuading other classes and groups in civil society to accept its leadership as well as most of its key values. Hegemony is exercised through the development and mobilization of a trans-class politico-economic formation or coalition of forces in a historical bloc (GILL, 2008, p. 92).

Em outras palavras, a partir de uma concepção marxista da sociedade dividida em classes sociais, afirma-se que as classes dominantes das nações devem ser capazes de primeiro exercer hegemonia sobre as classes subalternas domésticas para somente depois conseguirem que suas nações sejam mais autônomas no campo internacional. A forma como as classes dominantes exercem hegemonia se dá por meio da capacidade destas de combinarem e “ocultarem” seus interesses de classe com um projeto de nação com caráter reformista que vise a conciliação de classes (PANSARDI, M. 2014).

O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre os outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos com maior ou menor extensão (GRAMSCI, 2012, p.55).

Assim, Gramsci (2012) e Marcos Pansardi (2014) indicam que a própria autonomia das grandes potências provoca uma espécie de influência passiva aos demais Estados. Cohen (2015) aprofunda mais esta questão sustentando que existem dois tipos de influência: a “influência passiva”, fruto do fato de que as Relações Internacionais são inexoravelmente recíprocas, de forma que qualquer exercício de autonomia, mesmo não envolvendo intencionalidade, afeta os demais atores do campo internacional; e a “influência ativa”, que consiste no uso da autonomia para agir de maneira intencional com o objetivo de moldar o comportamento dos demais atores (COHEN, 2015).

Neste modelo, os países periféricos são aqueles que, diante da incapacidade de realizarem suas próprias revoluções burguesas, suas classes dominantes importam e incorporam elementos ideológicos dos países dominantes, de maneira que, segundo Marcos

Pansardi “nos países periféricos as classes dirigentes aliam seus destinos a um projeto estrangeiro; não há um projeto de desenvolvimento autóctone, mas um projeto de dependência” (PANSARDI, 2014, p. 9).

Por um lado, visto desta maneira, a autonomia de um Estado depende fundamentalmente da capacidade de classes dominantes nacionais exercerem hegemonia e consenso no âmbito interno, encobrendo seus interesses de classe com um projeto de nação, e subjugando as classes subalternas. Por outro lado, não pode-se deixar de lado o fato de que a autonomia de uma nação também é dependente do constrangimento exercido pela estrutura, no caso desta análise, do Sistema (ou não sistema) Financeiro e Monetário Internacional. Por conseguinte, o estudo das assimetrias de poder no Sistema Financeiro e Monetário Internacional neste artigo será feito a partir da análise da autonomia dos Estados, levando em consideração os aspectos endógenos dos atores (capacidade de hegemonia interna) e os aspectos exógenos aos atores (nível de constrangimento promovido pela estrutura).

### **O Sistema de Bretton Woods: O Monopólio da Autonomia A Centralidade do Dólar em Bretton Woods**

Em Julho de 1944, firmavam-se os Acordos de Bretton Woods, nome que faz alusão à cidade em que se reuniram os 23 países fundadores, que orientavam o novo modelo de Sistema Financeiro e Monetário Internacional. Os acordos faziam parte de um grande movimento em promoção de uma nova ordem multilateral internacional patrocinada pelos Estados Unidos que incluía também outros arranjos, acordos e Organizações Internacionais, tais como: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), e muitos outros (PECEQUILO, 2003).

Os Acordos de Bretton Woods não representavam nenhum “modelo ideal” de sistema financeiro internacional, algo perceptível desde as discussões entre Harry Dexter White e John Maynard Keynes pelo desenho dos acordos<sup>2</sup>, sendo eles um produto direto da assimetria de poder existente no pós Segunda Guerra Mundial, conforme afirma Eichengreen (2011):

For a quarter of a century after World War II, the dollar reigned supreme. Only the United States emerged strengthened from the war. Its economy towered over the world like none other. It accounted for fully half of global industrial production. Only its currency was freely traded (EICHENGREEN, 2011, p. 39).

---

<sup>2</sup> Para uma discussão mais detalhada acerca do debate White vs. Keynes sugere-se a leitura de Eichengreen (2012).

Com a fixação da convertibilidade do ouro em dólar por um preço fixo de \$35 a onça, e com a autorização do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que outros Estados pudessem definir suas taxas de câmbio em termos do dólar americano, crescia o consenso entre governos e bancos centrais estrangeiros de que o dólar era *as good as gold* (EICHENGREEN, 2011). Assim, o dólar assumiu uma função dupla no sistema financeiro internacional, uma vez que era, ao mesmo tempo, a principal moeda de troca internacional e também a principal reserva de valor. Conforme pontua Cohen (1977):

At the war's end, America owned almost three-quarters of the world's existing monetary gold; and prospects for new gold production were obviously limited by the physical constraints of nature. The rest of the world, therefore, was more than willing to economize on this scarce gold supply by accumulating dollars instead. The dollar thus was enshrined not only as principal "vehicle currency" for international trade and investment but also as principal reserve asset for central banks. In the early postwar years, America's deficits became the universal solvent to keep the machinery of Bretton Woods running (COHEN, 1977, p. 95).

Desta forma, o Sistema de Bretton Woods, apesar de multilateral em seu desenho formal, se tornou sinônimo de uma hegemonia monetária centrada no dólar (COHEN, 1977). O governo estadunidense não precisava se preocupar com a possibilidade dos dólares usados por consumidores e investidores virem a ser apresentados para conversão em ouro, visto que estes dólares eram abocanhados por bancos centrais e utilizados como ativo de reserva. Os Estados Unidos era o único país que podia não se preocupar em ter déficits na balanço de pagamentos (EICHENGREEN, 2011). Eichengreen (2012) afirma que toda esta proeminência dos Estados Unidos possuía respaldo na demanda por livre-comércio da indústria norte-americana, de maneira que “(...) a restauração das relações de comércio abertas e multilaterais viria a ser o tônico que revigoraria o Sistema de Bretton Woods. Em sua totalidade o acordo era orientado por este objetivo” (EICHENGREEN, 2012, p. 138).

### **O Consenso Fordista**

Gramsci (2011) aponta que a hegemonia nacional, promovida pela classe dominante norte americana no pós crise da década de 1930, foi marcada pelo modelo de desenvolvimento fordista. Este modo de organização econômica reconheceu a necessidade de garantir aos trabalhadores altos salários<sup>3</sup> e melhores condições de trabalho, de maneira que se

---

<sup>3</sup> A expressão “altos salários” deve ser interpretada com cautela. Ela só pode ser compreendida diante da análise dos salários do modelo fordista em comparação aos demais salários da época.

“impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção (taylorismo)” (GRAMSCI, 2011, p.68). Assim, Ruy Braga (2011) afirma:

(...) o fordismo (...) supõe uma base produtiva sobre a qual se ergue toda uma miríade de formas institucionais associadas à estabilização da relação capital-trabalho por meio, principalmente, do consumo conspícuo de bens duráveis pela classe trabalhadora estadunidense (BRAGA, 2011, p. 18 *apud* GRAMSCI, 2011).

Desta forma, o grande mérito dos industriais estadunidenses foi o de perceber que a adaptação das classes subalternas a novos métodos de produção e trabalho não deveria ocorrer somente por via da coerção social, mas sim, deveria se combinar coerção com persuasão e consenso. Os salários altos característicos do fordismo proporcionavam um determinado nível de vida capaz de manter o trabalho estável e qualificado (GRAMSCI, 2011).

Parece ser possível responder que o método Ford é racional, isto é, deve generalizar-se, mas que para isso é necessário um processo longo, no qual ocorra uma mutação das condições sociais e uma mutação dos costumes e dos hábitos individuais, o que não pode ocorrer somente com a coerção, mas apenas com a moderação da coação (autodisciplina) e da persuasão, também sob a forma de altos salários, isto é, com a possibilidade de um melhor nível de vida, ou talvez, mais exatamente, com a conquista de um nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que demandam um particular dispêndio de energias musculares e nervosas (GRAMSCI, 2011, p. 78).

Desta forma, retoma-se que o consenso nacional, fundamentado no modelo fordista e promovido pelas classes dominantes estadunidenses, providenciaria a autonomia necessária à capacidade destas classes, por meio do aparelho estatal, influenciarem os demais Estados no imediato pós Primeira Guerra Mundial, promovendo, assim, a internacionalização das ideias básicas do *New Deal*: um compromisso negociado entre as frações de capital e trabalho num grande conjunto de Estados capitalistas (GILL, 2008).

Gill (2008) e Pijl (2012) aprofundam esta discussão afirmando que a estratégia de internacionalização do capital promovida pela classe dominante estadunidense era baseada em dois pilares: a prática de uma diplomacia “wilsoniana” e a exportação do modelo fordista. A diplomacia “wilsoniana” representou uma opção pela defesa do multilateralismo e a combinação da política externa com valores éticos tidos como “universais”, algo que serviria para justificar o enfrentamento ao temido avanço do sistema socialista na Europa Ocidental ao longo da Guerra Fria. De maneira complementar, a exportação do modelo fordista, caracterizado pelo compromisso capital-trabalho já descrito por Gramsci, que traduz-se pelo lado das indústrias estadunidenses no formato de produção em massa e, pelo lado da classe trabalhadora, no consumo em massa por meio da melhoria das condições de vida e do poder

de compra. Assim, os produtos estadunidenses necessitavam que a paridade do dólar com as demais moedas fosse restabelecida o mais rápido possível para que estes fossem exportados e pudessem ser consumidos mundo afora.

This post-war structure was also premised on what Gramsci called a 'Fordist' pattern of accumulation, namely a mass-production and mass-consumption system that rewarded and incorporated (organized) labour. Binding this together was the US-centred security structure with its ideology of anti-communism and the defence of the free world (GILL, 2008, p. 95).

Levando em consideração estes aspectos, torna-se evidente que o Sistema de Bretton Woods foi marcado por um monopólio da autonomia dos Estados Unidos, isto é, o país desfrutava de autonomia incomparável com relação ao sistema financeiro internacional em virtude de sua estrutura que conferia ao dólar papel central e único. Ademais, a classe dominante gozava de um amplo consenso interno, fundamentado no modelo fordista que assegurava um amplo *policy space* e a possibilidade de influenciar demais atores no Sistema Internacional tanto de maneira ativa quanto passiva.

### **A Crise da Libra Esterlina**

Os acordos de Bretton Woods previam a total restauração da conversibilidade das moedas europeias em até cinco anos após a assinatura dos acordos. Entretanto, o projeto de expansão das frações de classes capitalistas dos Estados Unidos pressionavam por uma restauração que acontecesse da maneira mais rápida possível. A questão girava em torno da demanda por condições melhores de exportação para os produtos estadunidenses frente às preferências imperiais<sup>4</sup> europeias.

A Grã-Bretanha, por sua vez, enfrentava uma situação financeira complicada. Como resultado da Segunda Guerra Mundial, a oferta de moeda havia triplicado entre 1938 e 1947, enquanto o PIB nominal havia apenas dobrado de tamanho, de forma a se verificar uma situação de excesso de moeda em circulação. Além disso, a Grã-Bretanha também havia acumulado déficits em libras com o restante da Commonwealth e o Império por conta do fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas necessários à guerra (EICHENGREEN, 2012).

Assim, em 1946 os Estados Unidos concederam à Grã-Bretanha empréstimos de US\$3,75 bilhões sob a condição de que esta restaurasse a convertibilidade da libra esterlina

---

<sup>4</sup> O termo faz referência às condições de comércio preferenciais existentes entre as ex-metrópoles europeias e suas colônias.



em até um ano após a aprovação do empréstimo. Apesar da Grã-Bretanha, em comparação com as demais nações europeias continentais, não sofrer com taxas de inflação tão elevadas e ter sua capacidade industrial e de infraestrutura, relativamente preservadas e não destruídas em relação aos demais países europeus; era claro que estava extremamente debilitada em termos de autonomia e capacidade de resistir a influências externas devido ao esforço de guerra, e não teve escolha se não a acatar a vontade norte-americana (EICHENGREEN, 2012).

Conforme afirma Eichengreen (2012), a decisão de restabelecer a conversibilidade foi o cúmulo da irresponsabilidade, especialmente diante da situação de elevada escassez de dólares oriunda das imensas demandas insatisfeitas europeias por produtos alimentícios, bens de capital e outras mercadorias produzidas nos Estados Unidos.

As seis semanas de conversibilidade foram um desastre. As quedas nas reservas foram enormes. O governo, vendo suas reservas aproximando-se do esgotamento, suspendeu a conversibilidade em 20 de agosto com o consentimento norte-americano. Um empréstimo que tinha sido concebido para durar até o final da década foi consumido em questão de semanas (EICHENGREEN, 2012, p. 144).

Assim, apenas em 31 de dezembro de 1958 os países europeus restaurariam a conversibilidade de suas moedas. Este período, entre o início dos acordos de Bretton Woods até a plena restauração das conversibilidades, é caracterizado por Cohen (1977) como o período em que somente os Estados Unidos era capaz de (sustentar) a responsabilidade pela estabilização monetária global, evitando que os demais governos incorressem em uma disputa mutualmente destrutiva por ouro.

Toda esta situação reflete a elevada autonomia dos Estados Unidos no período pós Segunda Guerra Mundial (fruto da estrutura do Sistema Bretton Woods e do consenso nacional promovido pelo Fordismo), que o possibilitava influenciar diretamente outros Estados do Sistema Internacional, frente à ínfima autonomia britânica consequente do extenuante esforço de guerra e da estratégia sufocante de internacionalização do capital das classes dominantes norte-americanas em direção à Europa Ocidental (PIJL, 2012).

### **O Non-sistema e a retomada da autonomia estadunidense**

#### **O Fim de Bretton Woods: Um Golpe de Autonomia**

O Sistema de Bretton Woods estava fadado ao fracasso desde o início. Segundo Eichengreen (2012), um dos principais motivos que alargou a sobrevivência deste modelo foi

a cooperação internacional<sup>5</sup> fruto, em grande parte, da ameaça estadunidense de utilizar seu poder em forma de autonomia e provocar alguma grande alteração unilateral que desestabilizasse os sistemas de comércio internacional e monetário reduzindo drasticamente a liquidez internacional. Em meados de 1960, pouco tempo após a plena restauração da conversibilidade das moedas, o preço do ouro nos mercados privados já estava a US\$40 dólares a onça (acima do preço acordado em Bretton Woods). De forma a evitar a redução de suas reservas de ouro, os Estados Unidos, ao longo dos anos 1960, sob os governos John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, recorreram a diversas políticas de controle de capitais e até a aplicação de sobretaxa às importações (EICHENGREEN, 2012).

O elenco de artifícios aos quais recorreram as administrações Kennedy e Johnson tornou-se, inquestionavelmente, motivo de grande embaraço. Elas admitiam a gravidade do problema do dólar, embora demonstrassem uma disposição para atacar apenas os sintomas, e não as causas. Enfrentar as causas exigiria promover uma reforma no sistema internacional de uma maneira que reduziria o papel do dólar como moeda de reserva, algo que os Estados Unidos ainda não estavam dispostos a contemplar (EICHENGREEN, 2012, p. 175).

A economia estadunidense incorria em déficits na balança de pagamentos cada vez maiores com o mundo, especialmente com a Europa e o Japão, de forma que verificava-se uma situação internacional complexa na qual os déficits dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que proviam a liquidez necessária à economia mundial, eram também os responsáveis pela redução de confiança no dólar, visto que a paridade fixa dólar-ouro era crescentemente colocada em dúvida<sup>6</sup> (COHEN, 1977).

Com o passar do tempo a situação foi se deteriorando mais e se tornando insustentável. Assim, em Agosto de 1971, o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, preocupado com a deterioração da balança comercial do país e amparado por ânsias protecionistas de seu congresso, num ato de autonomia, suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro, forçando os demais países do mundo a aceitarem novas regras para as questões monetárias e financeiras internacionais, e transformando os Acordos de Bretton Woods em história (COHEN, 1977). Conforme conclui Frieden (2008), a ordem monetária de Bretton Woods colapsou por razões políticas e não técnicas.

No entanto, os Estados Unidos eram relativamente fechados - mesmo com a expansão do período pós-guerra, o comércio internacional correspondia a

---

<sup>5</sup> Uma das principais formas de cooperação a época foi a criação da chamada “Gold Pool” que baseava-se num comprometimento dos Estados de não converterem seus dólares e a venderem suas reservas de ouro para aliviar as pressões sobre os Estados Unidos.

<sup>6</sup> A impossibilidade da manutenção da paridade fixa dólar-ouro de Bretton Woods foi prevista por Robert Triffin e popularizada pelo dilema que leva seu nome: o Dilema de Triffin.

menos de 10% da economia - e os eleitores nunca iriam priorizar a ordem monetária internacional em detrimento da prosperidade doméstica. O governo norte-americano simplesmente não estava disposto a encolher sua economia por causa das obrigações cambiais exigidas pela ordem de Bretton Woods e, portanto, optou pelo fim do sistema (FRIEDEN, 2008, p.368).

## O Non-Sistema

O colapso de Bretton Woods eliminou as restrições à taxa de câmbio, deixando os governos livres para estimularem suas economias. A crescente mobilidade internacional do capital acentuou-se e os Estados recorreram, cada vez mais, a taxas de câmbio mais flexíveis e moedas flutuantes. (EICHENGREEN, 2012; FRIEDEN, 2008). Entretanto, o privilégio estadunidense não se reduziu. Enquanto as taxas de câmbio eram diferentes, o sistema continuava o mesmo. As moedas continuavam todas indexadas ao dólar, sendo que a única diferença era que os Estados Unidos não mais converteriam dólares em ouro. Conforme Eichengreen (2011) enfatiza “Nothing prevented the United States from running whatever policies it chose, a prospect that understandably alarmed countries pegging to its currency” (EICHENGREEN, 2011, p. 61).

Assim, diferentemente do que esperava-se na época, não houve uma fuga internacional do dólar. Segundo Conti, Prates e Pilhon (2013), a partir de um estudo da hierarquia das moedas no sistema internacional, define-se que a determinação do uso de uma moeda internacional depende de três fatores: o tamanho da economia nacional e sua integração com a economia mundial, poder geopolítico e voluntarismo político. Os Estados Unidos na época era ainda, com certeza, o Estado que mais atendia plenamente aos três fatores. Desta forma, a hegemonia do dólar no sistema monetário internacional passou a fundamentar-se no poder do Estado e da economia do país. O dólar se fortaleceu como moeda de crédito global, de maneira que a expressão que dizia que o dólar era *as good as gold* foi alterada para a que dizia que o dólar era simplesmente *as good as one dollar* (CINTRA, MARTINS, 2013).

Verificou-se, na realidade, um fortalecimento ainda maior do dólar em comparação com o período de Bretton Woods, fruto da posição do EUA como demandante e devedor de última instância, isto é, com déficit em transações correntes e dívida externa, cuja taxa de juros é determinada pelo próprio Federal Reserve (FED), que adquiria uma posição de “banco central do mundo” (CINTRA, MARTINS, 2013). Essa situação peculiar corresponde àquilo que diversos presidentes franceses viriam a chamar de “o privilégio exorbitante”, uma

situação em que os Estados Unidos era capaz de determinar unilateralmente a taxa de juros de sua própria dívida externa (CINTRA, MARTINS, 2013; EICHENGREEN, 2011).

A maior liberdade proporcionada ao Estados Unidos pelo fim da paridade ouro-dólar permitiria a consolidação do seu projeto de internacionalização do capital e da formação e consolidação de uma economia global. O fenômeno da globalização obtinha sinal verde e o mundo caminhava para uma liberalização econômica jamais vista antes.

Trata-se, portanto, de compreender que os Estados Unidos impuseram a liberalização financeira e promoveram as políticas de abertura comercial e integração produtiva. Assim, suas empresas encontraram o caminho para a migração produtiva, enquanto suas instituições financeiras foram investidas plenamente na função de gestoras da finança e da moeda universal. (CINTRA & MARTINS, 2013, p. 224).

### **A Retomada Hegemônica dos Estados Unidos**

Na década de 1970 havia uma crença disseminada de que a posição dos Estados Unidos como hegemonia mundial estava com seus dias contados e que este logo seria ultrapassado por outras potências emergentes da época como Japão e Alemanha. Entretanto, conforme afirmam Fiori (2008) e Tavares (1997), estes prognósticos mostravam-se largamente equivocados.

Com relação à “crise da década de 1970”, hoje está mais que claro que ela não enfraqueceu o poder americano, mais do que isto, todos os sinais que foram apontados como indicadores do seu declínio, se transformaram no seu contrário (FIORI, 2008, p. 17).

Segundo Tavares (1997), a partir da década de 1980, especialmente por meio da prática da diplomacia do dólar forte, os Estados Unidos retomaram seu posto hegemônico no Sistema Internacional por meio, não de um maior poder econômico ou militar, mas sim, por meio da capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico dos demais Estados.

Este poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. Em verdade, seus sócios ou rivais capitalistas são compelidos, não apenas a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo “a única possível”. Esta racionalização vem passando em matéria de política econômica pela aceitação de um ajuste corresponde a uma sincronização da política econômica e da ideologia conservadoras sem precedentes (TAVARES, 1997, p. 29).

Gill (2008) e Davis (1985) afirmam que a hegemonia estadunidense afastou-se do consenso fordista, especialmente por conta de uma mudança na distribuição dos rendimentos

em direção às receitas de juros, favorecendo uma classe “neo-rentista”; ao mesmo tempo em que as corporações industriais abandonavam a produção de bens de consumo duráveis e iam em direção a setores instáveis com altos lucros, como a indústria militar e os serviços financeiros. Concomitantemente, verificou-se uma mudança substancial no balanço de poder entre capital e trabalho diante do perigo de desemprego no contexto de recessão dos Estados Unidos do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, de maneira que os grupos trabalhistas acabaram por aceitar reduções nos salários reais e menores níveis de salário para ingressantes no mercado de trabalho (GILL, 2008).

Desta forma, a reemergência dos Estados Unidos teve como componente central uma retomada da hegemonia doméstica fundamentada em consenso construído por uma classe capitalista transnacional, em torno das virtudes do mercado e do estímulo ao individualismo. A figura do Presidente Ronald Reagan foi central para a construção deste consenso, visto que sua administração foi repleta de elementos simbólicos que buscaram recriar um senso de propósito nacional e de auto-confiança, visando a revalorização do “excepcionalismo norte-americano” em contraposição às crises de confiança provocadas pelos governos Nixon e Carter (GILL, 2008).

Conforme aponta Tavares (1997), a retomada norte-americana pós diplomacia do dólar forte colocou o país em posição de *trade locomotive* da recuperação mundial, de forma que a elite financeira, que consiste na classe capitalista transnacional, passou a propor uma nova divisão internacional do trabalho que recolocaria os Estados Unidos como potência hegemônica. Esta estratégia adotada pela classe dominante teve como objetivo a transformação do Estados Unidos numa potência e centro tecnológico respaldada em regras acerca da proteção de propriedade intelectual (TAVARES, 1997).

Após terem exportado durante várias décadas o padrão tecnológico do sistema industrial americano através das suas multinacionais, estão tentando usar o seu poder hegemônico para reenquadrá-las, fazer retornar os capitais sobrantes e refazerem a sua posição como centro tecnológico dominante. (...) Ao contrário, os EUA estão concentrando esforços no desenvolvimento dos setores de ponta e submetendo a velha indústria à concorrência internacional dos seus parceiros. A partir dessa modernização generalizada esperam poder retomar a sua posição como centro tecnológico dominante e reordenar de novo a economia mundial (TAVARES, 1997, p. 47).

### **A Dependência Latino-Americana**

Conforme Pansardi (2014) afirma, os países periféricos na incapacidade por parte de suas classes dirigentes de formularem um próprio projeto nacional, recorrem a um projeto de

dependência fundamentado na incorporação de elementos ideológicos dos países hegemônicos. Cardoso e Faletto (2010), aprofundam esta análise no contexto dos países latino-americanos explicando como que a dependência é fator explicativo essencial da condição de subdesenvolvimento dessas nações:

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas (CARDOSO, FALETTO, 2010, p. 39).

Em outras palavras, pode-se afirmar que a ausência de autonomia por parte das nações mais periféricas do Sistema Internacional é evidente na incapacidade destes países em tomarem decisões em função de seus próprios interesses nacionais (CARDOSO, FALETTO, 2010). O interesse nacional acaba subordinado e dependente de interesses externos, sendo esta dependência a própria ausência de autonomia segundo a definição de Cohen (2015) apresentada anteriormente.

A situação de “subdesenvolvimento nacional” supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação com o exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de “interesses nacionais”; isso caracteriza as sociedades nacionais subdesenvolvidas não só do ponto de vista econômico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais (CARDOSO, FALETTO, 2010, p. 44).

Furtado (2013)<sup>7</sup> também aborda a dependência no âmbito dos países latino-americanos enfatizando a existência de uma dependência cultural, por parte dos grupos das nações subdesenvolvidas que se apropriam dos excedentes, provocando uma ânsia destas por atingirem padrões de consumo semelhantes aos de países onde o nível de acumulação de capital é muito maior e cujo elemento motor do desenvolvimento é o progresso técnico, de forma que as nações periféricas e subdesenvolvidas passariam por um processo específico denominado “modernização”.

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos (FURTADO, 2013, p. 180).

A modernização de Furtado, portanto, seria fruto direto da dependência cultural, que, por sua vez, estaria vinculada a própria ausência de autonomia oriunda da incapacidade das

---

<sup>7</sup> Importante destacar que apesar de não serem citados anos, ambas as análises de Cardoso & Faletto e Furtado tem como olhar histórico as nações latino-americanas na segunda metade do século XX.

classes dominantes latino-americanas de formularem um projeto de classe e o combinarem e ocultarem num projeto nacional de fato. Assim, portanto, os Estados latino-americanos estariam fadados a desfrutarem de baixíssima autonomia no Sistema Internacional, no sentido de estarem amplamente frágeis e vulneráveis a influências externas diante dessa situação de dependência.

### **A Crise da Dívida na América Latina**

As raízes da crise da dívida na América Latina estão no primeiro choque do petróleo de 1973. Com o aumento dos preços, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) arrecadaram uma grande soma de divisas que não possuía aplicação imediata, sendo que, diante disso, elas foram investidas em bancos europeus e norte-americanos, ficando conhecidas como “eurodólares”<sup>8</sup>. Estes eurodólares não foram transformados em investimentos produtivos nos países industrializados, e acabaram sendo colocados à disposição para empréstimo aos países em desenvolvimento (PIRES, 2010).

Pires (2010) caracteriza a estratégia dos países em desenvolvimento da América Latina na época como a de “desenvolvimento por endividamento”, na qual os países em desenvolvimento combinavam elevados empréstimos do exterior (indexados em taxa de juros flutuantes internacionais<sup>9</sup>) com forte investimento público e proteção de setores industriais contra concorrência internacional. Nos primeiros anos do *boom* de empréstimos tudo ocorreu de maneira controlada com os devedores pagando em dia e alcançando resultados expressivos de desenvolvimento com o crescimento de seus produtos internos brutos (PIB) (PIRES, 2010).

Entretanto, na virada da década de 1970 para a década de 1980, com objetivo de enfrentar a elevada especulação contra o dólar e a inflação galopante de mais de dois dígitos, fruto do rápido crescimento do início da década de 1970, do *boom* de commodities da época e, principalmente, dos choques de petróleo de 1973 e 1979; o então presidente do FED, Paul Volcker, lançou as bases daquela que ficou conhecida como a diplomacia do dólar forte, que consistiu numa elevação das taxas de juros norte-americanas provocando uma enorme atração de capital de volta ao Estados Unidos que sugou a liquidez da economia internacional (CINTRA, MARTINS, 2013; EICHENGREEN, 2012; FRIEDEN, 2008; PIRES, 2010).

---

<sup>8</sup> Muitas vezes também são denominados de “petrodólares”.

<sup>9</sup> Geralmente a taxa utilizada era a Libor (London Interbank Pffering Rate)

Diante deste cenário, eclodiu a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, especialmente nos da América Latina. O epicentro da crise foi o México, quando, em 1982, este suspendeu o pagamento dos juros da dívida.

Vale ressaltar que a América Latina teve um papel central no processo de endividamento. Deve-se considerar que a dívida latino-americana quase foi duplicada em apenas três anos (1979-1981). Brasil, México, Argentina representavam, em 1982, quase 50% do total dos empréstimos dos bancos internacionais ao mundo em desenvolvimento (PIRES, 2010, p. 230).

A elevação das taxas de juros provocadas por Volcker foi um ato de autonomia que visava atender aos interesses dos Estados Unidos e beneficiou fortemente a comunidade financeira e os investidores em detrimento das classes médias e trabalhadores. Os países da América Latina, por sua vez, dependentes e carentes de autonomia, agonizariam e permaneceriam enfraquecidos por anos, sendo que a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida da América Latina (FRIEDEN, 2008).

O modelo de industrialização por substituição de importações adotado pelos países latino-americanos era, assim, derrubado de vez (FRIEDEN, 2008). A renegociação das dívidas por parte dos bancos credores decorreria da adoção, por parte dos países latino-americanos, de um modelo de ajuste proposto pelo FMI, em parceria com o FED, que exigia a assinatura de “cartas de intenções” assumindo compromissos com uma política econômica de austeridade (PIRES, 2010).

Antes de ser um organismo multilateral, o FMI tornou-se mero instrumento dos países credores para forçar as nações periféricas a se enquadrar nas condições macroeconômicas adequadas aos primeiros. Seu receituário de ajuste, portanto, tinha como objetivo muito mais anestesiar o “paciente”, de forma a torná-lo mais dócil, do que a eficientemente dar-lhe condições para enfrentar em melhor situação as distorções da economia mundial (PIRES, 2010, p. 237-238).

Segundo Tavares (1997), o choque de juros do FED e a diplomacia do dólar forte, num primeiro momento, levaram o país a uma recessão de três anos, sendo que muitas grandes empresas e alguns bancos chegaram a quebrar. Entretanto, esta atitude proporcionou ao Estados Unidos e ao FED retomarem o controle sobre seus próprios bancos e do resto do sistema bancário internacional, de forma que a diplomacia do dólar forte teria “soldado” os interesses do capital financeiro internacional sob o comando estadunidense, proporcionando a retomada de sua hegemonia

Há algum tempo atrás, tudo levava a crer que os EUA tinham perdido a capacidade de liderar a economia mundial de uma maneira benéfica. Isso continua a ser verdade. Mas por outro lado os americanos, indiscutivelmente, deram, de 1979 a 1983, uma demonstração de sua capacidade maléfica de



exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países, através da recessão, ao seu desiderato. E o fizeram, está claro, com uma arrogância e com uma virulência sem precedentes (TAVARES, 1997, p. 37).

## Conclusão

A partir de uma concepção de poder associada a ideia de autonomia, conforme definida por Cohen (2015), sem contudo, excluir totalmente a dimensão da influência, colocando-a como consequência direta ou indireta da autonomia; este artigo buscou explicar as assimetrias do sistema financeiro e monetário internacional por meio da perceptível elevada autonomia desfrutada pelo Estados Unidos. Autonomia esta que provinha tanto da estrutura do próprio sistema quanto do alargado *policy space* resultante da hegemonia nacional desfrutada por suas classes dominantes.

A crise da dívida dos países latino-americanos foi mais um episódio, assim como o da crise da libra esterlina, no qual os Estados Unidos utilizaram de sua autonomia, fruto do amplo consenso nacional e da arquitetura “dolarcêntrica” do sistema monetário e financeiro internacional, para promoverem seus interesses nacionalmente e internacionalmente. Enquanto que, por outro lado, os demais Estados do Sistema Internacional enfrentavam situações de ausência de consenso interno e até de dependência que reduziam a parâmetros ínfimos a autonomia deles, tornando-os incapazes de resistirem significativamente a influências externas.

Em última instância, pode-se afirmar que o desenho do sistema financeiro e monetário internacional proporciona uma enorme autonomia aos norte-americanos desde Bretton Woods até a emergência do non sistema e os dias atuais; assim como verifica-se que a capacidade de alguns Estados de se blindarem às decisões norte-americanas depende da capacidade destes de lograrem graus elevados de consenso interno que elevariam suas autonomias no Sistema Internacional, sendo dois exemplos enfáticos (que não foram tratados neste artigo) os casos do Japão nos anos 60 e 70, e o caso da China no início da década de 2010 até os dias atuais.

### Referências Bibliográficas

BRAGA, Ruy. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Editora Hedra, 2011.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARROLL, Berenice A. Peace Research: The Cult of Power. **Journal of Conflict Resolution**. v.16, n.4, December 1972.

CINTRA, Marcos A; MARTINS, Aline R. A. O Papel do Dólar e do Renminbi no Sistema Monetário Internacional. In: CINTRA, Marcos A; MARTINS, Aline R. A. **As Transformações do Dólar no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: Ipea, 2013.

COHEN, Benjamin J. **Money, Power, Authority**. Strange Futures: Power, Control and Transformation in the Global Political Economy. Princeton University, 2015.

\_\_\_\_\_. **Organizing the World's Money: The Political Economy of International Monetary Relations**. The Macmillan Press, 1977.

CONTI, Bruno M; PRATES, Daniela M; PLIHON, Dominique. O Sistema Monetário Internacional e seu Caráter Hierarquizado. In: CINTRA, Marcos A; MARTINS, Aline R. A. **As Transformações do Dólar no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: Ipea, 2013.

EICHENGREEN, Barry J. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar**. New York: Oxford University Press, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012.

FIORI, José L. O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI. In: **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo Global: História Econômica e Política do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e Dependência: As Conexões Fundamentais. In: D'AGUIAR, Rosa F. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GILL, Stephen. **Power and Resistance in the New World Order**. Chippenham and Eastbourne: Palgrave Macmillan, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Editora Hedra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel - Notas sobre o Estado e a Política**. V.3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

PANSARDI, Marcos Vinicius. **Uma Teoria da Hegemonia Mundial: Gramsci como Teórico das Relações Internacionais**. Crítica Marxista, n.39, 2014.

PANSARDI, Pamela. Power to and power over: two distinct concepts of power? **Journal of Political Power**. Routledge. v.5, n.1, April 2012, p.73–89.

PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos**. 3ª edição ampliada e atualizada. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PIJL, Kees van der. **The Making of the Atlantic Ruling Class**. New Edition. London: Verso, 2012.

PIRES, Marcos C. O Governo Figueiredo e a Crise da Dívida (1979-1985). In: Pires, Marcos C. **Economia Brasileira: da Colônia ao Governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. New York: Continuum, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: FIORI, José L; TAVARES, Maria da Conceição. **Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

# UMA FRÁGIL FORÇA MESSIÂNICA: POR UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA ÉTICA

Izabela Loner Santana<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é expor a ética proposta por W. Benjamin em sua filosofia da história. Para isto, faz-se necessário uma breve introdução da filosofia benjaminiana, de maneira a explicitar seu caráter heterodoxo a partir de uma tentativa de articulação entre as diferentes influências teórico-filosóficas que tal filosofia abarca. Desta forma colocada, já será possível tratar mais especificamente de sua filosofia da história, a partir de suas teses “Sobre o conceito de história”, pela qual será explicitada a ética proposta pelo autor.

**Palavras-chave:** Filosofia da História, Walter Benjamin, Ética, Redenção, Messianismo, Emancipação.

## Abstract

The purpose of this article is to present the ethics proposed by Walter Benjamin in his philosophy of history. For this, it is necessary a brief introduction of the benjaminian philosophy, in order to explain its heterodox character starting from an attempt of articulation between the different theoretical-philosophical influences that such philosophy includes. Thus, it will be possible to deal more specifically with his philosophy of history, based on his theses “On the Concept of History”, by which its presented the ethics proposed by the author.

**Keywords:** Philosophy of History, Walter Benjamin, Benjaminian Ethics, Redemption, Messianism, Emancipation.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: izabelalonersantana@gmail.com

## Uma frágil força messiânica: por uma filosofia da história ética

*Um socialista é apenas alguém incapaz de superar seu assombro diante do fato de que a maioria das pessoas que viveram e morreram tiveram vidas de labuta deprimente, infrutífera e incessante. - Terry Eagleton*

A heterodoxia da filosofia benjaminiana não se afirma somente no caráter fragmentário de sua obra, que se recusa a ser reduzida a um sistema, mas também nos deslocamentos de alguns lugares tradicionais nos quais a filosofia funcionou até então.

Este deslocamento, por sua vez, pode ser visto em sua filosofia da história. Se este ramo da filosofia da história, até então, era, de maneira hegemônica, território de uma metafísica teleológica, descrita como uma lei natural determinista<sup>2</sup>, em Walter Benjamin temos uma tentativa de refundar a filosofia da história sobre bases materialistas, aproximando-se quase à um método, uma ética<sup>3</sup> para com os eventos passados.

Benjamin, em vez de fazer uma filosofia da história independente do ser humano, que ‘arrasta’ os acontecimentos em seu movimento e desvelar, produz uma filosofia da história sobre uma práxis, sendo que nela não descreve um funcionamento de um espírito ou de uma lei natural do funcionamento social<sup>4</sup>, mas que nos mostra uma maneira de nos relacionarmos com o que ocorreu, de entendermos os eventos passados, uma maneira de mobilizar o ocorrido em favor de um futuro, de uma mudança.

Assim, nestas páginas tentarei expor uma determinada compreensão da especificidade da filosofia da história de Walter Benjamin de modo a entendê-la enquanto um método, algo que deve ser aplicado ao presente, impresso na realidade, e não como algo descolado do concreto, independente das ações humanas. Meu objetivo neste texto é explicitar como se constrói esse caráter ético da filosofia da história de Benjamin e como ela deve proceder.

### A filosofia benjaminiana

Para tratar da filosofia benjaminiana da história, creio ser importante comentar e definir a natureza desta filosofia e esta seção será dedicada a isto.

Como nos traz Michael Löwy, em seu livro *Alarme de incêndio*, no qual apresenta uma leitura das teses "Sobre o conceito de história", a obra de Benjamin escapa a todas as

---

<sup>2</sup> A título de exemplo, tomemos aqui a filosofia da história de Hegel.

<sup>3</sup> Ética deve ser entendida aqui como forma de relacionar-se.

<sup>4</sup> Como seria a filosofia da história de Marx, com sua luta de classes.

classificações usuais de filosofia, pois não se encaixa nas dicotomias progressista ou conservadora, revolucionária ou nostálgica (Cf. LÖWY, cf. 2005, p. 35.). Ela não se encaixa nessas dicotomias, pois estas não abarcariam a complexidade da obra de Benjamin, não seriam suficientes, pois esses extremos, embora contrários, ou até mesmo contraditório, não são tomados de forma excludente, mas articulam-se, mesmo em suas diferenças.

Para entender esses extremos contraditórios articulados de maneira não excludente, ou melhor, para entender a composição e a caracterização da filosofia benjaminiana que farei a seguir, mobilizarei a distinção entre *conceito* e *constelação*, presente na obra benjaminiana. Enquanto a primeira, própria do fazer filosófico, funciona a partir da determinação de um denominador comum, como uma média de extremos que exclui tudo aquilo que lhe é diferente, ou seja, funcionando sob um registro de ipseidade; as constelações abarcam os extremos, não negligenciando o dissonante, não excluindo o que lhe nega e põe em contradição, de maneira a tentar compreender todas as possibilidades, funcionando fora de um registro de abstração, que impera no conceito, uma vez que este é separado de tudo o que é, em verdade, articulado de maneira a servir as limitações teóricas.

As ideias são constelações eternas, e se os elementos se podem conceber como pontos em tais constelações, os fenômenos estão nelas simultaneamente dispersos e salvos. E aqueles elementos, que os conceitos têm por tarefa destacar dos fenômenos, são mais claramente visíveis nos extremos da constelação. A ideia é definível como a configuração daquele nexos em que o único e extremo se encontra com o que lhe é semelhante. Por isso é falso entender as normas mais gerais da língua como conceitos, em vez de as reconhecer como ideias. É errado pretender apresentar o universal como uma média estatística. O universal é a ideia. Já o empírico será tanto mais profundamente apreendido quanto mais claramente for visto como algo de extremo. O conceito procede de algo de extremo. Tal como a mãe só começa a viver plenamente quando o círculo dos seus filhos, sentindo-lhe a proximidade, se fecha à sua volta, assim também as ideias só ganham vida quando os extremos se reúnem à sua volta. As ideias – na formulação de Goethe : os ideais – são as Mães fáusticas. Permanecem obscuras se os fenômenos não se reconhecerem nelas e não se juntarem à sua volta. Cabe aos conceitos agrupar os fenômenos, e a fragmentação que neles se opera por ação do entendimento analítico é tanto mais significativa quanto, num único e mesmo lance, consegue um duplo resultado : a salvação dos fenômenos e a representação das ideias. (BENJAMIN, 2013, p. 11-2)

Com os elementos colocados, creio já poder trazer os elementos que compõem a constelação base da filosofia benjaminiana. Esta filosofia tem como elemento norteador uma crítica à modernidade e às suas formas de fazer história e filosofia da história. A especificidade desta crítica, porém, é não se distanciar da própria modernidade. Isto se dá por conta do objetivo benjaminiano de responder à modernidade de dentro de um paradigma

moderno, o que responde ao seu caráter assumidamente materialista, somado a um horizonte de sentido claramente marxista. Importante já afirmar que o marxismo benjaminiano é heterodoxo, uma vez que converge com a teoria marxista em questões como uma filosofia atrelada ao concreto, que comporta uma práxis e que busca sempre um horizonte de emancipação comum. Em contrapartida, Benjamin não aceita facilmente todas as teses tradicionalmente marxistas, uma vez que um de seus principais alvos de crítica, em suas teses, é o conceito de progresso, inclusive de sociais-democratas e marxistas ‘vulgares’, e o otimismo do comunismo partidário e da teoria marxista como um todo.

Esta atitude singular diante da tradição marxista e para com a modernidade articula-se à uma visão romântica de mundo, uma melancolia carregada de nostalgia não-reacionária, mas revolucionária, potente, a partir da qual Benjamin critica a modernidade não de forma a retroceder ao feudalismo ou às suas formas de relações sociais e organização política, por exemplo, mas de maneira a superar tal modernidade. Serve-se do passado para sonhar e construir o futuro. Assim, deve-nos ficar claro que a melancolia benjaminiana não deve ser entendida dentro da dicotomia resignado x visionário, mas para além, enquanto um romântico revolucionário.

Para completar esta caracterização, e seguirmos para a filosofia da história benjaminiana, me falta falar da teologia. De início pode parecer estranho um materialista valer-se do messianismo e da mística judaica, de uma teologia em sua filosofia, mas qual seria a função da teologia na filosofia de Benjamin?<sup>5</sup> Para começar a responder isso, creio que podemos nos dirigir à primeira tese das teses “Sobre o conceito de história” de Benjamin:

Como se sabe, deve ter havido um autômato, construído de tal maneira que, a cada jogada de um enxadrista, ele respondia com uma contra jogada que lhe assegurava a vitória da partida. Diante do tabuleiro, que repousava sobre uma ampla mesa, sentava-se um boneco em trajes turcos, com um narguilé boca. Um sistema de espelhos desperta a ilusão de que essa mesa de todos os lados era transparente. Na verdade, um anão corcunda, mestre no jogo de xadrez, estava sentado dentro dela e conduzia, por fios, a mão do boneco. Pode-se imaginar na filosofia uma contrapartida dessa aparelhagem. O boneco chamado "materialismo histórico" deve ganhar sempre. Ele pode medir-se, sem mais, com qualquer adversário, desde que tome a seu serviço a teologia, que, hoje, sabidamente, pequena e feia e que, de toda maneira, não deve se deixar ver. (LÖWY, 2005, p. 41)

Esta alegoria nos permite perceber que a teologia usada aqui não busca verdades eternas, nem induzir uma reflexão a respeito de uma divindade, mas está a serviço do materialismo histórico. Logo, ela não é um objetivo em si, mas um instrumento. A teologia

---

<sup>5</sup> Para um debate completo sobre esta questão ver GAGNEBIN, 1999.

aqui é mobilizada de forma a reanimar o autômato ao qual o materialismo histórico reduziu-se. Em outras palavras, a teologia estaria revisando e corrigindo o materialismo, o qual teria se mostrado sem vida, sem poder, sem potencial revolucionário diante do fascismo da época.

Pensando neste sentido de reanimação do autômato materialista histórico podemos buscar entender a relação entre ambos, o materialismo marxista e a mística judaica, a teologia. Ao início da tese, o anão, representante da teologia, aparece como mestre, controlador, orientador do autômato, que por sua vez é a alegoria para o materialismo histórico. Ao fim da tese, porém Benjamin diz que o materialismo histórico, o autômato, pode vencer qualquer adversário, desde que tome a seu serviço ou use a teologia. Logo, nesta parte é o materialismo histórico quem está no controle, ele é quem serve-se da teologia, e não ao contrário.

Assim, aqui não há um controlando ou usando o outro de maneira unilateral, mas sim uma "complementaridade dialética" (LÖWY, 2005, p. 45) entre os dois, pois são ao mesmo tempo mestre e servo um do outro, precisam um do outro. Para exemplificar, cito Löwy:

Walter Benjamin é marxista e teólogo. É verdade que essas duas concepções são habitualmente contraditórias, mas o autor das teses não é um pensador "habitual": ele as reinterpreta, transforma e situa numa relação de esclarecimento recíproco que permite articulá-las de forma coerente. Ele gostava de se comparar a Janus, que com uma das faces olha para Moscou e com a outra para Jerusalém. Mas se esquece frequentemente de que o deus romano tinha duas faces mas uma única cabeça: marxismo e messianismo são apenas duas expressões de um único pensamento. (LÖWY, 2005, p. 36.)

### **A filosofia da história de Benjamin**

Tendo ciência dos elementos constituintes da constelação fundamental da filosofia benjaminiana, creio que já podemos trabalhar, mais especificamente, sua filosofia da história.

Ainda pensando na importância do messianismo judaico e da teologia para a filosofia de Benjamin, comentarei sobre a noção de redenção, que percorre as teses e que insere a dimensão ética, de práxis, que citei anteriormente.

A história dos vencidos, dos oprimidos ou uma verdadeira consciência histórica só pode ser realizada se considerar a redenção. Redenção aqui não deve ser entendida enquanto divina, mas sim realizada no âmbito humano, em relação aos mortos e oprimidos do passado, de forma a reparar todo abandono e desolação à eles imposto por desigualdades e injustiças sociais e políticas. Em Benjamin, a realização da felicidade individual no presente, assim como a emancipação, passa pelo resgate da felicidade de cada geração anterior que sofreu na



mão dos vencedores e da história escrita e narrada por estes. Assim, deve haver uma reparação coletiva que deve ser efetuada no campo da história.

O messianismo desta redenção é deslocado aos seres humanos, pois são estes que têm o poder de redimir, vingar e reparar o passado de seus antepassados vencidos. A força ou tarefa messiânica é tirada do divino e passada aos humanos. Tal tarefa é posta por Benjamin como uma missão, uma necessidade, pois é o dever da geração presente reparar toda maldade e desigualdade imposta às gerações passadas. Não lutar, não buscar a emancipação do jugo do capital, por exemplo, é autodeclarar-se culpado também de toda dor e sofrimento sentidos anteriormente, além da realização dos objetivos pelos quais lutaram mas não alcançaram. Afinal, não há redenção para o presente se não redirmos o sofrimento do passado. “Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos precedeu, uma fraca força messiânica, a qual o passado tem pretensão. Essa pretensão não o pode ser descartada sem custo. O materialista histórico sabe disso”. (LÖWY, 2005, p. 48)

Isto relaciona-se com a concepção de história hegemônica, que Benjamin denomina de história dos vencedores, uma vez que a história contada e transmitida é a história dos vencedores, espoliadores e colonizadores. Logo, o que deve fazer o historiador materialista histórico é rememorar, redimir os vencidos da história. “A redenção messiânica/revolucionária é uma tarefa que nos foi atribuída pelas gerações passadas. Não há um Messias enviado do céu: somos nós o Messias, cada geração possui uma parcela do poder messiânico e deve se esforçar para exercê-la.” (LÖWY, 2005, p. 51)

Com traz Benjamin na Tese VII (Cf. LÖWY, 2005, p. 70.), os bens culturais, a própria história hegemônica, contada e disseminada, nada mais são que os bens culturais da modernidade. Dentre estes, não há, para o autor, um que não sejam também produto da barbárie. Por isso, deve o materialista histórico afastar-se deste fazer historiográfico hegemônico, uma vez que esta marcha não lhe responde, não lhe representa. Logo, deve romper com tal cortejo triunfal e 'escovar a história a contrapelo' (LÖWY, 2005, p. 70.), em outras palavras, não mais idolatrar o factual, como já rejeitava Nietzsche em sua segunda consideração extemporânea, “Da utilidade e desvantagem da história para a vida”.

Falar da história dos vencidos é tratar da luta de classes, mas, para Benjamin, nesta não devemos ver como coloca Löwy,

"o desenvolvimento das forças produtivas, a contradição entre forças e relações produtivas, as formas de propriedade ou do Estado, a evolução dos modos de produção (...) mas a luta até a morte entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados, dominantes e dominados." (LÖWY, 2005, p. 59).

Isto porque o poder e a força de uma classe não provêm de sua força econômica e política, mas é produto de um processo histórico, de vitórias históricas em relação às classes que dominou. E esta é a história hegemônica - que citei acima - e que apresenta uma sucessão sem fim de vitória dos poderosos, de forma progressista, evolucionista, enquanto acumulação de conquistas, como se tais conquistas fossem um passo a passo, degrau a degrau, de um processo rumo a liberdade, a racionalidade e a civilização.

Nisto, podemos ver um dos inimigos que Benjamin buscou confrontar em sua filosofia da história: a noção de progresso, que, junto com o positivismo historicista, apresentam, em consonância, uma noção de tempo vazio e homogêneo.

Benjamin não se rebela apenas contra a *emprestada* normatividade de uma compreensão da história que resulta da imitação de modelos passados; ele luta igualmente contra aquelas duas concepções que, já no terreno da compreensão moderna da história, interrompem e neutralizam a provocação do novo e do absolutamente inesperado. Ele se volta, por um lado, contra a ideia de um tempo homogêneo e vazio, preenchido pela "obstinada fé no progresso" do evolucionismo e da filosofia da história, mas também, por outro, contra aquela neutralização de todos os critérios que o historicismo opera quando encerra a história em um museu e desfia "entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário". (HABERMAS, 2000, p. 17.)

As doutrinas progressistas, para Benjamin, podiam ser encontradas na social-democracia, por exemplo, que via na humanidade um progresso infundável, o que para eles estava necessariamente ligado a uma noção de tempo homogênea e vazia. Para Benjamin, tal implicação, ou seja, tal noção de história, não é necessária a uma noção de progresso social, assim sendo, deve-se distinguir entre o processo dos conhecimentos e das habilidades, da técnica, da ciência, com o progresso humano, dimensão na qual habita a moral, o social e a política. Tal progresso social-humano só seria alcançado, na visão do autor, por uma ruptura radical para com a história dos vencedores, a história hegemônica. Isto só pode ser assim pois a continuidade e o progresso *ad infinitum* não são a emancipação, o rumo à liberdade, mas a continuidade e progresso da dominação. A continuidade, a ausência de uma ruptura neste tempo linear, homogêneo e vazio, é a permanência do dado, da regra, da história dos vencedores, ou, pondo em outras palavras, mais especificamente nas de Löwy: "Os únicos momentos de liberdade são interrupções, descontinuidades, quando os oprimidos se sublevam e tentam se autoemancipar." (LÖWY, 2005, p. 117). Cito ainda a tese XIII:

A tese socialdemocrata, e, mais ainda, a sua práxis estavam determinadas por um conceito de progresso que não se orientava pela realidade, mas que tinha uma pretensão dogmática. O progresso, tal como ele se desenhava na cabeça dos social democratas, era, primeiro, um progresso da própria humanidade (e

não somente de suas habilidades e conhecimentos). Ela era, em segundo lugar, um progresso interminável (correspondente a uma perfectibilidade infinita da humanidade). Em terceiro lugar, ele era tido como um progresso essencialmente irresistível. Cada um desses predicados é controverso, e cada um deles oferecia um flanco à crítica. Mas essa, se ela for implacável, tem de remontar muito além de todos esses predicados e dirigir-se àquilo que lhes é comum. A representação de um progresso do gênero humano na história é inseparável da representação do avanço dessa história percorrendo um tempo homogêneo e vazio. A crítica à representação desse avanço tem de ser a base crítica da representação do progresso em geral. (LOWY, 2005, p. 116)

Assim, para ser efetiva a crítica a esta concepção estéril de história, dominadora de história, deve conter, em sua base, uma crítica ao fundamento comum do dogma desta temporalidade vazia, repetitiva, contínua, que constitui-se a partir de linearidade e ruínas. Esta concepção vazia de tempo pode ter enquanto alegoria o relógio, pois em ambos vê-se o tempo enquanto um vazio, um recipiente, que vai acomodado, de forma indiferenciada, os acontecimentos, os eventos que ocorrem. Concepção quantitativa, tempo enquanto acumulação de eventos, de acontecimentos. Aqui, tem-se um tempo semelhante ao espaço, reduzido a uma linha infinita, absoluta.

Contra isto, Benjamin elabora uma nova concepção, um tempo heterogêneo. Nas palavras de Benjamin, na Tese XIV: “A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo *tempo-de-agora* [*Jetztzeit*].” (LÖWY, 2005, p. 119). *Jetztzeit* aqui seria uma noção de tempo herdada da cultura judaica, no qual devemos entender uma fenda no tempo linear e vazio, um momento único que chama à ação, que nos chama a romper com essa homogeneidade temporal. O tempo para Benjamin nada mais deve ser entendido que ‘agoras’, que possibilidades e chances de mudança na ordem dada das coisas.

Permitir que a noção homogênea e vazia de história continue a vigorar é permitir uma volta do mesmo, enquanto a revolução seria a ruptura dessa linearidade, uma mudança mais profunda, um salto dialético, um 'salto de tigre em direção ao passado' que levaria ao futuro, que nos permitiria cessar a grande marcha do progresso. Este salto ao passado - que deve ser entendido com um teor melancólico, típico da filosofia benjaminiana - significaria salvar a herança dos vencidos, inspirando-se nela para romper e interromper a tragédia atual, e nisso consiste a nostalgia benjaminiana: saudar o passado enquanto um desvio do presente, um desvio potente que possibilite a mudança do atual, do presente, não em vias de um retrocesso, mas de um salto além, ao futuro.

Permitir a marcha de um tempo linear e homogêneo nada tem de revolucionário. Se esta noção de tempo embasa a tese progressista de um social-democrata, por exemplo, ela esteriliza sua potência revolucionária, sua possibilidade de emancipação, de rompimento com o cortejo dos vencedores. Mas por qual motivo? Por conta de seu otimismo. Se para os marxistas vulgares ou social-democratas a noção de progresso permite uma certa comodidade, pois carrega consigo um evolucionismo e um otimismo de que este progresso levará a emancipação, para Benjamin a revolução, o progresso humano (considerado aqui não como técnica ou ciência, mas âmbito moral, social, político) não é irresistível, não é necessário.

Nada parece mais derrisório aos olhos de Benjamin do que o otimismo dos partidos burgueses e da social democracia, cujo programa político é apenas um "poema de primavera de rna qualidade". Contra esse "otimismo sem consciência", esse "otimismo de diletantes", inspirado na ideologia do progresso linear, ele descobre no pessimismo "o ponto de convergência efetivo entre Surrealismo e comunismo". É evidente que não se trata de um sentimento contemplativo, mas de um pessimismo ativo, "organizado", prático, voltado inteiramente para o objetivo de impedir, por todos os meios possíveis, o advento do pior. (LÖWY, 2005, P. 23-4.)

Em seu pessimismo, Benjamin admite que não basta esperar o curso natural da história nos trazer a revolução, por ela temos que lutar, há uma necessidade de ação, da práxis. Se o curso da história depende dos homens, o rompimento do vigente também depende. Aqui, mais uma vez, está presente a 'frágil força messiânica' existente em cada ser humano, da qual podemos derivar uma ética.

### **A proposta de Benjamin: uma filosofia da história ética**

Com os aspectos colocados, já podemos começar a delinear a ética, a práxis existente no fazer história para um ponto de vista materialista-benjaminiano. A historiografia materialista marxista que deve ser construída e realizada não pode confundir-se com a face reificada do materialismo. O materialista que toma como missão e que reconhece sua missão, de honrar o passado vencido, participa de um movimento dialético do material e do espiritual (LÖWY, 2005, p. 59), uma vez que não funciona mais na dicotomia estrutura x superestrutura, mas que luta pelo material a partir de uma animação espiritual, como coloca Löwy: "Se não fosse estimulada por algumas qualidades morais, a classe dominada não conseguiria lutar por sua libertação." (LÖWY, 2005, p. 59).

Assim, tomar para si a responsabilidade das lutas passadas e do sofrimento passado nos faz participar e exercer tal ética. Nela, devemos usar da história enquanto um método de experiência com esse passado, pois só assim o materialista histórico encontrará sua própria

libertação, a emancipação e a felicidade do presente. Olho para o passado para lembrar e honrar o que fora esquecido pela história dos vencedores e assim, nesse movimento, potencializo minha própria luta. Como Benjamin nos diz, “A relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente.” (LÖWY, 2005, p. 61)

Esta potência, esta iluminação do passado no presente e no fazer um futuro, é necessária se considerarmos o caráter não-fatalista, não-irresistível da filosofia da história de Benjamin. Este caráter não-teleológico e não-determinista nos mostra, juntamente com o clamor do passado à nossa geração, a necessidade da ação humana na construção da história, a necessidade humana de não apenas construir o futuro, mas também experimentar o passado para que assim seja possível construir um futuro diferente.

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo 'tal como ele propriamente foi'. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito no instante do perigo. (LÖWY, 2005, p. 65.)

Poder experimentar o passado e não ter mais um *telos* irresistível, uma história determinista, permite-nos falar da abertura da filosofia da história de Benjamin. Nesta, todos os momentos são possibilidades, sejam de catástrofes ou de emancipação, sendo estes nada mais que uma aposta, que uma tentativa, um engajamento e nunca uma certeza.

Ter uma história aberta é a possibilidade de voltar ao passado para lê-lo novamente, de outra maneira, redimindo ou matando novamente, como por exemplo nossos mortos, uma vez que, como nos diz Benjamin, nem os mortos estão seguros diante do inimigo, caso este vença, considerando que este não cessa de vencer. Tal movimento não seria possível em uma historiografia vulgar, uma vez que "o Historicismo arma a imagem eterna do passado, o materialismo histórico, uma experiência com o passado que se firma aí única." (LÖWY, 2005, p. 128)

Nos fica claro que essa abertura da história é indissociável de uma ação política, ética e social, em outras palavras, de uma responsabilidade pelas vítimas dos vencedores do passado, e dos atuais que citei acima e que possibilitará a emancipação. (Cf. LÖWY, 2005, p. 159).

A abertura do passado quer dizer também que os chamados 'julgamentos da história' não têm nada de definitivo nem de imutável. O futuro pode reabrir os dossiês históricos 'fechados', 'reabilitar' vítimas caluniadas, reatualizar esperanças e aspirações vencidas, redescobrir combates esquecidos, ou considerados 'utópicos', 'anacrônicos' e 'na contracorrente do progresso'.

Dessa maneira, a abertura do passado e do futuro estão estritamente associadas. (LÖWY, 2005, p. 158.)

Essa potência emancipatória que a abertura da história possibilita reside na redescoberta de lutas passadas, de maneira a reatualizar e reforçar esperanças e projetos. Tal movimento é útil para que vejamos que nossa luta é possível e deve ser buscada.

A força advinda da experiência com o passado deve ser aplicada no agora saturado e qualitativo, uma vez que todo momento é uma possibilidade para rompermos então com o *continuum* do progresso, com este tempo linear acumulador de ruínas e catástrofes, de maneira que rompamos também com a história dos vencedores, com a tradição e com os monumentos de barbárie.

Este rompimento com o *continuum* do progresso passa também pela experiência com o passado, pelo salto dialético, citado acima. Realizar tal salto de volta ao passado, sob uma melancolia nostálgica, nos permitirá avançar a uma concretização real da emancipação.

Como nos mostra Seligmann-Silva, esta ética presente na filosofia da história de Benjamin não deve ser entendida enquanto uma reflexão acerca da moral, mas, como já apontei anteriormente, uma forma de agir, de construir algo visando uma redenção, a salvação de uma cultura, de uma maneira de organizar e reproduzir, uma tradição da barbárie que lhe é constituinte. “Esse compromisso com a ética deve ser pensado antes de tudo como um modo de tentar salvar nas representações culturais a violência que está na origem da cultura.” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 53.) Esta práxis ética deve ser entendida a partir da redenção, da memória enquanto um compromisso com os vencidos da história.

A ética da memória de Benjamin tem um duplo caráter: de um lado ela tem de buscar destruir a falsa ordem das coisas, as maneiras pelas quais os eventos passados têm sido narrados e passados adiante; por outro, deve construir um novo espaço mnemônico, ou seja, abrir um espaço e escrever uma história emancipada, dos vencidos e do que tem a de vir. (Cf. SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 56.)

A redenção não messiânica deve ser entendida aqui talvez enquanto um momento que possibilitará tal ética proposta por Benjamin, pois além de honrar nossos mortos, aqueles que como nós lutaram pela emancipação e pela felicidade, ela também nos permite acender, potencializar a luta, mostrando as experiências passadas e as demandas de outras gerações.

**Referências Bibliográficas**

BENJAMIN, W. **Origem do drama trágico alemão**. trad. João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRETAS, A. **Fantasmagorias da modernidade: ensaios benjaminianos**. São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

GAGNEBIN, J. **Teologia e Messianismo no pensamento de W. Benjamin**. Estud. av., São Paulo, v. 13, n. 37, p. 191-206, Dec. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300010)> . Acesso em 11 de Maio de 2018.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Luiz Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LÖWY, M. **Alarme de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. trad. o Marco Antônio Casanova. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. **A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2009.

# DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL - A MÚSICA NEGRA COMO FRUTO DE IDENTIDADE

Pamela Lacorte da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

A presente pesquisa visa discutir e identificar, sob o contexto da diáspora africana, os elementos que se fortalecem por meio da música negra produzida no Brasil, focando nos blocos afro-baianos - no período do século XX adiante. Lida com a busca por um símbolo de resistência e autoestima para a história do povo negro, na medida em que a música negra dialoga com aspectos da negritude, da memória e da identidade de um povo e de sua ancestralidade.

**Palavras-chaves:** diáspora africana, música negra, blocos afro, diáspora negra.

## ABSTRACT

The current research aims to discuss and investigate, in the context of the African diaspora, the elements that are fortified through the black music produced in Brazil, focusing the *bahian afro blocos* - mainly from 1970's. The paper deals with the search for a symbol of resistance and self-esteem for the history of black people, with focus in how black music dialogues with aspects of blackness, memory and identity of a people and their ancestry.

**Keywords:** African diaspora, black music, blocos afro, black diaspora.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: pamela.silva@aluno.ufabc.edu.br



## **Introdução**

Analisando brevemente o cenário precursor dos blocos negros de Salvador, que correspondem a uma vertente da música negra produzida no território brasileiro, a pesquisa busca refletir sobre os símbolos e os atributos presentes nestas organizações, que, simultaneamente, sejam característicos da diáspora africana. O objetivo é entender como estes símbolos impactam questões do âmbito social e político, tanto quanto àquelas voltadas à herança cultural, e em outras palavras, encontrar perspectivas de relação entre a música negra brasileira e as diásporas africanas.

Existem culturas negras em contextos diferentes (SANSONE, 2003). Aproveitando-se desta acepção é possível discutir o conceito de diáspora negra. Sendo a diáspora dos povos africanos – na Ásia, Europa e principalmente América – entendida através de um sentido múltiplo, no qual a primeira delas foi produzida em grande escala entre os séculos XV e XIX, por meio do tráfico atlântico de africanos e a escravidão, quando cerca de 12 milhões de pessoas chegaram às Américas. O segundo momento, ou a segunda diáspora, se dá por deslocamentos voluntários – são as migrações, o retorno de ex-escravizados à África, e como exemplo, a ida e vinda de angolanos a Lisboa e ao Brasil. Ambas se enquadram em deslocamentos físicos (GUERREIRO, 2010). A terceira diáspora, que é a contemporânea, possui uma perspectiva virtual; é o deslocamento de signos estimulado pela conexão e comunicação digital. Em suma, dentro de uma compreensão do conceito, que é elementar para este artigo, diáspora é: criação, renovação, ruptura e permanência, tudo ao mesmo tempo, e, além disso, também é redefinição de uma identidade histórica em construção.

O mundo atlântico negro abriga as diásporas negras, permitindo produções e práticas culturais negras. Dispondo de uma estrutura transnacional, o Atlântico negro (GILROY, 2001) funciona como um sistema de comunicações globais, tanto em relação às pessoas, como às informações e mercadorias, que redefine novos padrões e, conseqüentemente, trocas culturais. Entre estas últimas, encontra-se um espaço substancial, e em cena entra a música. Uma produção musical brasileira e negra, em um momento de rejeição dos padrões culturais eurocêntricos, com forte presença dos blocos afro-baianos, exalta o que, até então, não reconhecia seu devido valor.

## **A diáspora africana além de história e movimento**

A influência da diáspora africana é vista, notada e sentida em diversos aspectos. Para além de um conceito, é importante pensar a noção de diáspora para o entendimento do mundo

negro. Sobre as preocupações dos diversos pesquisadores a respeito da diáspora negra, uma destas que se destaca para Silva (2012) são “os possíveis elos que fazem com que povos negros em diferentes países se sintam conectados de diferentes maneiras e apresentem características semelhantes” em modo de agir e modo de enfrentar alguma adversidade. No caso desta pesquisa vincula-se o conceito da diáspora negra à música negra, esta que pode ser entendida num semelhante “modo de agir”, mas funciona para o enfrentamento de adversidades também.

Interessa aqui a percepção do que seria diáspora. A palavra em si refere-se à dispersão ou deslocamento, mas segundo Santos (2008), recentemente também é utilizada como referência aos movimentos dos povos africanos e afro-descendentes no interior do continente negro ou fora dele. Entende-se em pelo menos duas perspectivas mais diretas:

A diáspora traz em si a idéia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. Também pode ser uma dispersão incentivada ou espontânea de grandes massas populacionais em busca de trabalho ou melhores condições de vida (SANTOS, 2008, p. 181).

O sociólogo afro-britânico Paul Gilroy trata do conceito de diáspora africana em meio às culturas do Atlântico negro: estas se conectam e se consolam pela mediação do sofrimento e das formas de pertencimento. Para além de "apenas movimento em si", há necessidade de que a diáspora seja entendida por toda sua amplitude, ou seja, como o encontro de conexões e desconexões, de fraturas e novos enraizamentos, sendo múltipla e transnacional. Como fenômeno que, embora ligada inicialmente com a involuntária captura, chegada e adaptação em ambiente desconhecido de homens e mulheres, é também provedora de identidades e "maneiras de ser" redefinidas.

Sob a ideia-chave da diáspora, nós poderemos então ver não a "raça", e sim formas geo-políticas e geo-culturais de vida que são resultantes da interação entre os sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem (GILROY, 2001, p. 25).

Goli Guerreiro, antropóloga afro-brasileira que pesquisa as culturas negras no mundo atlântico, desenvolveu o conceito contemporâneo de Terceira Diáspora, caracterizado pelo “deslocamento de signos – textos, sons, imagens – provocado pelo circuito de comunicação da diáspora negra. Potencializado pela globalização eletrônica e pela web, coloca em conexão digital os repertórios culturais de cidades atlânticas” (2010, p. 10), que, por exemplo, pode ser percebido em ícones, modos, cabelos, gestos e músicas. Ademais, sua alusão com o mundo atlântico, estudado pela autora, se mostra conectado com o Atlântico negro, que se constitui como forma de perdurar historicamente:

Clifford, Paul Gilroy, Stuart Hall destacam o sentido de movimento e de transnacionalidade da noção de diáspora. No mundo atlântico o termo remete às histórias culturais dos negros no Ocidente e suas relações com o continente africano. (...) O mundo atlântico é marcado por uma particularidade - ele produziu e abrigou diásporas negras. A configuração dessas diásporas implica escravidão e migrações, e também trocas, encaixes e (des)conexões. Esse processo coloca em cena realidades tecidas de encontros e antagonismos, de exploração e resistência, de culturas e contraculturas [bell hooks] (GUERREIRO, 2010, p. 12-13).

Profundo e disseminador, o mundo atlântico carrega em si uma vastidão de outros cosmos, tantas vezes interligados e complementares. Repleto de uma diversidade cultural e, também, simultaneamente berço para produções e práticas culturais negras em diáspora - que se visibilizam como recursos:

Muitas das experiências vividas e geradas no contexto novo no qual as populações africanas foram inseridas por via da diáspora, instigados por força do desterro e privações também redimensionaram as noções de pertencimento, uma vez os espaços vitais de existência haviam desaparecido, o espaço das práticas culturais talvez tenha se tornado o único refúgio, aí é que se puderam de alguma forma preservar as concepções do mundo. (SILVA, 2005, p. 89)

Nesta perspectiva, o significado de diáspora evolui para além de uma história antiga e de um movimento finalizado. Apesar de, em sua fase inicial, surgir marcada pela dor e pelo sangue de povos desenraizados de sua terra, possui, ao mesmo tempo, um caráter que é capaz de “projetar a riqueza plural das culturas negras em diferentes partes do mundo em contraponto a suas sensibilidades comuns” (GILROY, 2001, p. 171); sendo isto tanto para aquelas herdadas “residualmente” da África, como para as culturas pós período de escravidão racial.

### **Produção de música negra brasileira**

A música negra brasileira, fluente e influenciadora, não pode ter seu início reduzido a uma data; assumiu como pauta desde o canto e as cantigas ancestrais dos escravos, ao álbum "A Mulher do Fim do Mundo" (2015) de Elza Soares, premiado com o Grammy Latino no ano seguinte. Levando em consideração a notável produção artística musical do país, o que se pode fazer é destacar alguns de seus representantes.

No caso desta pesquisa, o foco será os *blocos afro*<sup>2</sup>. Analisando o contexto de consolidação da aparição desses blocos no carnaval de Salvador (BA), em meados da década de 1980, com forte presença de cores e percussões da cultura negra. Representando gestos, danças e movimentos de uma cidade que possui cerca de 72% de sua população negra, os

---

<sup>2</sup> Associações culturais carnavalescas afrodescendentes (OLIVEIRA, 2012, p. 105)

blocos surgem com firmeza num processo de reafrikanização, “inaugurando a reinvenção da África” (OLIVEIRA, 2012, p. 105-106). O fenômeno é conduzido por uma expansão na cena musical, carregado de criatividade, simbologia e tambores, tanto que Guerreiro (2000) observa:

(...) A imprensa nacional desembarcava para investigar a novidade musical que vinha da Bahia: a música percussiva produzida pelos blocos afro-carnavalescos de Salvador – e voltando ao eixo Rio-São Paulo, a *Folha de S. Paulo* alardeava: "a Bahia virou a Jamaica". Em 88, a mídia anunciava que em Salvador os blocos afro haviam inventado o samba-reggae, um novo ritmo que mesclava samba duro com reggae jamaicano, transformando a música em bandeira política com força suficiente para barganhar cidadania para o negro baiano, chamando atenção para a vitalidade da cultura negra na Bahia. Enquanto as matérias traçavam um perfil do movimento musical afro-baiano, as imagens mostravam a performance corporal dos percussionistas, que elaboravam coreografias vigorosas enquanto tocavam seus tambores multicoloridos (GUERREIRO, 2000, p. 21).

O vínculo entre os ritmos de Jamaica e Bahia, o samba-reggae e o afro-baiano ressaltaram a figura elementar do corpo e do povo negro. As letras das canções se espalham por “correio nagô”, que popularmente na região significa “boca a boca”, e se tornam conhecidas nos bairros da cidade de Salvador. Destaque para os bairros negro-mestiços, fundadores então de diversos blocos afro, entre eles: Liberdade (Bloco Ilê Aiyê), Pelourinho (Bloco Olodum), Itapuã (Bloco Malê Debalê), Periperi (Bloco Ara Ketu), etc. Com o passar do tempo, rapidamente a produção musical vai ganhando força e se revelando como forma para a militância negra, que procurava um padrão de negritude.

Um dos acontecimentos que influenciaram em grande medida aos jovens dos anos 70s, especialmente aos fundadores dos blocos afros, foi o contexto ideológico musical que estava se manifestando fortemente, em setores afrodescendentes dos Estados Unidos e da Jamaica, quem tendo uma história comum de marginalização, com os afrodescendentes soteropolitanos, estavam lutando pelas desigualdades existentes através da reafirmação da sua identidade. (...) Inspirados pela exaltação internacional do cenário descrito, os chamados blocos afros surgem para continuar o conceito de reafirmação da sua cultura ancestral, assim também relata Guerreiro (2000, p. 88) “as letras das canções apontavam um intercruzamento ideológico entre Bahia, EUA e Jamaica.”, reafirmando a conexão da diáspora (VERGARA, 2017, p. 98).

A produção musical negra, especialmente no contexto da década de 80 e adiante, produzida no Brasil e, no caso da pesquisa, mais especificadamente no território soteropolitano, se estende e se incorpora em um momento efervescente da música carnavalesca, com a ligação entre os símbolos africanos e o som dos blocos afro, dos blocos de trios elétricos e das bandas baianas carnavalescas.

Carregando também, em algumas interpretações, a expressão de *Axé Music*, designando a união - além da simbologia: “axé” em referência ao afro, ao Candomblé; e “music” sobre o efeito *pop* representados pelo refrão e a repetição -, de estéticas e instrumentos musicais distintos (CASTRO, 2010). Funciona de maneira que leva a imagem e o som da maior cidade negra no Brasil para o mundo, em um diálogo com a internacionalização do gênero musical composto por misturas, ligações e identidades negras.

### **O reflexo e as reflexões da diáspora africana na música negra**

É interessante a contextualização do que se entende por cultura negra. Na verdade, são culturas, em plural, e estas existem em contextos diferentes. Pode-se definir como cultura negra a “subcultura” específica das pessoas de ascendência africana, num sistema social que “ênfatize a cor, ou a ascendência a partir da cor, como critério importante de diferenciação ou segregação das pessoas” (SANSONE, 2003, p. 23), com a evidência de que há transmissão entre diferentes gerações de valores e princípios culturais específicos. Sansone (2003) ressalta o fato de que a identidade negra é caracterizada de forma relacional e contingente, podendo variar no espaço, no tempo e nos mais distintos contextos.

Guerreiro (2009) relaciona o conceito de mundo atlântico, fundamentado pela definição de "Atlântico negro" por Gilroy (2001), com a diáspora africana e a sua complexidade, que aborda, em sua composição, a escravidão e os conflitos, assim como as trocas e as memórias que dialogam. Em meio a conexões, contatos e comunicações que o mundo atlântico negro comporta e transpõe, a música negra possui uma pauta importante.

Seja por seu poder no desenvolvimento, pela comunicação e pela organização da consciência, seja por se tornar de fato vital para a autonomia negada em fazendas e senzalas (GILROY, 2001), a música das vozes negras também é constantemente uma barreira contra os efeitos corrosivos do racismo e do empobrecimento, em uma perspectiva individual e/ou coletiva. Encaixam-se e conectam-se como peças que reconstruem uma história por meio de lutas com instrumentos culturais, políticos, e inclusive, musicais.

A preeminência da música no interior das comunidades negras diversificadas da diáspora do Atlântico é em si mesma um elemento importante na conexão essencial entre elas. Mas as histórias de empréstimo, deslocamento, transformação e reinscrição contínua, abarcadas pela cultura musical, são uma herança viva que não deve ser reificada no símbolo primário da diáspora e em seguida empregada como alternativa ao apelo recorrente de fixidez e enraizamento. (GILROY, 2001, p. 209)

O produto da estética afro-baiana, vinculado tanto com a percussão brasileira quanto com referências internacionais advindas das conexões do mundo atlântico, se dá pelo samba-

reggae (GUERREIRO, 2009, p. 3). As trocas-diaspóricas culturais e de informações que envolvem, de maneira diversa e contínua, o Atlântico negro, se encontram e se representam na música afro-baiana, relacionada a este efeito e estética dos anos 80 - com o fenômeno efervescente dos blocos.

Além de criadores musicais, os blocos afro são um segmento significativo do movimento negro baiano e são protagonistas do processo que afirmou Salvador como uma cidade negra. Eles representam a ascensão da negritude soteropolitana e a configuração de uma política anti-racista, na medida em que afirmam uma estética negra que também reflete o circuito atlântico de comunicação (GUERREIRO, 2009, p. 4).

A respeito de reflexos e reflexões pela relação entre a música brasileira produzida por negros – ou a música negra produzida no Brasil – e a diáspora africana, alguns pontos podem ser notados, como por exemplo: o conteúdo das letras, os instrumentos e a estética. Os dois primeiros pontos serão discutidos nesta seção, enquanto o último será abordado com mais profundidade na quarta seção.

Manifestada de diversas maneiras, a intensidade da África em diáspora se pode encontrar, inclusive, por meio das técnicas de construção e de manejo de instrumentos musicais (SILVA, 2005, p. 39), responsáveis de constituírem e definirem os vigentes estilos musicais. O reconhecimento e a resistência de um povo, cujas histórias são desfavorecidas e mal-contadas em uma perspectiva “clássica”<sup>3</sup>, é de estimado valor, e se articula com uma construção histórica, social e política da memória e da identidade.

As letras das canções afirmam e defendem a figura negra e sua cultura, caracterizadas por um discurso anti-racista. Com o conteúdo engajado no “reescrever da história” do povo africano, em uma ótica que não seja a do colonizador. Em referência às pesquisas sobre a história da África realizadas pelos blocos afro, seus conhecimentos dela são difundidos por apostilas feitas e distribuídas entre os compositores, com o propósito de criação das letras (GUERREIRO, 2000, p. 51); além do uso de expressões em iorubá – língua africana falada principalmente na parte sudoeste do continente – nas canções, que dialogam diretamente com a cultura e a memória ancestrais.

---

<sup>3</sup> “A História dos africanos e dos afro-descendentes pode ser identificada como uma memória social marginalizada, que agora apreendida e reivindicada pelos grupos negros transforma-se em espaço de tensões e lutas. A escrita clássica da história nacional, que quer apagar as marcas da diversidade, já não se sustenta, não pode mais resistir a uma lenta e vigorosa erosão, causada pela emergência das perspectivas dos grupos étnicos, das comunidades inteiras de excluídos, sejam operários, perseguidos políticos e desterrados de ontem e de hoje.” (SILVA, 2005, p. 85)



### **A estima da negritude e a contribuição identitária nos blocos afro**

Santos (2014) discute, em sua tese de doutorado, o que vem a ser a *estética da negritude* expressada pela música produzida no Brasil, e sua relação para com a identidade nacional, principalmente pelo povo negro. Ela analisa intérpretes e compositores brasileiros, a fim de mostrar elementos que alimentam o desenvolvimento do conceito de estética da negritude (que se constitui em três eixos temáticos: africanidade, mestiçagem e orgulho negro) na música e na identidade brasileiras.

O encontro da africanidade e do orgulho negro é a relação que chama atenção para esta pesquisa. O discurso da negritude é encontrado na música popular, tanto no sentido de *revival* das Áfricas mitológicas, quanto na reconfiguração desse discurso negritudinista enquanto diálogo com as culturas das “Áfricas diaspóricas” e com a África moderna (TROTTA, SANTOS, 2014, p. 14) - fenômeno atestado principalmente no samba e nos blocos afro-baianos, não esquecendo de que o discurso da negritude desliza por diferentes contextos, incluindo “reelaborações conceituais e estéticas” na formação da música popular brasileira.

Rejeitando os padrões culturais eurocêntricos, é trazida a tal momento “uma concepção de beleza compostas de cabelos trançados, de pele escura, de nariz chato, de boca larga, de quadris avantajados e de pés chatos” (OLIVEIRA, 2012, p. 107). Exaltando o que até então não possui valor admirado, o comportamento do negro baiano se revolucionou – e os encarregados por isto foram demasiadamente os blocos afro-baianos, entre eles o “Bloco Afro Ilê Aiyê”, criado no bairro Liberdade nos primeiros anos da década de 1970.

A partir dele [grupo Zorra Produções, criado no início dos anos 70, de onde surgiu a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê], tornou-se natural ver, nas ruas de Salvador, mulheres de cabelos trançados naturais ou com o *megahair*, quando, em décadas anteriores, cabelos trançados estilo nagô eram sinônimo de pobreza e feiura, assim como também foi importante para que as pessoas, principalmente as negras, passassem a usar roupas coloridas e estampadas e modelos de inspiração africana. (...) Em 1976, este bloco foi o pioneiro em criar o evento intitulado Noite da Beleza Negra, no qual se elege uma mulher negra através do concurso “A Deusa do Ébano”, apresentada à sociedade brasileira como rainha-deusa. A estética, a dança e a música são usadas como bases para a autoafirmação, a elevação de sua autoestima e o seu autoconceito, enquanto mulher negra, reagindo à ideologia hegemônica eurocêntrica de beleza (OLIVEIRA, 2012, p. 106-107).

É o resultado do que seria a estética diaspórica, como define Oliveira (2012), que, em muitas criações – dança, música, adereços –, “se entrelaçam e atravessam várias fronteiras”, não apresenta formas puras ou únicas. O negro se percebe, se aceita e se (re)cria com base em tudo o que a sua história tem a dizer; sua identidade é reconstruída e sua estima ganha cores e

formas. É a colaboração, devido à multiplicidade de elementos, para uma identidade que traduz em um tempo e espaço as facetas de um orgulho negro, e a reação de uma história em diáspora e em criação. Nessa perspectiva, Oliveira (2016) expõe acerca da identidade negra:

Se a identidade negra é uma construção social que se relaciona ao lugar ocupado na sociedade pelo indivíduo, ela também se refere à forma como as pessoas se percebem e como criam suas próprias narrativas, de formas inconstantes e, eventualmente, contraditórias, refletindo visões de mundo, experiências particulares e constrições do grupo no qual estão inseridas (OLIVEIRA, 2016, p. 20).

Alcançando com êxito a multidão negra de Salvador, os blocos afro a atingem, e sua música lhes transforma. Os símbolos, as tradições e as novas concepções são aplicadas e enraizadas no Carnaval baiano, que resiste e se fortalece em meio a uma vastidão de Axé, música, memória e identidade, luta e celebração.

A música transformou o sentido do termo “negão”. Todo fã da cena musical afro-baiana passava a se chamar assim. Negões e negonas são pessoas espertas, conscientes de sua negritude e antenadas com os movimentos culturais locais, africanos, jamaicanos e norte-americanos. Exibem roupas coloridas, cabelos extravagantes com a postura de quem admira a si mesmo. Pretos e brancos se identificaram com o *hit* do verão de 1987 e Gerônimo [Santana; compositor e cantor soteropolitano] era um dos negões mais famosos da cidade (GUERREIRO, 2000, p. 24).

## Conclusão

A década de 1980 para o Carnaval baiano trouxe cores, tambores e simbologia para a apresentação de um novo mundo, que é “o Mundo Negro”<sup>4</sup>. Com o brio de uma reinvenção da África, da reafricanização, a cidade de Salvador se torna afirmativamente uma cidade negra. Em meio a mudanças de valores e estética, a valorização do povo negro e a reafirmação de sua identidade e ancestralidade transformam a cena de militância, principalmente com a contribuição das organizações carnavalescas negras, que pautam uma luta anti-racista; e a testemunham com as letras das canções, os instrumentos musicais e a estima da identidade, buscando representar e firmar o negro em termos tanto estéticos, quanto culturais.

Recorrendo à reconstrução de uma história por meio de lutas – utilizando-se de instrumentos culturais, políticos e musicais –, a música negra, através das conexões e desconexões do mundo atlântico negro, corrobora para desenvolver e organizar a consciência da negritude, e é fundamental para resgatar a autonomia negada (em momentos de opressão) e para denunciar a perda de liberdade. A música funciona como uma barreira contra os efeitos

---

<sup>4</sup> Música do primeiro desfile do Ilê Aiyê (1975) com o tema “Que bloco é esse?” - de Paulinho Camafeu. O trecho é: “Que bloco é esse? Eu quero saber / É o mundo negro que viemos mostrar pra você”.



corrosivos do racismo (GILROY, 2001); ressignificando o homem e a mulher negra em diáspora, sendo muito mais do que uma “coisificação simbólica”. No contexto dos blocos negros de Salvador, constitui a ascensão da negritude soteropolitana e uma política anti-racista, ao mesmo tempo em que lida com a estética negra que reflete o Atlântico negro.

A estética da negritude formada pelo orgulho negro e pela africanidade é expressa na música popular brasileira (SANTOS, 2014) e no discurso da negritude, no interior da cena musical, figurando tanto na configuração do diálogo com as culturas das Áfricas diaspóricas e com a África moderna, quanto no sentido da ressurgência de uma África mítica. A estética diaspórica apresenta criações que se entrelaçam e atravessam várias fronteiras (OLIVEIRA, 2012), inclusive ao revolucionar o comportamento do negro baiano, que tem sua identidade reconstruída, estampando cores, formas e facetas do orgulho negro; e, assim, os blocos afro atingem e transformam a multidão negra soteropolitana.

**Referências bibliográficas**

CASTRO, A. A. Axé music: mitos, verdades e world music. **Per Musi**, Belo Horizonte, n.22, 2010, p.203-217.

ELZA SOARES VENCE GRAMMY LATINO POR DISCO ‘A MULHER DO FIM DO MUNDO’. **HuffPost Brasil**, 18 nov. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2HCT4UP>>. Acesso em: 24 de Março de 2018.

GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. Terceira diáspora: Salvador da Bahia e outros portos atlânticos. In: V ENECULT, 2009, Salvador. **Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2009. p. 1-9.

\_\_\_\_\_. **Terceira diáspora, culturas negras no mundo atlântico**. Salvador: Corrupio, 2010. 200 p.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432 p.

OLIVEIRA, Luciana Xavier de. **A Cena Musical da Black Rio: Mediações e políticas de estilo nos bailes soul dos subúrbios cariocas dos anos 1970**. Tese de Doutorado em Comunicação – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2016.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. **Africanidades espetaculares dos blocos afros: Ilê Ayê, Olodum, Malê Debalê e Bankoma para a cena contemporânea numa cidade transatlântica**. In: Revista Repertório, Salvador, n° 19, p.103-113, 2012.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade : o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil** / Livio Sansone ; tradução : Vera Ribeiro. - Salvador : Edufba ; Pallas, 2003. 335 p.

SANTOS, José Antônio dos. **Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida..** In: José Rivair Macedo. (Org.). *Desvendando a história da África..* 1ed.Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2008, v. 1, p. 09-240.

SILVA, Salomão Jovino. **Memórias sonoras da noite: musicalidades africanas no Brasil oitocentista**. Tese (doutorado em História) - PUC-SP, São Paulo, 2005.

SILVA, D. F. G. **O Som da Diáspora: Um estudo das relações raciais Brasil-EUA a partir da Influência da Black Music Norte-Americana na Juventude Negra Paulistana**. In: VII Copene -

Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros (as), 2012, Florianópolis. Caderno de Resumos, 2012.

TROTTA, Felipe da Costa; SANTOS, Kywza Joanna Fidelis Pereira dos. **Dos Orixás ao Black is Beautiful: a Estética da Negritude na Música Popular Brasileira**. 2014. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Comunicação PPGCOM) - Universidade Federal de Pernambuco.

VERGARA, Karen Ruby Gómez. Que bloco é esse? Posicionamiento del bloco afro Ilê Aiyê no carnaval de Salvador e o movimento do Samba Reggae. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, MA, Brasil, v. 18, n. 34, jan./jun. 2017, pp. 91-106.

# UM ENSAIO SOBRE O ROMANCE *TODOS OS HOMENS SÃO MORTAIS*<sup>1</sup>

Paula Priscila Braga<sup>2</sup>, Vinicius Ramos Pires<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo tem por finalidade analisar o romance *Todos os Homens são Mortais*, da escritora francesa Simone de Beauvoir. Tomando como foco da análise as duas personagens principais, o conde Raymond Fosca e a atriz Régine, propõe-se uma leitura interpretativa do enredo do livro em seus principais momentos e nas suas temáticas mais fundamentais – finitude, liberdade, o sentido da história e da vida – a partir do auxílio teórico de três autores vinculados à tradição da filosofia existencial: Heidegger, Sartre e Camus.

**Palavras-chaves:** Finitude, Existencialismo, Beauvoir.

## Abstract

This text discusses the novel *All Men are Mortal* by French writer Simone de Beauvoir. Focusing on the analysis of the two main characters, Duke Fosca and the actress Régine, it proposes an interpretative reading of the main passages of the book and their fundamental themes -- finitude, freedom, the meaning of life and of history -- departing from the theoretical production of three authors: Heidegger, Sartre and Camus.

**Keywords:** Finitude, Existentialism, Beauvoir.

---

<sup>1</sup> *Todos os Homens são Mortais* é um romance escrito por Simone de Beauvoir publicado originalmente em 1946. Insere-se no contexto das discussões do chamado “existencialismo francês”, que não sendo propriamente uma escola ou uma corrente filosófica, reúne sob o epíteto alguns autores que se concentraram na construção de análises da existência humana com ênfase, sobretudo, no seu caráter indeterminado e constantemente criativo. Alguns destes autores ultrapassaram o âmbito mais técnico da filosofia ligada à fenomenologia para trabalhar suas ideias também através da arte, em especial na literatura e no teatro. Além de Simone de Beauvoir, são eles Jean-Paul Sartre e Albert Camus, ambos laureados com o Nobel de Literatura.

<sup>2</sup> Professora do curso de Filosofia na Universidade Federal do ABC. E-mail: [p.braga@ufabc.edu.br](mailto:p.braga@ufabc.edu.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do ABC.

Não há Vontade de Vida ou Potência, não há *conatus* que suficientemente exprimam essa paixão que é uma vida humana. Talvez é o que possamos concluir com maior segurança ao fim da leitura do romance *Todos os Homens são Mortais*, de Simone de Beauvoir. Pois ao colocar face a face a finitude e a imortalidade, o desejo pela eternidade e pela morte, a angústia pelo *nada* evidente e o tédio haurido de um presente que não encontra termo, não se encontra qualquer síntese que não esta: existir é estar insatisfeito. É o que se apresenta cada vez mais claro ao se acompanhar a jornada estéril do protagonista do romance, Raymond Fosca, que em sua errância não faz senão buscar fugir à sua condição imortal enquanto que, indiretamente, porta como um arauto a evidência empalidecida de que todos os homens são mortais, que a morte é parte inexorável do existir humano, ainda que também seu mais sobejo absurdo. Mais do que isso, Fosca, em seu perpétuo exílio do tempo comum, vê a história humana da perspectiva de um periscópio que se ergue sobre ela, tão perto e tão longe das fulgurações e dramas das incontáveis vidas humanas, mas não à maneira de Deus, e sim como o mais miserável vivente. Assim, em forma de narrativa, Simone de Beauvoir articula um estudo que coloca em jogo a finitude humana, a história, a humanidade e o sentido da vida. A tarefa que nos cabe aqui, analisando *Todos os Homens são Mortais*, é explorar cada um desses temas, tendo como chave de compreensão do romance duas de suas personagens: o conde Raymond Fosca e a atriz Régine.

Régine está numa cidade do interior da França junto a sua companhia teatral, que ali promove uma temporada de apresentações. Nesse lugar, Régine se entedia, assiste o transcorrer lânguido e vazio dos dias. As horas mortas da província são um desperdício de vida, um longo suspiro de lamento pelo tempo que nunca será recobrado. Pesa-lhe este mundo que foge ao seu controle, este mundo no qual só é uma consciência finita e isolada, onde a multidão de existências independentes a ferem no âmago: “Por que sou assim? (...) Quando vejo em torno de mim pessoas que vivem e são felizes, parece-me que me assassinam” (BEAUVOIR, 1983, p.12). E suas inquietações que transbordam em meio à pasmaceira geral daquela vida exigem sempre as distrações, os espelhos, os olhares ávidos de outros mortais em um afã inesgotável de eliminar a imobilidade, pois, afinal, sombreando a tudo está a tácita noção de que a vida é efêmera e que toda experiência humana é limitada pela morte.

E é por isso que se ocupa de um homem que encontra no jardim do hotel onde está hospedada. Este passa os dias deitado no jardim, indiferente ao clima, às pessoas, ao mundo.

Estático, é a antítese de Régine, de sua sede de consumir as horas inteiramente, com tudo o que podem oferecer:

Tenho inveja dele, não sabe que a terra é tão grande e a vida tão curta; não sabe que existem outras pessoas. Contenta-se com esse pedaço de céu acima de sua cabeça. Eu gostaria que cada coisa me pertencesse como se só a ela amasse no mundo; mas quero todas as coisas e as minhas mãos estão vazias. Invejo-o. Ele ignora seguramente o tédio (BEAUVOIR, 1983, p.14).

O homem invejado por sua imobilidade é Raymond Fosca. Saído de um hospício, torna-se para ela um objeto de distração. Tomando-o como um doente, diz pretender curá-lo, ocupar-se dele até que se canse e precise de outros estímulos, outras pessoas. Num primeiro momento, para Régine, Fosca não passa de um objeto, um jogo momentâneo, a ser abandonado quando conveniente, quando se tornar cansativo. E convém quando Régine já voltou a Paris, às vibrações permanentes da vida na capital, enlevada pela sociedade, os jantares, o sonho de atuar no cinema. Ali as cores ausentes nas horas morosas da província voltam a resplandecer, o tempo se preenche e Fosca pode se esfumar com os dias já idos do interior. O problema é que Fosca não é um objeto como os outros. Régine o resgatou da apatia, e agora tem que arcar com isso. Ele a persegue e procura sua atenção. Em uma dada noite consegue que Régine o ouça e revela-lhe a razão de sua estranheza: é imortal, e o prova talhando o próprio pescoço sem que morra. Desta cena, Régine pode extrair apenas pasmo – não um pasmo do incidente fantástico que presenciou, mas um pasmo íntimo, um pasmo perante a própria existência. Pois a imortalidade de Fosca é também, a Régine, a afirmação de sua própria finitude. Sabe-se a oposição dele; sabe-se uma mortal para quem tudo acaba. Tudo aquilo que faz, todas as suas experiências e pretensões devem acabar e desaparecer. Sua vida, seus propósitos e projetos empalidecem, pois forçosamente soçobrarão no nada:

O perfume dos narcisos é imortal, e também essa febre que inala meus lábios. Sou imortal. Amarfanha os narcisos entre as mãos. Era inútil. A morte estava nela e ela já o sabia, já a acolhia. Ser bela dez anos ainda, representar Fedra e Cleópatra, deixar no coração dos homens mortais uma pálida lembrança, que se faria em poeira aos poucos, pudera contentar-se com essas modestas ambições. (...) Um dia serei velha, um dia morrerei, um dia serei esquecida. E enquanto penso isso, há um homem que pensa: “Estarei sempre aqui”. (BEAUVOIR, 1983, p.39)

Desde as primeiras páginas do livro, a morte preocupa a Régine. Ela estremece à ideia de ser “um fiapo de capim”, de que o tempo possa ser desperdiçado. Quando contempla o quarto do hotel, sabe que sua presença naquele cômodo não deixará vestígio algum, que aquele espaço e os móveis permanecerão apesar dela, indiferentes sempre, e que aquela cama vazia abrigará ainda o

corpo de muitas outras mulheres que ignorarão que ali também dormira a atriz Régine. Entretanto, do contato com Fosca, o que a morte é, como a percebe, se transfigura. Abandona a morte o seu caráter cotidiano, e deixa de ser uma possibilidade vaga para ser uma possibilidade concreta, inexorável.

Esses dois modos de apreender o fenômeno da finitude podem ser compreendidos à luz da filosofia de Heidegger. Segundo este autor, como expõe em *Ser e Tempo*, nós humanos – denominados *ser-aí* a fim de evitar pressupostos filosóficos e científicos – temos um modo de ser distinto das outras coisas, pois, ao contrário delas, não podemos ser caracterizados por uma essência determinada: “A essência do ser-aí está em sua existência” (HEIDEGGER, 2015, p.85). Isso quer dizer que nada define um ser humano de forma apriorística à própria existência, pois é um ente que está sempre em jogo em seu ser, aberto ao mundo do qual faz parte e habita, lidando com as coisas e convivendo com os outros, sendo a cada instante suas possibilidades; em suma, um ser que é *poder-ser*. Mas, dentre todas as possibilidades abertas a alguém, uma desponta com primazia: a morte. E não só como um fato empírico de um acontecimento exterior que sobrevém aos que vivem, mas como uma possibilidade ontológica irrecusável. Cada ser humano, a medida que é poder-ser, tem constitutivamente a possibilidade de não-ser, a possibilidade de deixar de ser-no-mundo e, por consequência, de ter possibilidades. Portanto:

Essa possibilidade mais própria e irremissível é, ao mesmo tempo, a possibilidade mais extrema. Enquanto poder-ser, o ser-aí não é capaz de superar a possibilidade da morte. A morte é, em última instância, a possibilidade da impossibilidade pura e simples do ser-aí. Desse modo, a *morte* desvela-se como a possibilidade mais *própria, irremissível e insuperável*. (HEIDEGGER, 2015, p.326)

Assim, o ser humano é um ser que finda, que é ser-para-a-morte, pois, à diferença de todas as coisas do mundo, ele tem de lidar com a certeza de que deixará de ser. Contudo, cabe ressaltar que se é sempre no mundo. Cada um se ocupa deste mundo cotidianamente, onde se mergulha distraidamente, onde o cotidiano preenche tudo e todos se enfronham na banalidade de cada ação. Ao ser-para-a-morte também não é furtada essa tonalidade cotidiana. Não se nega a morte, mas pode-se tratá-la com eufemismos, encobri-la. É um fato empírico, acontece sempre, mas não tem o caráter de ser a possibilidade mais própria, irremissível, insuperável e certa. Na cotidianidade,

O impessoal encobre o que há de característico na certeza da morte, ou seja, *que é possível a todo instante*. Junto da certeza da morte, dá-se a *indeterminação* de seu quando. O ser-para-a-morte cotidiano escapa dessa indeterminação,

emprestando-lhe determinações. Essa determinação significa, porém, calcular quando se deixará de viver. O ser-aí, na verdade, foge dessa determinação. A indeterminação da morte certa determina as ocupações cotidianas, colocando-lhes à frente as urgências e possibilidades previsíveis do cotidiano mais próximo (HEIDEGGER, 2015, p. 335).

No cotidiano, a morte não é um assunto de premência, pois diz respeito sempre a um futuro indeterminado. As coisas próximas, o dia-a-dia é que ganham a qualidade de urgentes. Pois ainda que de forma indeterminada, fato é que se morre. O reconhecimento mesmo que subterrâneo disso confere a cada atividade um prazo. Tudo é determinado a partir do fato que em algum instante desconhecido expirarão quaisquer possibilidades. A indeterminação da morte, em suma, veta que a vida em suas lidas corriqueiras seja sempre adiada. Mas o envolvimento mesmo com essas lidas, a preocupação constante com sua realização mascaram que em algum momento (que pode ser mesmo agora) há de se morrer. Régine, sempre ao pensar sobre sua própria morte, de pronto se empenha com qualquer tarefa. Sua ânsia em preencher o tempo é uma ânsia em mergulhar ao máximo no cotidiano, em sentir realizar tudo o que deseja. Não poderá fazê-lo para sempre. Mas ao conhecer a imortalidade de Fosca, Régine percebe que a morte não pode ser mascarada por qualquer coisa, e o que quer que faça, no fundo, é vão. Está agora submersa em angústia, mas não em relação às inseguranças corriqueiras, e sim quanto à própria existência, à evidência de que as coisas e a vida se desdobram sempre em nada. “O ser-para-a-morte é, essencialmente, angústia” (HEIDEGGER, 2015, p.343), diz Heidegger, pois nele está-se “frente ao nada da possível impossibilidade de sua existência” (HEIDEGGER, 2015, p. 335).

Podemos entender, então, que a morte está no horizonte de nossos atos. É porque morremos que não os adiamos indefinidamente. Ao estudarmos a personagem do conde Fosca, poderemos entender que a eternidade é capaz de mesclar tudo na pura indiferença. Mas por ora ainda consideremos a condição de um humano mortal. Se a morte pode ser o que faz com que vivamos nossas vidas cotidianas, por outro lado, ela faz da vida despropositada. Morrer é um absurdo, sobretudo se se compreende que um ser humano é um projeto constante de si mesmo.

Em *O Ser e o Nada*, Sartre, ao descrever a existência a partir das estruturas do Em-Si e do Para-Si, faz da vida pura inquietude. Essas duas expressões, Ser-Em-Si e Ser-Para-Si fazem parte do vocabulário técnico da filosofia de Sartre e aparecem com grande constância em *O Ser e o Nada*. O Em-Si é caracterizado pela seguinte fórmula: “O ser é. O ser é em si. O ser é o que é” (SARTRE, 1997, p.40). Isso quer dizer que o Em-Si é uma plenitude indiferenciada; ou seja, não



é ativo ou passivo; não é afirmação ou negação, mas apenas o seu meio. Em suma, simplesmente é. Por sua vez, o Para-Si é o modo de ser que age, sendo relacionado à consciência. Ele é o que caracteriza propriamente os seres humanos. Enquanto que o Em-Si é uma plenitude positiva de ser, o Para-Si, relativo à consciência (entendida fenomenologicamente como consciência de alguma coisa), é negação. O Para-Si caracteriza-se então por negar o Em-Si e o faz sempre em razão de um nada possível; quer dizer, a partir da projeção de uma situação futura tomada como possibilidade. Como consequência, tem-se uma concepção dinâmica do indivíduo humano. Ele nunca é simplesmente ser, acabado e passível de uma definição derradeira. Pelo contrário, um ser humano está sempre negando a si mesmo em razão de uma situação futura que ele vislumbra e toma para si. Daí a famosa afirmação de Sartre de que “(...) a existência precede a essência” (SARTRE, 1997, p.695), pois não há uma definição a priori possível do que é um ser humano, não há a consideração e a determinação de uma natureza humana. O que um indivíduo é é o que ele se faz, e mesmo assim nunca será algo acabado enquanto respirar. Mais do que isso: cada um é entendido como absolutamente livre, o que não significa fazer tudo o que pretender, mas que nunca se pode reportar os próprios atos à responsabilidade de outro e que nunca se pode deixar de escolher, o que implica na paradoxal condenação à liberdade. E tudo isso entendido de forma situada; ou seja, permeada por uma dada facticidade, uma situação histórica, social e biológica já determinada. É o que permite a Beauvoir (2005) entender a condição humana como ambígua: ninguém se reduz simplesmente ao seu contexto, mas ninguém também pode se desenraizar desse mesmo contexto.<sup>4</sup>

Deste modo, fica clara a condição de permanente inquietude que é a do ser humano: este está entre o ser e o nada, em uma constante carência de ser algo como as coisas paralisadas, que se pode mirar e definir como um ser acabado e permanente. Padece pelo inatingível, e sua busca se constitui inacabável. Todo projeto humano não é mais que a ânsia por fundamento e repouso.

---

<sup>4</sup> Tal recusa de uma essência e predeterminação dos indivíduos humanos desempenha um papel importante na própria filosofia de Simone de Beauvoir, principalmente se considerarmos seu longo livro *O Segundo Sexo* (1949), onde aparece à famosa afirmação “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR; 1967, p. 9). Aqui Simone de Beauvoir não nega que existam indivíduos humanos pertencentes ao sexo feminino, mas recusa que o modo como as mulheres vivem e se comportam socialmente – como o *segundo sexo*, o negativo da humanidade – seja algo que faça parte de uma essência do sexo feminino, algo determinado ou por força divina ou então biológica e psicológica. O *ser* mulher é algo que surge a partir de um contexto social, diferenciando assim o sexo do gênero. Assim, “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR; 1967, p. 9).

Tudo, contudo, se frustra, e a paixão da busca permanece em aberto. Antes de tudo, ser humano é uma paixão inútil:

Toda realidade humana é uma paixão, já que projeta perder-se para fundamentar o ser e, ao mesmo tempo, constituir o Em-si que escape à contingência sendo fundamento de si mesmo, o *Ens causa sui* que as religiões chamam de Deus. Assim, a paixão do homem é inversa à de Cristo, pois o homem se perde enquanto homem para que Deus nasça. Mas a ideia de Deus é contraditória, e nos perdemos em vão; o homem é uma paixão inútil. (SARTRE, 1997, p.742).

À luz disso podemos entender a inveja que Régine nutre quando vê Fosca pela primeira vez: aquele homem que “seguramente ignora o tédio” é certamente um ser acabado, pleno e indiferente, e por isso mesmo livre do movimento sem descanso de buscar ser, pois já o é. Podemos também entender a angústia que lhe desperta a certeza de sua mortalidade, pois Régine é toda essa paixão inútil e sem fundamento, que vive e morre sem razão. Morrer é absurdo porque na morte há o enunciado extremo de que a busca humana por ser é irrealizável. “Nossa vida não é mais que uma longa espera” (SARTRE, 1997, p.659) de ser, diz Sartre. Mas morrer significa justamente que essa espera é vazia, e que jamais pode passar de apenas uma espera. “Se sou espera de esperas de espera, e se, de súbito, o objeto da minha última espera e aquele que espera são suprimidos, a espera recebe respectivamente o caráter de absurdidade” (SARTRE, 1997, p.660-661).

Assim, Régine, em sua finitude, é absurda. Nada do que pretenda pode se converter em uma concretização definitiva. Todas as pretensões estão legadas ao fracasso. Régine não só está condenada a perecer, mas também a fracassar. Suas esperas não de sempre ser vãs. E não há o que pode servir-lhe de consolo, pois a angústia do nada que a toma não diz respeito somente à morte. É um sinal também de seu abandono, pois toda a sua vida só pode ser determinada por ela mesma, por sua consciência livre, pois mesmo o passado não pode forçá-la a qualquer escolha por vir. A angústia é também apreensão de sua própria liberdade.<sup>5</sup>

Não surpreende então seu desespero. Tudo que era sua vida – o sonho de atuar no cinema, as pessoas com que se relacionava – é abandonado. O grito de horror que solta ao final do romance exprime esse abandono e a clareza de que as aparas do mundo desabaram impiedosamente. Se se apaixona por Fosca, é uma paixão que verte do seu desespero, do desejo de anular seu próprio absurdo, pois quem sabe se não pode superar sua própria mortalidade através do amor de Fosca, na forma de uma lembrança carregada eternamente? Assim, “ela

<sup>5</sup> Cf. Sartre, *O Ser e o Nada*, 1997, p.77.

amava-o porque ele era imortal, e ele amava-a na esperança de tornar a ser semelhante a um mortal” (BEAUVOIR, 1983, p.66). Porque em Fosca também não podemos encontrar o repouso, mas apenas tempestade. Sua condição é marcada pela insatisfação, pela busca do inatingível, pois, afinal, “Vivo e não tenho vida. Não morrerei nunca e não tenho futuro. Não sou ninguém. Não tenho história nem fisionomia” (BEAUVOIR, 1983, p.36). Sua eternidade é um interdito a uma vida humana comum. Amar Régine é tentar voltar para o seio do mundo dos mortais, reconquistar o hábito do tempo e sua passagem. Não pode agonizar por sua própria finitude, mas apenas pela de Régine. Amando-a sabe que a perderá para a morte, e então o tempo é contado a partir dela. O tempo dela é seu tempo. Sua vida só transcorre a partir dela. Existe humanamente enquanto tem-na para amar. Com a morte de Régine, extinguem-se para ele, mesmo que sob a forma de intermitência, o tempo e a existência. No fundo, Régine é para ele como uma ampulheta.

Ademais, Fosca, no todo do romance, atua como um contraponto a Régine e ao dado mais imediato da condição humana: a finitude. Simone de Beauvoir quando toma em relevo Régine narra sempre em terceira pessoa, não obstante o predominante uso de fluxos de consciência. O foco se volta a um indivíduo, ao sufoco de suas angústias e desespero. Já quando Fosca torna-se o elemento preponderante do romance, a narrativa converte-se inteiramente à primeira pessoa. Aqui é Fosca que relata sua vida, conta-a a Régine. Tudo a partir de uma perspectiva individual é verdade, mas projetando-a, contudo, em considerações de dimensão histórica e coletiva, pois Fosca, em posse de sua imortalidade, ainda que a partir de um olhar individual, constitui outro olhar, um olhar sem tempo, que abrange o todo, para além de uma exclusiva e limitada situação histórica. Todos os Homens são Mortais, excetuando-se o Prólogo, é um exercício de imaginação e exposição desse olhar. Por isso cabe-nos agora deter também a atenção em Fosca e sua estória.

Fosca nasceu em 1279, numa família nobre da cidade fictícia de Carmona, na Itália. Cresceu sob o governo despótico do duque Francisco Rienzi, malquisto pela população, considerado culpado da miséria e do estado de abuso em que viviam os cidadãos de Carmona. Quando da sua morte, é substituído pelo filho, Bertrando Rienzi, que não demora muito para ser assassinado e substituído no posto. O que se segue é uma sucessão violenta de assassinatos e substituições dos líderes da cidade, até que Fosca assume o governo, em 1311. Em um primeiro momento, seu destino é semelhante ao dos seus antecessores. Carmona permanecia na mesma penúria, sempre metida em guerras, e com um governante igualmente despótico. Sob um cerco do

exército genovês, Fosca evacuara a cidade já sem suprimentos, enviando as mulheres, crianças e os inválidos aos fossos juntos das muralhas, de modo que ali morressem sob o ataque e servissem, pela pestilência de sua decomposição, como arma contra o exército rival. Bartolomeu, um mendigo de 80 anos, que também estava sendo conduzido às muralhas, ofereceu a Fosca, em troca de sua libertação, uma poção egípcia que garantiu ser o elixir da imortalidade. Primeiro, como teste, deram-na a um camundongo, que desfaleceu e depois retornou à vida, supostamente imortal. Depois a tomou Fosca, que desacordado por quatro dias, voltou à vida, agora imortal e invulnerável, como um deus que podia dispor da vida dos mortais e que se dedicaria a fazer de Carmona a maior potência da Toscana. Num primeiro momento, a imortalidade é uma dádiva e o sinal da libertação, de um homem agora estranho ao império da mortalidade. Tudo lhe era possível e permitido:

Eu vivia e não tinha semelhantes. O passado saíra de mim; nada mais me prendia; nem lembrança, nem amor, nem dever; estava sem lei, era meu dono e senhor, podia dispor à vontade das pobres vidas humanas, todas votadas à morte. Sob o céu sem expressão, eu me erguia vivo e livre, só para todo o sempre (BEAUVOIR, 1983,p.123).

E por todo o medievo, Fosca devotou sua nova liberdade e solidão à ambição. Viu Carmona enriquecer e empobrecer, viu-a superpopulosa e rica, e depois devastada pela peste, que levou junto sua família. Envolveu-se em diversas guerras, venceu e perdeu batalhas, viu suas tropas massacrar outras e depois serem massacradas. E dentro da própria Carmona, viu revoltas da população respondidas com chacinas para a manutenção do poder. Tudo sempre o mesmo. As idas e vindas dos mortais, as mudanças e os acontecimentos principiavam a perder o brio. Todos os esforços e batalhas, toda violência eram em vão. Nada se modelava à sua ambição e tudo exibia um fundo de insuficiência. O mundo, com o passar dos séculos, enfastia: “Dia após dia os mesmos gestos. (...) Infinitamente! Não me acontecerá nunca despertar num outro mundo onde até o gosto do ar seja diferente?” (BEAUVOIR, 1983, p. 140).

Para a infelicidade de Fosca, não. Sejam as estátuas de Carmona ou Carmona mesmo; seja a natureza ao redor e a monotonia do céu, nada mostrava-se significativo, disponível para algum fim qualquer. O mundo, antes infinito aberto às conquistas da liberdade solitária de Fosca, começa, após decorridos duzentos anos, a ser apenas uma maciça inutilidade. Impressão que cada vez se torna mais nítida. Qualquer projeto de Fosca não é mais do que um fracasso. Qualquer coisa em que se empenhe é ineficaz para conter o aborrecimento que inunda-lhe a vida. Essa

liberdade que Fosca julgava ilimitada, prova-se, em verdade, restrita, reduzida às meras possibilidades humanas. É uma conclusão que se impõe cada vez mais certa no decurso do tempo, a cada nova empreitada movida por Fosca.

Primeiro através de Alberto, filho que decide ter. Fosca programa-lhe a vida, lhe dispõe todos os meios e luxos para que seja o mais feliz dos mortais, livre das misérias que se abatem invariáveis sobre cada pessoa. Mas isso não é possível, não é mais que uma pretensão voltada ao fracasso. Pois Alberto, contrariando os desejos do pai, abdicou ao modelo de vida suposto perfeito por Fosca para morrer em um campo de batalha defendendo Carmona. É que, apesar de imortal, Fosca também está isolado à condição de uma consciência solitária. Para além de si mesmo – diferente do que concebia – nada pode. É inútil desejar realizar na pessoa de Alberto qualquer suposição de felicidade. Pois não pode dispor de um outro, não pode suprimir sua liberdade de outra forma que não a aniquilação. Assim, apenas Alberto poderia decidir por seu ser. Em verdade, não se pode fazer cativa uma transcendência alheia, não se pode realizar em outrem um projeto de si mesmo.

E isso não só no que tange à vida de um indivíduo em particular. A humanidade, o seu todo, nega-se a molduras e imposições, nega-se à imputação de um modelo primordial, a uma determinação da vida que venha do exterior aos indivíduos. Ninguém pode forçar a humanidade à felicidade ou qualquer coisa do tipo. As escolhas e determinações de uma vida sempre se resumem ao âmbito estreito da solidão. Fosca descobre que não pode ensinar a humanidade a querer qualquer coisa para além do que buscam os indivíduos em seus projetos privados e anônimos. E descobre isso justamente na presença aterradora da violência, repressão e genocídio. Pois logo após a morte de Alberto, enquanto o céu de Carmona era chamuscado pelas luzes dos fogos reverentes a mais uma guerra vencida, Fosca percebe a inocuidade de querer a realização de ideias dentro das limitações de uma cidade-estado italiana: isso só se realiza caso se tenha o mundo em mãos. E então entrega Carmona aos Habsburgos e se junta à sua corte. Como conselheiro de Carlos V<sup>6</sup>, rei da Espanha durante o princípio da exploração das Américas,

---

<sup>6</sup> Carlos V ou Carlos I da Espanha (1500-1558) é um membro das dinastia dos Habsburgos que acumulou as coroas do Sacro Império Romano-Germânico e do Reino da Espanha além de Arquiduque da Áustria. Seu governo caracteriza-se sobretudo pelo combate ao nascente protestantismo cristão e por conflitos territoriais dentro da Europa, tendo como principal adversário a França. No romance, Fosca é o conselheiro e mentor de Carlos V, aquele que está por trás de todas as atitudes do monarca. Seu objetivo é unificar todos os indivíduos sob um mesmo regime de ideias, de forma que sejam governados rumo à felicidade. É por isso que no contexto do romance há, por exemplo, o combate ao protestantismo.

pretende unir a terra toda e, assim, governar o mundo sob sua razão particular: “Administrarei o mundo com a mesma economia com que administrei outrora os celeiros de Carmona. Nada será entregue aos caprichos dos homens nem aos acasos da sorte. A razão governará a terra: minha razão” (BEAUBOIR, 1983, p.180). E mais uma vez o fracasso: nada há na Europa para além de guerras territoriais; miséria e repressão aos revoltosos; perseguição aos protestantes e sua pretensão de comunicar-se com Deus diretamente pela consciência; genocídio e escravização dos indígenas nas Américas. Sob a tentativa de unificar o mundo, de impor-lhe uma razão que ele mesmo não tem, nada há além de uma mácula de sangue que escorre por toda a Terra. De tudo isso, de todas suas experiências de ambição e poder, de Carmona até a extensão da Terra, não há nenhuma conclusão possível além desta: “Eu tinha um filho. (...) Escolheu morrer porque eu não lhe deixara outro modo de viver. Tinha uma mulher também, e, porque lhe dei tudo, morreu viva. E há muitos que queimamos e expiraram agradecendo-nos. Não é a felicidade que querem: é somente viver.” (BEAUVOIR, 1983, p.235). Pois, no fim, nada pode ser imposto aos seres humanos de modo que eles tenham de aceitar. É a sua condição de acordo com o que vimos com Sartre: negar o Em-si, essa realidade que se entrega bruta a uma consciência que não é nada além de um nada que busca ser. Nenhum paraíso pode ser criado e entregue pronto às pequenas vidas humanas, pois elas não são senão um gesto que se lança ao futuro, uma espera constante que busca criar e realizar. Cada um é uma paixão e uma inutilidade que não pode cessar de ser isso que é: uma criação insensata, ardente e perpétua de si mesmo. E é à base de toda a experiência, de toda a tentativa de impor ao mundo um projeto que era apenas seu, que Fosca compreende essa verdade.

Agora eu os compreendo. O que vale a seus olhos não é nunca o que recebem, é o que fazem. Se não podem criar, precisam destruir, mas de qualquer maneira devem recusar a realidade; do contrário, não seriam homens. E a nós, que pretendemos forjar o mundo por eles e encerrá-los dentro, a nós só nos podem odiar. Essa ordem, essa tranquilidade com que sonhamos, seria para eles a pior das maldições... (BEAUVOIR, 1983, p.235).

Mas para Fosca há ainda mais do que a impossibilidade de criar um mundo sob o véu de suas ideias e desejos. Além dos fracassos constantes, sobre ele pesa uma sina que o coloca distante do resto da humanidade. Para esta, o tempo corre, os indivíduos nascem e deixam de ser sucessivamente, embrenhados no ordinário de suas vidas, em seus vãos esforços. Mas essa inutilidade absurda corriqueira de toda vida humana é experienciada diversamente por Fosca, pois em seu caso não há como abandoná-la. Mesmo que em cada momento de sua narrativa se

alterem os tons, os atores e os cenários, o que se desempenha é sempre o mesmo a fundo. Fosca é um estrangeiro entre os humanos. Avizinha-se somente do céu profuso da noite incandescido pelo brilho maldito da lua, pois estes também são constâncias que não desaparecem com os anos. No tocante ao mundo humano, toda tentativa de tornar a habitá-lo é falha. Depois que abandona a corte espanhola, vaga a esmo pelo mundo até que encontra na América do Norte, Carlier, um explorador que deseja encontrar uma passagem direta dali à China. Fosca o encontra à beira da morte, salva-lhe a vida, toma parte em seu projeto, mas tudo em vão: Carlier, ao saber da imortalidade de Fosca, se suicida. Já na França do século XVIII, Fosca não passa de um burguês que age indiferente a tudo e a todos. Busca voltar à vida comum quando cai apaixonado por Marianne<sup>7</sup>, com quem se casa. Contudo, não pode dissimular para si mesmo que a ela o tempo corre vertiginosamente, enquanto ele mesmo é imune à morte. E basta que Marianne descubra sua imortalidade, para que a vida reconquistada volte a ruir. A incompatibilidade no que diz respeito ao que se é no tempo aqui é insuperável: “Dei-me a ti inteiramente. – disse ela – Pensava que te davas também para a vida e para a morte. E tu te emprestavas por alguns anos” (BEAUVOIR, 1983, p.319). Como tudo o que há no universo de Fosca, Marianne não pode também ser mais que uma memória fugaz, predestinada a se perder nos anos e tornar-se nada para além de um nome vago. Ante essa situação, ela ainda o aconselha a “Tentar ser homem entre os homens. Não há outra solução para ti” (BEAUVOIR, 1983, p.323). Mas tampouco esse conselho porta uma solução. Porque mesmo que Fosca se envolva com a Primavera dos Povos, lute junto às barricadas com os revolucionários, tudo isso não lhe diz respeito de fato, não pode afetá-lo para além da indiferença. Tudo aquilo era para nada, todos morrem por nada, mesmo que seja buscando algo que está além deles mesmos.

Não podia suportar ouvi-los falar com ardor desses dias em que até sua lembrança estaria apagada sobre a terra; Talvez fosse isso o que me separasse deles irremediavelmente: viviam voltados intensamente para um futuro em que se realizaram todos os seus esforços presentes. E para mim o futuro era um

---

<sup>7</sup> Podemos cogitar que Beauvoir não atribuiu o nome *Marianne* gratuitamente à personagem. Afinal, Marianne é o nome da efígie da república francesa, considerada uma representante do povo francês durante o século XVIII e uma alegoria da liberdade a partir da Revolução Francesa. Sua figura é representada como uma mulher trajando um barrete frígio na cabeça, eternizada por Delacroix em seu quadro *A Liberdade Guiando o Povo*. No romance, a personagem Marianne é uma mulher absolutamente afinada com as ideias e os projetos da Ilustração Francesa que foram decisivos à revolução principiada a 14 de julho de 1789. Isso se exemplifica nos esforços que a personagem faz em prol da criação de uma universidade pública a fim do desenvolvimento e disseminação do conhecimento científico. Em um plano figurativo, podemos estimar que Marianne signifique liberdade para o conde Fosca, pois a partir de seu relacionamento com ela, ele pode se libertar, mesmo que temporariamente, do seu martírio existencial e viver como uma pessoa comum.



tempo estranho, detestado; o tempo em que Marianne estaria morta, em que a vida me apareceria enterrada no fundo dos séculos, inútil, perdida; e esse tempo destinava-se a ser por sua vez enterrado, perdido e inútil. (BEAUVOIR, 1983 , p.310).

Fosca, apartado do mundo humano, impedido de ser “homem entre os homens” vive à parte da história. Para ele, o tempo é um determinante apenas da perda dos outros, dos amores e dos desejos que resvalam sobre pessoas. Afora isso, os rumos do mundo são-lhe indiferentes. Sejam quais forem as direções da história, ele estará lá, assistirá a tudo, como um estranho, como alguém que não pode ser afetado pelos acontecimentos. Nessa situação, o tempo não é mais que um coágulo, uma imobilidade à guisa de um Ser parmenídico eternamente idêntico a si mesmo, uma subjacência inerte à tumultuosa mudança dos fenômenos. E como um olho estranho à história, Fosca pode perceber que ela se move em direção a coisa alguma, não segue nenhum ideal e determinações *a priori*. A história e seus momentos são só a partir do que fazem dela os humanos, ela é um acontecimento simultâneo às milhares de existências que estão presas a ela na mesma medida que a criam. E a criação da história não se destina a qualquer melhora ou a qualquer piora: ela só é o resultado da sempre repetida busca humana de viver e fazer a si mesma. E assim, da mesma maneira que cada ente humano, a história é indeterminada e gratuita.

E ainda mais àquele que não pode se inserir efetivamente nela como se ela realmente lhe “tocasse” ao mesmo tempo que não pode abandoná-la inteiramente, ao menos enquanto houver história. Se se admite que a humanidade não é uma espécie eterna, Fosca supera a própria história. É um estrangeiro incapaz de habitar não somente o mundo humano, mas também o universo. E não pode nunca abandonar essa condição de absoluto deslocamento em todo lugar e tempo, pois Fosca não pode renunciar a ser uma consciência e, conseqüentemente, não pode submergir insensível em um mundo que é totalmente sem sentido, como coisa entre as coisas. Aqui cabe o que diz Camus:

Se eu fosse uma árvore entre as árvores, gato entre os animais, a vida teria um sentido, ou antes, o problema não teria sentido porque eu faria parte desse mundo. Eu seria esse mundo ao qual me oponho com toda a minha consciência e exigência de familiaridade. Esta razão, tão irrisória, é a que me opõe a toda criação. (CAMUS, 2014, p.64).

Lembremos que Fosca não é o único ente imortal do universo. Há também aquele camundongo que primeiro experimentou o elixir da imortalidade. Ele também viverá para sempre. Mas não compartilha da mesma situação do conde, pois desconhece sua imortalidade e “gira sem cessar”. Ele não é uma consciência do mundo e diante do mundo como no caso de



Fosca. A imortalidade deste não lhe nega a humanidade, e propriamente enquanto humano, não poderá nunca deixar de ser uma oposição ao mundo, pois é justamente uma consciência que não deixa de ser. Se entendermos junto de Camus que a condição de humanidade é análoga à do personagem mitológico Sísifo, podemos, talvez, concluir que ninguém se aproxime tanto de Sísifo quanto Fosca.

Segundo Camus, o absurdo não é uma conclusão, mas um ponto de partida. Trata-se de uma primeira verdade a partir da qual todas as outras serão buscadas. Mas o absurdo aqui também nasce de um esforço inútil: a consciência humana busca compreender e dar sentido a um mundo que se mostra impenetrável. A impossibilidade de dar ao mundo e a si mesmo um fundamento e buscar compreender a esse mundo são atitudes iguais: deseja-se sempre superar essa estranheza contingente e instável que é ser, sem prerrogativas e justificações. Como diz Camus:

Um mundo que se pode explicar, mesmo com raciocínios errôneos, é um mundo familiar. Mas num universo repentinamente privado de ilusões e de luzes, pelo contrário, o homem se sente um estrangeiro. É um exílio sem solução, porque está privado das lembranças de uma pátria perdida. ou da esperança da terra prometida. Esse divórcio entre o homem e sua vida, o ator e seu cenário, é o sentimento do absurdo. (CAMUS, 2014, p.20).

Dado o absurdo, a questão que Camus levanta é a de se é possível ou coerente continuar a viver em um mundo injustificado e sem sentido aparente, permeado pelo sentimento e noção do absurdo, sem que se busque suprimir o problema através do suicídio ou por meio da esperança, seja de um além-túmulo, seja através de um grande ideal? A resposta é negativa. Acabar com a vida ou abraçar-se com fervor a uma crença qualquer não resolve o problema, pois o absurdo em si é contradição, resultado da incompatibilidade entre uma consciência que busca explicações e um mundo que não as fornece. As alternativas – o suicídio ou a esperança – não dão solução a essa contradição, apenas suprimem-na sem resposta. O mundo permanece carente de explicação, o que não significa que é necessário por isso abandonar a vida. Pelo contrário, pois a vida “(...) será tanto melhor vivida quanto menos sentido tiver” (CAMUS, 2014, p.66). Porque, apesar do absurdo, resta-nos ainda uma postura de revolta contra ele, contra esse silêncio do mundo em que estão guardados a miséria, o sofrimento e a morte. Viver é um esforço que, no fundo, é vão. E nisso nos assemelhamos a Sísifo. Esse herói mitológico fora condenado pelos deuses a rolar perpetuamente uma rocha ao cimo de uma montanha. A cada conclusão dessa tarefa, a rocha despenca novamente ao sopé, de onde Sísifo deve recomeçar seu trabalho sem propósito e

esperança. É algo totalmente inútil e destituído de sentido, mas inescapável. Por isso, “Sísifo é o herói do absurdo. Tanto por causa de suas paixões como por seu tormento. Seu desprezo pelos deuses, seu ódio à morte e sua paixão pela vida lhe valeram esse suplício indizível no qual todo o ser se empenha em não terminar coisa alguma” (CAMUS, 2014, p.138). E uma vida humana é semelhante à pena de Sísifo: um esforço constante que nunca conclui nada e acaba sempre *em* nada. O que não implica, não obstante, uma conclusão pessimista: a tragédia de viver não basta para mergulhar a vida na pura negação. Ela simplesmente é assim, mas é de tal forma que é o objeto de um desejo insaciável. Pretende-se a vida apesar de tudo.

Fosca e Sísifo se assemelham pelo peso de suas penas: nunca hão de deixar de pagá-las. Diferente do comum da humanidade, da massa incontável dos mortais, para Fosca e Sísifo o absurdo é eterno. Cada indivíduo mortal pode erguer contra a morte a mais altiva revolta, pode desejar avidamente manter a tensão absurda que é seu próprio ser, mas, no fim, toda atitude sua é inofensiva ao destino: o absurdo individual tem de ser suprimido pela morte. Para Fosca, todavia, o absurdo nunca se encerrará. Errando pelo universo, é o companheiro desconhecido de Sísifo, que rola sua rocha no inferno: ambos estão aí, calcados no absurdo por toda a eternidade. Nada resta a esses dois além do enfrentamento da própria situação, de investir contra ela sua paixão infrutífera: Sísifo contra o veredito dos deuses, Fosca contra sua própria mortalidade. A este, em particular, nada há além da revolta de tentar romper seu estranhamento em relação a toda a humanidade e buscar o retorno ao convívio humano, ser homem entre os homens, mesmo que no fim sempre malogre. Do mesmo modo a Régine, se voltarmos a pensar nela, o que resta é também a revolta, uma revolta contra a morte. Para ambos, portanto, resiste ainda uma insatisfação que não pode deixar de ser irresoluta. A eles só resta, por fim, essa paixão inquieta e inesgotável na busca de algo que nunca será.

### Referências Bibliográficas

CAMUS, A. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Vol 1, Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

\_\_\_\_\_. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Todos os homens são mortais**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL. Marianne. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/Marianne> . Acesso em: 01 de Fevereiro de 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Charles V. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Charles-V-Holy-Roman-emperor> . Acesso em: 01 de Fevereiro de 2018.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. Petrópolis: Vozes, 1997.

# INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A DINÂMICA DO PODER GLOBAL: UMA INFLUÊNCIA RECÍPROCA

Vinicius Espauluci Campos<sup>1</sup>

## Resumo

O propósito deste artigo é refletir sobre as relações entre o avanço tecnológico e a distribuição global de poder, à luz das teorias clássicas de relações internacionais. O artigo analisa a influência recíproca entre a política, a tecnologia, e a cultura no desenvolvimento do campo da Inteligência Artificial, e suas implicações para a organização do sistema internacional. À partir de alguns exemplos práticos da interação entre desenvolvimentos tecnológicos e diferentes contextos políticos e culturais, busca-se ilustrar as diferentes maneiras sob as quais a política pode influenciar a tecnologia, e a tecnologia pode influenciar a política, com impactos na distribuição global de poder.

**Palavras-chave:** tecnologia, poder, relações internacionais.

## Abstract

The purpose of this article is to reflect on the relationship between technological advance and the global distribution of power, in light of the classical theories of international relations. It analyzes the reciprocal influence between politics, technology, and culture in the development of the field of Artificial Intelligence, as well as its implications for the organization of the international system. Based on some practical examples of the interaction between technological developments and different political and cultural contexts, the article strives to illustrate the different ways in which politics might influence technology, and technology might influence politics, with impacts in the global distribution of power.

**Keywords:** technology, power, international relations.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC. E-mail: [vicampos.sp@gmail.com](mailto:vicampos.sp@gmail.com)

## Introdução

Analisar o desenvolvimento tecnológico como componente da mudança social é, em última instância, analisar a organização sócio-política a partir das mudanças nas condições materiais que a estruturam. As diferentes formas de organização e distribuição dos recursos que se desenvolveram ao longo dos séculos foram profundamente impactadas por transformações tecnológicas, que, por sua vez, foram determinadas por contextos socioculturais e econômicos (LENSKI, 2015; KENNEDY, 1989). Por exemplo, a Itália no século XV foi o palco de extraordinários avanços tecnológicos, proporcionados principalmente pelos valores trazidos de um classicismo revivido, da aplicação prática de novas técnicas e instrumentos, entre outros fatores, que viabilizaram o que, hoje, se convencionou chamar de Revolução Científica na Europa Ocidental (BAIARDI, 1996, p.47). O desenvolvimento de meios materiais teve reflexos na física, na química, na arquitetura, e em outros campos do saber, de modo que todas essas transformações criaram novas dinâmicas de poder e de relações sociais (KING, 2000), configurando mudanças concomitantes no nível micro e no macro da organização do poder, com desdobramentos primeiro no nível regional, e, posteriormente, no nível internacional.

O propósito deste artigo é refletir sobre as relações entre os avanços tecnológicos trazidos no campo da Inteligência Artificial e a distribuição global de poder, analisados à luz das teorias clássicas de relações internacionais, buscando compreender suas implicações para a organização do sistema internacional. Uma das faces do desafio se revela na aparente contradição entre a estrutura de funcionamento das novas tecnologias da informação, inteligência artificial e automação, *versus* a lógica de Estado: a primeira, organizada em torno de “redes”, de acordo com Castells, “fornece novas capacidades a uma velha forma de organização social”, com caráter altamente “flexível e adaptável” (1996, p. 17); a segunda, organizada em torno de uma concepção extremamente rígida e delimitada de Estado, opera em uma “clear spatial demarcation of the territory within which the state exercises its power”, dividindo o mundo em “mutually exclusive territorial states”, com o monopólio do “exercise of power through a set of central political institutions” (AGNEW, 1995, p.78).

Como esse impasse entre tecnologia e conhecimentos sem fronteiras, de um lado, frente a um Estado preso em uma “armadilha territorial”, de outro, remolda a distribuição de poder global? Uma expressiva quantidade de material tem sido publicada a respeito dos avanços e desafios da Inteligência Artificial; de qualquer forma, como destacam Goldfarb e Trefler, é notável que “even to the extent that progress has been made in understanding the

impact of AI, we remain largely uninformed about its international dimensions” (2017, p.1). Assim, este trabalho busca salientar a relevância da análise da política internacional e a contribuição das relações internacionais ao campo da Inteligência Artificial, reconhecendo que, apesar de parte do foco da pesquisa atualmente desenvolvida se dar no campo das ciências econômicas, algumas questões dizem respeito diretamente à distribuição global de poder, à cultura, e a outras questões que são “difficult question for economists to answer” (GOLDFARB & TREFLER, 2017 p.23). Para analisar a relação e a mútua influência entre o desenvolvimento de novas tecnologias (mais especificamente a Inteligência Artificial) e a distribuição de poder global, o artigo adota a escala do sistema internacional como escopo da análise. A figura a seguir ilustra os diferentes níveis de análise que podem ser utilizados na avaliação da relação entre política, cultura e tecnologia. Vale ressaltar que a relação não é hierárquica, ou seja, não há um elemento que seja mais central que outro. A opção pelo sistema internacional como nível de análise se justifica pelo fato de que o campo das relações internacionais, ao operar teorias e conceitos que se estruturam em torno de padrões históricos, sociais, econômicos, e culturais da interação humana a nível internacional, se revela como um prisma adequado à análise proposta.

#### **Representação visual dos níveis de análise possíveis**



Fonte: elaborado com base em Cernetic & Martensson (2002a) e (2002b).

#### **Avanço tecnológico: um breve histórico da Inteligência Artificial**

Observações levando em conta o rápido avanço tecnológico nas últimas décadas se tornaram frequentes, tanto no ambiente acadêmico quanto na sociedade em geral. Tal fenômeno pode ser compreendido à luz dos desenvolvimentos materiais recentes, visto que as três décadas subsequentes ao final da Segunda Guerra Mundial são classificadas como a “Era de Ouro” do capitalismo internacional, marcadas por um “terremoto tecnológico” (HOBSBAWM, 1995, p. 255) que atingiu todo o mundo. O avanço tecnológico, diretamente ligado às condições de desenvolvimento econômico, acontece de maneira desigual, gerando consequências econômicas (IACOPETTA, 2008), políticas, e sociais.

Mais recentemente, o desenvolvimento de tecnologias da informação tem trazido novos desafios para a organização das sociedades contemporâneas. Sistemas autônomos, produtos "inteligentes" (*smart* TV's, carros, celulares, etc.), redes sociais, controle automatizado de processos industriais, sistemas de segurança inteligentes, etc., são exemplos do novo paradigma tecnológico do século XXI (HOWARD, 2015; CERNETIC et. al. 2015). Central nessas novas tecnologias é o conceito de Inteligência Artificial (IA), que pode ser definido como:

the construction of computers, algorithms and robots that mimic the intelligence observed in humans, such as learning, problem solving and rationalising (UNITED NATIONS, 2017)

Usado pela primeira vez em 1956, durante uma conferência em Dartmouth, Estados Unidos, o termo “inteligência artificial” tem ganhado cada vez mais proeminência desde então. Surgindo a partir de contribuições de áreas como biologia, psicologia, engenharia, matemática e filosofia, o campo da Inteligência Artificial tem avançado intensamente, sendo marcado pela interdisciplinaridade (RUSSEL et AL., 2015, p. 105) e pela interface entre pragmatismo e reflexão teórica (BUCHANAN, 2006, p.58). Alguns nomes como Marvin Minsky, Alan Turing, e Herb Simon se consolidaram como referências na área, com destaque ao artigo que deu base ao Teste de Turing<sup>2</sup>, publicado em 1950, definindo a IA como a capacidade de uma máquina de aprender com a experiência acumulada (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 6; BUCHANAN, 2006, p.59).

Tendo passado por diferentes fases no processo de consolidação do campo, a IA teve períodos de maior proeminência, sendo que, apenas a partir da década de 1990, o campo alcançou maturidade (CERNETIC e MARTENSSON, 2002, p. 167). Nesse processo de consolidação, o Estado atuou como figura principal de apoio e fomento à pesquisa, atuando

---

<sup>2</sup> O Teste de Turing é um teste que avalia a capacidade de uma máquina exibir comportamento semelhante a um ser humano, com base em uma metodologia baseada em uma sequência de perguntas e respostas, onde um ser humano deve descobrir ao final se interagiu com humano ou máquina.

não só economicamente, mas também politicamente, direcionando esforços e políticas de Ciência e Tecnologia com propósitos de segurança nacional, bem-estar da população e garantia de soberania (LEO, 2011, p. 133).

O avanço e a consolidação da área de Inteligência Artificial têm, como qualquer avanço tecnológico, impactos sociais, econômicos, políticos e culturais. Perez destaca que a Inteligência Artificial faz parte de um novo *paradigma tecno-econômico*, termo que define como “um modelo de melhores práticas para o uso mais efetivo de novas tecnologias dentro e fora das novas indústrias” (PEREZ, 2009 p.9), de maneira que esse paradigma reestrutura toda uma cadeia de principais indústrias e gera necessidade de novas infraestruturas, tendo impacto amplo na sociedade (idem, p. 15).

Apesar do dissenso em relação aos efeitos e aos impactos do uso de inteligência artificial (como, por exemplo, o impacto da automação na organização do trabalho), duas premissas são aceitas e compartilhadas, estruturando a base deste artigo: (1) apesar de não saber a magnitude e o tipo, concorda-se que haverá mudanças trazidas pelas novas tecnologias; (2) ainda não existem estudos suficientes para indicar, com exatidão, a direção dessas mudanças e a natureza dos seus impactos políticos, econômicos, e sociais (FREY e OSBORNE, 2013. p.44; ACEMOGLU e RESTREPO, 2017, p 35). A partir da constatação da importância e da influência da Inteligência Artificial na configuração atual e futura da sociedade, o artigo busca analisar como essas mudanças afetam a relação de poder entre os Estados que compõem o atual sistema internacional; assim como os Estados, enquanto entidades político-jurídicas ordenadoras do sistema internacional, podem impactar esses desenvolvimentos. Compreendendo que o avanço da inteligência artificial influencia (e ao mesmo tempo é influenciado pelo) o ambiente institucional providenciado pelo Estado (HOWARD, 2015 p. XXIV), faz-se necessário analisar quais são as possíveis consequências, para o cenário global, da interação entre cultura, tecnologia, e relações de poder.

### **As relações internacionais e a tecnologia: perspectivas teóricas**

Na formação do moderno sistema internacional, diversos fatores são identificados como determinantes na configuração da distribuição do poder internacional. No deslocamento do centro de poder global, que ocorreu entre os séculos XV e XVII, autores das relações internacionais marcaram o desenvolvimento do campo destacando alguns fatores importantes. No artigo destacam-se três destes fatores, bem como sua relação com o desenvolvimento da



Inteligência Artificial: a cultura, a tecnologia, e as relações de poder. Kennedy, em seu livro “The Rise and Fall of the Great Powers”, aponta que:

the relative strength of the leading nations in world affairs never remain constant, principally because of the uneven rate of growth among different societies and of the technological and organizational breakthroughs which bring a greater advantage to one society than to another. (KENNEDY, p. XVI).

Brzezinski também destaca a importância destes elementos, quando diz que a ascensão (outrora incogitável) do Ocidente no século XVI foi possível graças a um “potent mix of maritime technological advancement, proselytizing passion, visions of monarchical and personal glory, and out-and-out greed” (2012, p. 9). Ainda nesse quadro teórico, salientando a relevância da estrutura histórica e social na determinação da configuração do poder global, marcando a interação entre tecnologia, cultura, e relações de poder, Pomeranz destaca a relação entre a industrialização e a “grande divergência”. Ao analisar a formação do moderno sistema internacional, o autor frisa que “it is unclear whether differences existed in the degree of technological inventiveness (...) but it is clear that the differences in global context that helped ease European resource constraints (...) were significant.” (2009 p.16-17).

Ou seja, nenhum elemento sozinho seria capaz de explicar a distribuição de poder global em determinado momento histórico. A tecnologia, mais especificamente a Inteligência Artificial, portanto, está sujeita a outros fatores, numa relação dialética de desenvolvimento endógeno e fatores exógenos – ambos exercendo influência sob os rumos das novas tecnologias.

A história do desenvolvimento tecnológico e das relações internacionais possui notáveis mudanças, eventos e fatores, numa relação constante de continuidade e de ruptura. As relações internacionais, enquanto ciências sociais, têm em sua fundação algumas teorias clássicas que lidam com tais movimentos. Essas teorias foram estruturadas em torno da preocupação central do campo das relações internacionais ao tempo de sua fundação: a guerra e a paz (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.3). Nascida a partir da reflexão sobre os impactos da Primeira Guerra Mundial, e buscando elucidar a atuação dos Estados no ambiente internacional como tentativa de prevenção de novas guerras, a disciplina foi inicialmente estruturada em torno de realistas e liberais - com concepções diferentes da organização dos Estados, das relações de poder, das motivações de atuação, e da natureza humana (IDEM, p.4). Jackson e Sorensen argumentam que as teorias clássicas se estruturam não apenas a partir de questões sobre a guerra e a paz, mas principalmente sobre a “dinâmica e a mudança

da condição do Estado soberano no contexto de um sistema maior ou sociedade de Estados” (2010, p. 60).

O liberalismo é a escola que marca o estudo inicial das relações internacionais (IDEM, 2013, p. 62), tendo como marco a criação do curso de Política Internacional da Universidade de Alberywyth, Escócia, em 1919. Apesar de contar com diversas correntes dentro da teoria liberal, alguns aspectos centrais a essa tradição são a crença na capacidade do ser humano de conviver pacificamente, a relevância dada às instituições internacionais como atores centrais na organização de um mundo pacífico, a importância do livre-comércio e das liberdades individuais, e a ênfase na capacidade de cooperação internacional derivada de uma racionalidade coletiva (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 60; LIMA, 2001 p. 12). O liberalismo teve influência decisiva em alguns desenvolvimentos históricos, como, por exemplo, na criação da Liga das Nações em 1920, precursora do que hoje é a Organização das Nações Unidas (ONU), idealizada pelo presidente dos Estados Unidos na época da Primeira Guerra Mundial, Woodrow Wilson.

Notoriamente inspirado nas premissas liberais, Wilson trouxe para a política internacional do século XX a perspectiva da cooperação e da relevância das instituições na organização do poder global (PECEQUILO, 2003 p.93). Essa perspectiva teórica e política de atuação do Estado, ao enfatizar a cooperação internacional, e o papel do comércio internacional na consolidação de democracias (NOGUEIRA e MESSARI, 2003 p.60), têm como consequência prática a insistência na criação de regras e de um conjunto de instituições que possibilitem o desenvolvimento de tecnologias de maneira ampla e compartilhada.

Dessa forma, pode-se destacar o que seria uma visão a partir do liberalismo sobre o desenvolvimento da Inteligência Artificial: a ênfase na cooperação internacional, com a promoção de um paradigma de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação a nível global (VELHO, 2011, p. 133); a importância dada às organizações e organismos internacionais na criação de regulações e padrões que favoreçam a interação entre os múltiplos atores internacionais (KEOHANE e NYE, 2011, p.216), *key players* no desenvolvimento da Inteligência Artificial; e, no âmbito doméstico dos Estados, o apoio à iniciativa privada e a garantia de direitos individuais dentro do escopo de atuação e de influência das tecnologias desenvolvidas. Um exemplo prático dessa influência é a criação, em 2016, do United Nations Centre for Artificial Intelligence and Robotics (UNICRI), um comitê de pesquisa e informação sobre os impactos dos desenvolvimentos em Inteligência Artificial e Robótica, desenvolvidos no âmbito da ONU, com o objetivo de “monitorar desenvolvimentos globais,

promover o estabelecimento de uma rede internacional nessa área, e dar subsídios a políticas públicas.” (UNICRI, 2017).

Fica claro, portanto, baseando-se na teoria liberal, a imbricação entre o desenvolvimento tecnológico e a organização do poder global, assim como o papel da cultura, notado na ênfase na “criação de redes”, onde se busca construir uma comunidade científica alinhada no âmbito social, epistemológico e em escala internacional. Ao identificar diversos atores com peso decisivo nas mudanças globais, principalmente na chamada “revolução da informação”, Keohane e Nye declaram que “politics will affect the direction of the information revolution as much as vice versa” (2012, p.216)

Já a perspectiva realista tem uma visão diferente sobre a natureza humana, e sobre as relações internacionais. Como explicitado em a Política Entre As Nações, de Hans Morgenthau, a teoria baseia-se numa compreensão específica da natureza humana, hobbesiana<sup>3</sup>, onde o poder é o principal componente do qual “deriva toda ação política” (2003 p.5), e toda a ação do Estado deve ser formulada à partir de uma preocupação com a segurança nacional. Outra premissa central no pensamento realista é a inevitabilidade do conflito no sistema internacional (JACKSON e SORENSEN, 2013, p.98), estruturado em torno do conceito de anarquia internacional. O conceito de anarquia internacional diz respeito à compreensão de que, no âmbito nacional, existe um soberano, o Estado, que aplica regras e ordena a sociedade de acordo com o contrato social, ao passo que o sistema internacional carece de qualquer instância superior, o que daria um caráter instável às relações internacionais, onde a principal necessidade dos Estados é a sobrevivência (LIMA, 2010, p.10).

Nesse sentido, a função do poder estatal, calculado principalmente em termos militares, é garantir a sobrevivência de um Estado e capacitar seus ganhos relativos numa distribuição desigual de poder (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 22). O pensamento realista é marcante na história da política internacional, tendo guiado, por exemplo, a política dos Estados Unidos e da União Soviética durante toda a Guerra Fria; baseando teoricamente a corrida armamentista, que, por sua vez, gerou intenso desenvolvimento tecnológico. Diversos desenvolvimentos tecnológicos que marcaram o século XX (e.g. a questão nuclear) fazem parte de um esforço de guerra capitaneado pelo Estado, onde a busca por tecnologias militares

---

<sup>3</sup> Inspirada em Thomas Hobbes, filósofo político inglês do século XVII. Hobbes defendia a ideia de uma natureza humana egoísta, na qual os interesses individuais são a principal motivação da ação. Na tradição contratualista, Hobbes vê o Estado como resultado de uma cessão voluntária de poderes a uma instancia maior para garantia de sobrevivência (Stanford Encyclopedia of Philosophy; disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/hobbes/>)

gerou *spill-overs* tecnológicos<sup>4</sup> (HOBSBAWM, 1995, p.254), muitos dos quais fazem parte das novas tecnologias. Esse período é um exemplo da interação entre a distribuição global de poder e o aspecto cultural - refletido, principalmente, no nacionalismo - no desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, todo o clima de tensão entre os dois países, a organização bipolar do sistema internacional, e os interesses dos Estados foram fundamentais para desenvolvimentos tecnológicos significativos, como a bomba nuclear.

Historicamente, a balança de poder foi influenciada por todos os três aspectos já mencionados, e, com a Inteligência Artificial, o padrão se mostra o mesmo. Do século XV em diante, por exemplo, mudam-se as estruturas dos exércitos, passando de uma dinâmica medieval ao moderno exército estatal, sob controle e subsídio direto do Estado. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico (e o controle desse tipo de tecnologia por certos Estados) foi crucial na definição da organização do poder, e decisivo sobre a direção e a intensidade dos investimentos feitos nessas tecnologias. Kennedy, referindo-se a um determinado momento histórico, ressalta a importância de inovações tecnológicas:

The development of long range armed sailing ship heralded a fundamental advance in Europe's place in the world. With these vessels, the naval powers of the West were in a position to control the oceanic trade routes and to overawe all societies vulnerable to the working of sea power. (KENNEDY, 1989, p.26)

A principal preocupação, desde então, é como os países poderão usar novas tecnologias para se posicionarem no mundo. Com a Inteligência Artificial, a mesma dinâmica se revela. Em 2016 os Estados Unidos se posicionaram em relação ao desenvolvimento da Inteligência Artificial, buscando assumir uma posição de liderança, tendo como prioridade a segurança nacional, a economia, e a posição hegemônica do país no sistema internacional. No documento, o governo dos Estados Unidos declara:

ter tido um papel importante no avanço do campo de Inteligência Artificial através de investimento em pesquisa e desenvolvimento, desenvolvendo força de trabalho especializada, e administrando impactos econômicos dessas tecnologias de acordo com sua evolução. (ESTADOS UNIDOS, 2016, p.23).

É uma exposição clara do modo de funcionamento da relação estudada nesse artigo, qual seja, a relação entre o desenvolvimento do campo da Inteligência Artificial e a estrutura da distribuição global de poder, revelando sua interdependência.

Frente a esse cenário, é importante lembrar que a política do Estado surge a partir de uma visão interpretativa da realidade internacional, e toda visão interpretativa (ou proposição

---

<sup>4</sup> Um *spillover* tecnológico é um processo no qual se identificam benefícios inesperados a um setor de tecnologia que não pertença diretamente àquele no qual o esforço de ciência e tecnologia é implementado.

teórica) surge em um dado contexto. Nesse sentido, cabe ressaltar que o paradigma<sup>5</sup> do conhecimento neutro já foi questionado desde os trabalhos da Escola de Frankfurt, passando por Thomas Kuhn, e, conforme as palavras de Cox: “todas as teorias têm uma perspectiva. Perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, espaço e tempo estes especificamente políticos” (COX, 1981). Ou seja, o apoio do Estado ao desenvolvimento do campo de Inteligência Artificial tem um propósito; e as teorias realista e liberal são úteis para compreender esses interesses.

Um ponto chave na avaliação do impacto do avanço tecnológico para a organização da distribuição do poder global está no fato de que o computador tem o que se pode chamar de orientação *problem-solving*, ou seja, são orientados para resolver problemas já especificados em uma premissa. Em última instância, “the tasks computers are able to perform ultimately depend upon the ability of a programmer to write a set of procedures or rules that appropriately direct the technology in each possible contingency” (FREY e OSBORNE, 2013, p. 14). De acordo com Cox, as teorias clássicas de relações internacionais têm a mesma orientação *problem-solving*, que “takes the world as it finds it, with the prevailing social and power relationships and the institutions into which they are organized as the given framework for action” (COX, 1981, p. 128). Ou seja, enxerga-se a tecnologia (nesse caso, a Inteligência Artificial) encaixando-se de maneira exata nos propósitos do Estado, i.e. manutenção do status quo. Um exemplo é o uso de drones<sup>6</sup> inteligentes, por parte dos Estados Unidos, para a manutenção de sua posição geopolítica hegemônica. Todavia, é importante assinalar, apoiando-se em Kennedy (1987), que o uso da tecnologia também pode servir como fator de mudança na balança de poder global, sendo usado por Estados que buscam desafiar a atual ordem internacional - se inserindo de maneira ativa nas relações internacionais. Como argumenta:

there exists a dynamic for change, driven chiefly by economic and technological developments, which then impact upon social structures, political systems, military power, and the position of individual states and empires. The speed of this global economic change has not been a uniform one, simply because the pace of technological innovation and economic growth is itself irregular [...] (KENNEDY, 1989, p 439).

---

<sup>5</sup> Thomas Khun, em sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, esclarece o significado de paradigma dessa forma: “Paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1991, p.13). Nesse sentido, paradigma é usado para referenciar práticas e pressupostos analíticos que estruturam um certo campo do saber e do agir, nesse caso, o pressuposto do avanço inevitável da tecnologia como substituta de praticamente qualquer atividade humana.

<sup>6</sup> Drones, ou VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) é um tipo de aeronave não tripulada, comumente usada em ações militares chamadas de “ataques de precisão”.

Seguindo a análise da influência da tecnologia na organização do poder e vice-versa, a indagação de Anderson em seu estudo sobre a relação entre o capital e o Estado, é útil: se “o objetivo primário do capital é o lucro, qual seria o equivalente do Estado?” (ANDERSON, 2015). Nesse sentido, o estabelecimento recente de um conjunto de leis no Parlamento Europeu (aprovado em 2016, entrando em vigor em 2018) lida diretamente com essa questão, e com outras direcionadas a um componente crítico no uso de tecnologias de Inteligência Artificial: a privacidade de dados. Grandes empresas como Facebook, Google, e Apple têm feito uso de dados pessoais de maneira questionável através do uso da mecânica de Big Data e de técnicas estatísticas. A General Data Protection Regulation (GDPR), conjunto de leis europeias destinadas a lidar com a privacidade de dados, chega com o intuito de regulamentar o setor, e é um exemplo prático do novo arranjo formado entre a estrutura de poder a nível global e o uso da Inteligência Artificial. Como se lê no artigo 1 da Lei, regulamentar o uso de dados é buscar a proteção de “fundamental rights and freedoms of natural persons and in particular their right to the protection of personal data” (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

A lei inclui regras sobre a obtenção de consento para uso de dados; limites para seu uso; maior captura por parte do Estado de informações que revelem a forma de atuação de grandes corporações e instituições que fazem uso desses dados, o que por sua vez teria impacto direto na garantia do “direito de proteção de dados pessoais” (UNIÃO EUROPEIA, 2016). Além disso, há novos requisitos e obrigações de transparência; e impostos cobrados pelos reguladores às instituições que fazem uso de dados pessoais de cidadãos e cidadãs europeus - em qualquer lugar no mundo. Essa lei é reflexo da percepção de mudanças acarretadas por novas tecnologias, e parte da premissa que é crucial “[to] actively engage in the process of setting global technology standards [...]” (HOWARD, 2015, p XXIII).

Todavia, como o componente da cultura também é crucial, essa percepção se manifesta de maneira diferente em contextos distintos. Os Estados Unidos, por exemplo, se posicionaram de outra maneira diante do desafio da regulamentação do uso de Inteligência Artificial. No relatório feito conjuntamente pelo Comitê de Tecnologia do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia dos Estados Unidos, a pedido da presidência de Barack Obama em 2016, classificou-se a regulação como algo inadequado, baseando-se em estudos anteriores feitos pelo próprio Estado, onde “the general consensus [...] was that broad regulation of AI research or practice would be inadvisable at this time”. (ESTADOS UNIDOS, p 17.) No contexto cultural estadunidense, profundamente marcado pela valorização da iniciativa individual, da atividade empresarial, e pela influência de setores da sociedade com tendência



anti-intervencionista (BOYER, 2012; CALLERO, 2012), a regulamentação é interpretada a partir de uma narrativa de desincentivo à inovação. Esses breves exemplos mostram a relevância do fator cultural no desenvolvimento da relação entre poder e tecnologia.

### **Reflexões finais**

Diante de inúmeros cenários possíveis no desenvolvimento da Inteligência Artificial e das implicações na organização do poder global, é necessário manter o rigor analítico e uma conduta ética. Seria um equívoco apoiar-se somente no passado, limitar-se a comparações com a Revolução Industrial, assim como seria inócuo perder-se em especulação futurística de máquinas dominando o planeta. As palavras de Bloch resumem de maneira eficiente essa observação: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.” (BLOCH, 2001, p. X).

O artigo tentou estabelecer uma relação entre a política, a tecnologia, e a cultura. Na política, as teorias de relações internacionais apresentadas (realismo e liberalismo) fornecem um instrumental teórico útil na análise da imbricação entre a Inteligência Artificial e a organização global de poder. Buscou-se mostrar exemplos, como a criação de comitês na ONU para a Inteligência Artificial, o uso de drones inteligentes para manutenção de posição geopolítica, ou a nova regulamentação europeia sobre uso de dados. Na cultura, por outro lado, mostrou-se como na Guerra Fria, por exemplo, o desenvolvimento tecnológico refletido em capacidade nuclear era tido como componente de afirmação nacional.

Mostrou-se também como a cultura justifica diferentes atuações do Estado frente à tecnologia, através da comparação entre a União Europeia e os Estados Unidos. No último, o individualismo influencia os limites de atuação do governo, ao passo que no primeiro a atuação do Estado é vista como garantidora da ordem social. Lenski, ao definir a tecnologia como “uma extensão cultural e funcional equivalente [...] da qual a existência humana e seu bem-estar físico dependem” (LENSKI, 2005, p. 64), revela a relação direta entre estrutura tecnológica e cultura, ajudando a compreender os impactos da interação entre essas forças sociais.

Portanto, fica nítido que a interação entre o desenvolvimento do campo da Inteligência Artificial e as relações internacionais é o que vai estruturar o futuro de ambos. Salientar o papel da organização global de poder, da cultura, e do desenvolvimento tecnológico como fatores basilares da ordenação das sociedades em âmbito global é, em última instância, refletir

sobre onde se está e para onde se pode rumar. A tecnologia pode encetar tragédias, como a bomba que destruiu Hiroshima, ou pode melhorar a condição humana, como, por exemplo, com o uso de novas técnicas médicas. A política pode, igualmente, ser a base de avanços, como a busca da paz e do desenvolvimento consolidada na ONU, ou pode ser a base para o genocídio, como no caso do nazi-fascismo. A influência recíproca entre estes dois componentes da realidade potencializa seus efeitos, e cabe a todos determinar o resultado dessa interação.



### Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Janet L. **Before European hegemony: the world system AD 1250-1350**. Oxford University Press, USA, 1991.

ACEMOGLU, D; RESTREPO, Pl. Robots and Jobs: Evidence from US Labor Markets. **National Bureau Of Economic Research, Cambridge**, p.1-96, mar. 2017. National Bureau of Economic Research . Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w23285>>. Acesso em 25 de Março de 2018.

AGNEW, J et al. **Mastering space: hegemony, territory and international political economy**. Routledge, 2002.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015. 235 p. Georges Kormikiaris.

BAIARDI, A. **Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica**. Editora Hucitec; 1996.

BLOCH, M. **The historian's craft**. Manchester University Press, 1954.

BOYER, P. S. **American History: A Very Short Introduction**. Oxford University Press; 2012.

BRZEZINSKI Z. **Strategic vision: America and the crisis of global power**. Basic Books, 2012.

BUCHANAN, B.G.. A (very) brief history of artificial intelligence. **AI Magazine**, 26(4), p.53.2005 Disponível em: <<https://www.aaai.org/ojs/index.php/aimagazine/article/download/1848/1746>>. Acesso em: 01 de Abril de 2018

CALLERO, P.L.. **The myth of individualism: How social forces shape our lives**. Rowman & Littlefield, 2013.

CASTELLS, M. **The rise of the network society**. John Wiley & Sons, 2011.

ČERNETIČ J, STRMČNIK S, BRANDT D. Revisiting the social impact of automation. **IFAC Proceedings Volumes**. Jan 1;35(1):167-78. 2002

COX R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**. Jun;10(2):126-55. 1981 Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/03058298810100020501>>. Acesso em: 14 de Março de 2018.

ESTADOS UNIDOS. Preparing for the future of Artificial Intelligence. **Executive Office of the President, National Science and Technology Council, Committee on Technology**. 2016.

FREY, C. B; M. A. OSBORNE. **The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?** Working report. 2015. Disponível em: <[https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The\\_Future\\_of\\_Employment.pdf](https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf)>. Acesso em: 27 de Março de 2018.

GOLDFARB, A.; DANIEL T. **AI and International Trade**. No. w24254. National Bureau of Economic Research, 2018. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w24254>>. Acesso em: 2 de Abril de 2018.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras; 1995

HOWARD, P. N. **Pax technica how the internet of things may set us free or lock us up**. New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 2015.

IACOPETTA, M.. Technological progress and inequality: an ambiguous relationship. **Journal of Evolutionary Economics**, 18(3-4), pp.455-475, 2008.

KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers: Economic change and military conflict**. London: 1989.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. Pearson, 4ª ed., 2011.

KING, R. **Brunelleschi's dome: how a Renaissance genius reinvented architecture**. Bloomsbury Publishing USA, 2013.

LENSKI, G. **Ecological-evolutionary theory: Principles and applications**. Routledge, 2015.

MACIONIS, J. J. **Sociology**. Pearson: Harlow, England, 2012.

MARTERSSON L, ČERNETIČ J. **IFAC 2002 Milestone Report for the area "SOCIAL IMPACT OF AUTOMATION". IFAC Proceedings Volumes**. Jan 1;35(1):203-10. 2002 Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1474667015400734>>. Acesso em: 25 de Março de 2018.

PECEQUILO, C. S.. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. UFRGS Editora, 2003.

PEREZ, Carlota. Technological revolutions and techno-economic paradigms. **Cambridge journal of economics**, v. 34, n. 1, p. 185-202, 2010.

POMERANZ K. **The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy.** Princeton University Press, 2009.

RUSEEL S; DEWEY D; TEGMARK M. Research priorities for robust and beneficial artificial intelligence. **AI Magazine.** Dec 31;36(4):105-14. 2015. Disponível em: <[https://futureoflife.org/data/documents/research\\_priorities.pdf](https://futureoflife.org/data/documents/research_priorities.pdf)>. Acesso em: 26 de Março de 2018

UNIÃO EUROPEIA. **General Data Protection Regulation,** 14 de Abril de 2016. Disponível em: <<https://gdpr-info.eu/>>. Acesso em: 5 de Abril de 2018.

UNICRI. **Establishment of the UNICRI Centre for Artificial Intelligence and Robotics in The Hague (The Netherlands)** Disponível em: <[http://www.unicri.it/news/article/2017-09-07\\_Establishment\\_of\\_the\\_UNICRI](http://www.unicri.it/news/article/2017-09-07_Establishment_of_the_UNICRI)>. Acesso em: 8 de Abril de 2018.

UNITED NATIONS. **Disruptive technologies, artificial Intelligence, a more intelligent future. Project Breakthrough.** 2017. Disponível em: <<http://breakthrough.unglobalcompact.org/disruptive-technologies/artificial-intelligence/>>. Acesso em: 10 de Abril de 2018.

VELHO, L. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias,** v. 13, n. 26, 2011.